

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
DISSERTAÇÃO

DISSERTAÇÃO

**Entre a tradição e a readequação produtiva: Conflito Socioambiental
na Bacia do Rio Itabapoana e os impactos na Pesca Artesanal**

Nivea Patrocínio de Almeida

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**ENTRE A TRADIÇÃO E A READEQUAÇÃO PRODUTIVA: CONFLITO
SOCIOAMBIENTAL NA BACIA DO RIO ITABAPOANA E OS IMPACTOS NA
PESCA ARTESANAL**

NÍVEA PATROCÍNIO DE ALMEIDA

Sob a orientação da Professora

Eli de Fátima Napoleão de Lima

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Dezembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A447e ALMEIDA, NIVEA PATROCINIO, 1982-
Entre a tradição e a readequação produtiva: Conflito
Socioambiental na Bacia do Rio Itabapoana e os
impactos na Pesca Artesanal / NIVEA PATROCINIO
ALMEIDA. - RIO DE JANEIRO, 2019.
109 f.: il.

Orientadora: ELI DE FATIMA NAPOLEAO DE LIMA.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE, 2019.

1. Readequação produtiva. 2. Pesca Artesanal. 3.
Conflito Socioambiental. 4. Poder. 5. Território. I.
DE LIMA, ELI DE FATIMA NAPOLEAO , 1954-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

NIVEA PATROCÍNIO DE ALMEIDA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 16/12/2019.

Prof.^a Dr.^a ELI DE FATIMA NAPOLEÃO DE LIMA (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a REGINA ANGELA LANDIM BRUNO (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a CARMEN SILVIA ANDRIOLLI (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a SUSANA CESCO (UFF)

AGRADECIMENTOS

Aos pescadores artesanais de Limeira que mesmo com as dificuldades enfrentadas nas últimas décadas abriram espaço de diálogo, gerando a oportunidade de troca e construção de saberes importantes. Aos colegas da Buriti, Fernando e Janaina, pelas reuniões acaloradas onde discutíamos desde a logística do campo às questões éticas do nosso trabalho. Ambiente que inspirou a produção deste texto.

À Professora Eli, pela orientação, pelo apoio irrestrito e pelo incentivo à conclusão deste ciclo acadêmico mesmo diante dos obstáculos que surgiram no processo. Pela proatividade e compreensão na mediação junto ao CPDA e seus colegiados na negociação de prazos e cumprimento das etapas do programa. Às professoras Regina e Carmen, pelas importantes contribuições na banca de qualificação. Ao corpo docente composto por excelentes professoras(es), com os quais tive experiências de aprendizado e acolhimento importantes para sustentação da vida acadêmica. E às funcionárias e aos funcionários do CPDA que garantem o funcionamento no dia-dia das salas de aulas, da secretaria e demais setores. O presente trabalho foi também realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, assim agradeço pelo financiamento da pesquisa e dos projetos do programa de pós-graduação no qual estou vinculada.

Aos amigos que estiveram presentes na concepção deste trabalho desde a fase do projeto até a versão atual como Júnior Aleixo, Fernando e Camilo, sou grata pelas intervenções e pelas críticas fundamentais sobre o processo analítico. E a todos os colegas do CPDA que convertem processos individuais em vivências coletivas, solidárias, seja na sala de aula, seja nas festas.

À minha mãe, Dona Rosinha, pelas orações, pelo exemplo de resiliência e por ser minha referência. Por sempre me surpreender com sua capacidade de despertar forças latentes, pela bravura que habita seu corpo frágil quando a motivação é o cuidado com os filhos e netos. É também pela possibilidade de orgulhá-la que este título se torna uma conquista importante. À toda minha família, minhas irmãs e irmãos, sobrinh@s e cunhad@s que, mesmo à distância, me fazem sentir amada e indispensável ao convívio familiar. Ao meu falecido pai, Prof. Sergio, que legou-me a vontade do aprimoramento.

Às pessoas essenciais no processo de autocuidado através do qual eu recuperei as condições físicas e psicológicas para concluir este trabalho após o diagnóstico de

endometriose que me impactou pessoal e profissionalmente. À minha psico-terapeuta Isa, e às companheiras do grupo terapêutico que me acolheram e atravessam comigo esta fase de recuperação. À equipe médica do Hospital Federal dos Servidores-HSE, à Dra. Michelly Motta, por conduzir meu tratamento e cirurgia, e zelar pela restituição da minha qualidade de vida.

E às minhas recentes companheiras de moradia, todas colegas do CPDA. À Jessica em quem me espelhei em 2017 pela disciplina, agradeço pela generosidade e carinho. À Alana pela compreensão e apoio no momento mais crítico da minha saúde em 2018. À Aline pelas longas conversas na cozinha, por sempre tentar me tranquilizar afirmando que tudo vai dar certo nessa reta final do mestrado.

Por fim, concluo o presente trabalho como marco que encerra um ciclo no programa de pós-graduação, entendendo que esta produção indica um processo de produção de sentidos, envolve um esforço para acessar o universo acadêmico e me apropriar dos instrumentos teórico-metodológicos, sem me esgotar por aqui. Ao longo do mestrado estive decidida a me adequar às suas exigências, ao seu vocabulário, à sua dinâmica. Hoje penso ter ressignificado a minha experiência como cotista e o meu lugar dentro da academia. Talvez não faça mais sentido a busca por adequação, mas sim tornar a minha existência uma provocação para que o espaço acadêmico se flexibilize e acolha perfis cada vez mais diversos de pós-graduandas(os), especialmente trabalhadoras(es), oriundas(os) de classes populares, de grupos historicamente excluídos dos espaços de produção do conhecimento. Que a academia seja constantemente repensada e ofertada como oportunidade de inclusão social.

RESUMO

ALMEIDA, Nivea Patrocínio de. **Entre a tradição e a readequação produtiva: Conflito Socioambiental na Bacia do Rio Itabapoana e os impactos na Pesca Artesanal.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2019.

A Pesca Artesanal praticada na Bacia do Rio Itabapoana vem sendo impactada pela instalação de pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) desde 2007. Enquanto atividade produtiva, a pesca passa por um processo de transição desencadeado pelo conflito socioambiental que atinge a região e as comunidades locais. O impacto ambiental configurou-se em impacto econômico e social, interferindo nos modos de vida da população local, levando ao travamento de disputas políticas e jurídicas que produziram o fenômeno da Readequação Produtiva para a Colônia de Pescadores Artesanais de Limeira. Este tema é central no presente estudo por representar um "entrave comum" à realização dos interesses dos distintos atores na configuração do conflito e na reestruturação produtiva do território. O processo interferiu na relação das populações do entorno com o rio e com o meio ambiente, sobrepondo formas de apropriação dos recursos naturais. A relação que se estabelece hoje entre os atores vem se organizando há tempos, desde a constituição da comunidade de pescadores e a luta pela permanência na terra e seu espaço no projeto de assentamento da reforma agrária, até o cenário atual no enfrentamento de uma empresa multinacional, em seguidos processos de territorialização. Aborda-se neste estudo a relação dos pescadores com o território, as condições que levaram ao conflito socioambiental sob a perspectiva da ecologia política, e as implicações do conflito nas práticas produtivas tradicionais e seus desdobramentos sociais.

Palavras chaves: Readequação produtiva; Pesca Artesanal; Conflito Socioambiental; Poder; Território.

ABSTRACT

ALMEIDA, Nívea Patrocínio de. **Between tradition and productive readjustment: Socio-environmental conflict in the Itabapoana River Bay and the Artisanal Fishery impacts**. 2019. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

The artisanal fishery committed in the Itabapoana River Bay is being impacted by the arrival of hydroelectric power stations (PCH's) since 2007. As a productive activity, the fishery goes through a transition process triggered by the socio-environmental conflict that hits the region and the local communities. The environmental impact was established as social and economic impacts, interfering in the local ways of life, leading to political and legal disputes that came to generate the productive readjustment phenomenon to the Artisanal Fishery Colony of Limeira. This is a central theme in the present research for representing a "common barrier" to the making of the distinct interests among the actors involved in the conflict set up, and in the productive readjustment of the territory. The process interfered in the popular relations around the river and the environment, overlapping means of natural resources appropriation. The relation established nowadays among the actors has been organized long ago, since the fishing community's formation and their struggle for land permanence and space in the agrarian reform settlement, to the current scene in the encounter with a multinational company, amidst consecutive territorialisation processes. This study approaches the fishermen relations with the territory, the conditions that led to the environmental conflict under a political ecology perspective, and the conflict implications in the traditional productive practices and its social disclosures.

Key-words: Productive readjustment, Artisanal fishery, Socio-environmental conflict, Power, Territory

LISTA DE SIGLAS

- ANA** – Agência Nacional de Águas
- ASPEL** - Associação de Pescadores de Limeira
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CECA** – Conselho Estadual de Controle Ambiental
- CELPE** – Companhia Energética do Estado de Pernambuco
- COELBA** – Companhia de Eletricidade do estado da Bahia
- CCGHI** – Comitê Capixaba da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana
- CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CONSERN** – Companhia Energética do Rio Grande do Norte
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
- IFES** – Instituto Federal do Espírito Santo
- IDAF** – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
- IFDM** – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LI** – Licença de Instalação
- LO** – Licença de Operação
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento
- PACUERA** – Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório
- PCHs** – Pequenas Centrais Hidrelétricas
- PLANAPO** – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escola
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar
- RENAP** – Rede Nacional de Advogados Populares

RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matriz Elétrica Brasileira.....	13
Figura 2: Hidrografia do Espírito Santo.....	14
Figura 3: Representação do objeto de pesquisa e seus elementos.....	20
Figura 4: Principais cursos de água da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana.....	32
Figura 5: Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana.....	34
Figura 6: Localização dos empreendimentos hidrelétricos no Rio Itabapoana.....	36
Figura 7: Objetos recolhidos no Rio Itabapoana que remontam à época de funcionamento do Porto de Limeira.....	40
Figura 8: Registros das lideranças de Limeira.....	44
Figura 9: Parte da tabela de plantas e seus usos pelos pescadores segundo (Museu Nacional/UFRJ)	45
Figura 10: Pesca e Batismo no Rio Itabapoana em Limeira/ES.....	45
Figura 11: Imagem da placa de sinalização sobre a área do Reservatório da PCH Pedra do Garrafão.....	60
Figura 12: Hidroelétricas controladas pela Contour Global Brasil 2017.....	62
Figura 13: Rio Itabapoana e a diminuição da vazão natural do Rio.....	68
Figura 14: Imagem do Reservatório da PCH Pedra do Garrafão em agosto de 2017.....	68
Figura 15: Imagem da primeira reunião com a Comunidade de Limeira.....	89
Figura 16: Zoneamento Socioambiental da Pedra do Garrafão.....	93
Figura 17: Seminário Economia do Pescado realizado em 27 de fevereiro de 2018.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Potencial Hidroelétrico da região de Itabapoana.....	35
Tabela 2: Principais acontecimentos na disputa sobre o Rio Itabapoana.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - O Rio Itabapoana e a comunidade, entre processos de territorialização.	25
1.1 O Rio Itabapoana: Patrimônios da natureza e da cultura local.	34
1.2 A comunidade de Limeira: os ribeirinhos e a Fazenda São Pedro.	40
1.3 Um novo cenário: a desapropriação da Fazenda São Pedro, novos atores. ..	48
CAPÍTULO II - O Rio, a comunidade e a chegada de novos atores no território. ..	54
2.1 A história do conflito: Nova configuração e a chegada das PCH's	60
<i>2.1.1 A Rio PCH I- Pedra do Garrafão e suas controladoras privadas</i>	61
<i>2.1.2 A Rio PCH e as instituições estatais</i>	66
<i>2.1.3 Comunidade de Pescadores de Limeira</i>	73
<i>2.1.4 Comitê Capixaba da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana</i>	76
2.2 Bens comuns e interesses privados: Como disputar o Rio Itabapoana?	77
CAPÍTULO III - A comunidade, a barragem e a (re)adequação	81
3.1 A readequação produtiva enquanto processo histórico e judicial: Os acordos judiciais e os litígios territoriais.	84
<i>3.1.1 A experiência no Programa de Readequação Produtiva 2016-2018</i>	88
CONCLUSÃO	101
Referências Bibliográficas:	104
ANEXOS	107
Anexo I: Composição de membros da plenária do CCBH I.	107
Anexo II: Pescadores artesanais em frente ao Rio Itabapoana atingidos pela diminuição do rio	108
Anexo III: Revista elaborada pela Rio PCH I em agosto de 2019	109

INTRODUÇÃO

O tema da readequação produtiva ganha centralidade ao representar um "entrave" comum à realização dos interesses dentro da configuração de um conflito socioambiental. Funcionando como um fio condutor, os processos de readequação conectam as disputas pelos recursos naturais ao processo de estruturação do território que reúne diferentes atores, estes produzem discursos e ações na medida em que interagem e se relacionam. Desta forma, é possível focar na readequação produtiva dentro de uma configuração específica em que cada ator se utiliza de instrumentos que lhe permitem exercer o poder conforme a posição que venha a ocupar dentro de uma relação de interdependência (ELIAS, 2008).

Compreendemos o poder nesta dissertação como algo que circula (FOUCAULT, 2006), isto é, algo que só funciona em cadeia articulando as diferentes formas de se exercer este poder. Sendo assim, destacando que os diferentes atores sociais detêm em diferentes gradientes, em permanente relação.

O Rio Itabapoana, não apenas como um curso de água que banha parte dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, é de grande relevância para este trabalho, pois todos os processos aqui descritos estão geograficamente localizados nas próprias águas do rio ou em suas margens. Sua relação com o Patrimônio Arqueológico da Vila da Limeira do Itabapoana e a Vila da Rainha lhe conferem um lugar de destaque pela importância que possui na história do estado do Espírito Santo e na história do Brasil. Sendo assim é aqui enxergado como um ator importante no cenário do conflito socioambiental e seus desdobramentos. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN¹:

As primeiras pesquisas arqueológicas no Espírito Santo remontam ao início da década de 1940, quando os geógrafos Alberto Ribeiro Lamego e o Othon Henry Leonardos identificaram sítios monumentais de populações sambaqueiras, às margens do Rio Itabapoana. (IPHAN, 2019).

Além disso, destacamos, também, a centralidade que a Comunidade de pescadores artesanais de Limeira, autodeclarada comunidade de ribeirinhos, representa nesta

¹. BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan. **História e Arqueologia do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1368/>>. Acesso em: 17 de jul. de 2018.

configuração do conflito socioambiental. A comunidade se reconhece desta forma por terem se estabelecido e constituído o seu modo de vida às margens do Rio Itabapoana (INCRA, 2013). Está situada no município de Mimoso do Sul/ES, mais próxima da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pedra do Garrafão, construída em 2007, com início das operações em 2009.

A PCH em questão, é uma peça chave no jogo que se impôs sobre a temática da readequação produtiva à comunidade de Limeira e do conflito social aqui descrito. O empreendimento totaliza uma área de drenagem de 1.954 km² e possui 271 hectares de área inundada. Gomes (2015) aponta que a construção da PCH modificou o comportamento natural dos rios represados, além de impactar de distintas formas as características físicas e químicas das águas.

A importância de descrever esses processos que envolvem os recursos hídricos no estado do Espírito Santo, no geral, e na região de Mimoso do Sul, em particular, pode ser observada em um contexto cada vez mais acirrado de captação privada da terra e dos recursos naturais por empreendedores econômicos.

De acordo com os dados da Agência Nacional de Águas – ANA, no Brasil, em 2018, haviam cerca de 1.339 empreendimentos hidrelétricos em operação, 688 centrais de geração hidrelétrica (CGH), 430 Pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e 221 usinas hidrelétricas (UHE). Já em 2019, conforme publicado pela ANEEL, já existiam, no país, 547 PCHs, como demonstrado na figura a seguir:

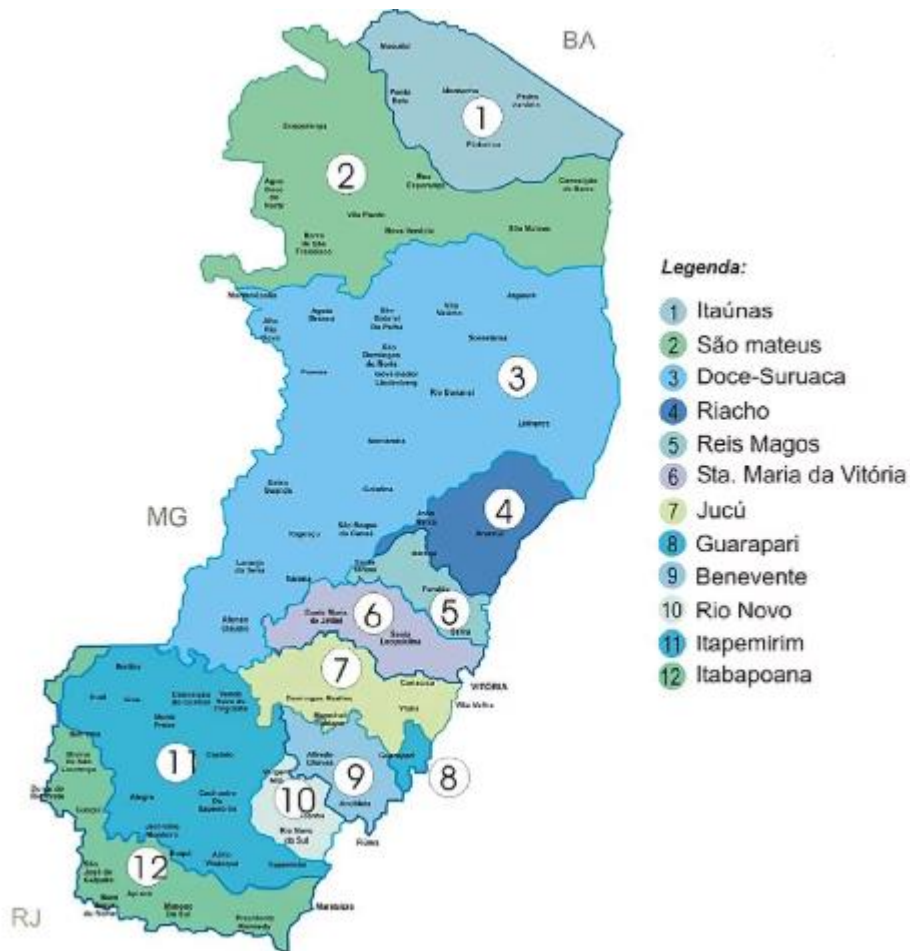
Figura 1: Matriz Elétrica Brasileira

Tipo	Potência Outorgada (kW)	Potência Fiscalizada (kW)	Quantidade	% (Pot. Outorgada)
CGH	811.159,73	796.705,73	738	0,40%
CGU	50,00	50,00	1	0,00%
EOL	24.759.293,86	15.548.682,86	931	12,19%
PCH	7.134.791,54	5.297.892,57	547	3,51%
UFV	12.369.248,95	2.927.973,95	4127	6,09%
UHE	103.330.908,00	103.002.876,00	222	50,86%
UTE	51.438.761,39	42.847.820,59	3172	25,32%
UTN	3.340.000,00	1.990.000,00	3	1,64%
Total	203.184.213,47	172.412.001,70	9741	100,00%

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (2019)

Das 547 PCHs presentes no Brasil, 17 estão em operação no estado do Espírito Santo. Todas essas operações captam as águas das bacias hidrográficas do estado, totalizando 12 bacias hidrográficas, como pode ser vista na imagem a seguir:

Figura 2: Hidrografia do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN (2019)

As bacias hidrográficas podem ser consideradas como áreas drenadas a partir de rios e riachos que escoam para um rio principal, bem como os seus afluentes e subafluentes. Essas bacias obedecem a um relevo determinado e desníveis de terrenos que possibilitam o escoamento de suas águas. O Espírito Santo pertence a Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, região em que apresenta uma das maiores demandas hídricas do país, em razão de uma alta taxa de industrialização da região, acompanhado de uma alta taxa populacional.

Desse modo, a presente dissertação tem como objetivo central investigar o processo de readequação das atividades produtivas da comunidade ribeirinha de Pescadores Artesanais de Limeira² impactada pela instalação de pequenas centrais

² O caso de Limeira e o Rio Itabapoana foi tema do Encontro Internacional e Nacional de Política Social 2016 em Vitória-ES. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/12989>>. Acesso em: 22 de ago. De 2016.

hidrelétricas (PCHs)³ na Bacia do Rio Itabapoana e historicamente localizada às margens deste rio, que faz fronteira entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Inspirando-se nas discussões que articularam a "questão ambiental" aos processos sociais e históricos, fundamentalmente sob a perspectiva da ecologia política e da antropologia ecológica, esta dissertação também tem como propósito servir de reflexão sobre o processo de exploração de fontes de energia e a expropriação territorial perpassadas por formulações de discursos oficiais e não oficiais, através da circulação de informação, produção dos estudos de impacto ambiental que constroem argumentos e perspectivas disseminadas por técnicos, órgãos do governo e outras entidades envolvidas na gestão territorial (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998).

Pensando a partir de três pilares principais, a questão indispensável colocada é o que representa para cada ator envolvido, esse "readequar", partindo da observação das estratégias de ação e dos discursos assumidos seja pela comunidade de pescadores, pela empresa proprietária das PCHs ou pelos representantes do Estado envolvidos no conflito.

Além disso, como objetivo geral, observando o exemplo concreto da comunidade de pescadores de Limeira, busco adentrar ao debate sobre os conflitos socioambientais e os desdobramentos nos modos de vida das comunidades atingidas por um sistema baseado na ideologia de mercado que prega o empreendedorismo e a racionalização das práticas econômicas sobrepondo-se às práticas tradicionais e atribuindo ao mercado a função de estabilizar expectativas individuais e gerar equilíbrio entre os interesses dos atores envolvidos (DOMINGUES, 2009)⁴.

Isto posto, é válido ainda destacar que a readequação produtiva dos pescadores artesanais de Limeira se tornou objeto de estudo a partir da aproximação com a comunidade através do trabalho de consultoria realizado a partir de julho de 2016. Na ocasião, a Rio PCH S.A estava obrigada por um acordo judicial a oferecer assessoria técnica aos pescadores artesanais para a aplicação do valor das indenizações pagas a 27 pescadoras e pescadores. O IBAMA condicionou a manutenção da licença de operação da PCH-Pedra do Garrafão ao pagamento das indenizações somado à oferta da assessoria⁵ para orientar os pescadores sobre a formação de empreendimentos a partir do mapeamento

³ Para a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL as PCH's são empreendimentos destinados a autoprodução ou produção independente de energia elétrica, com potência superior a 5 mil kW e igual ou inferior a 30 mil Kw.

⁴ Estudo sobre A América Latina e a Modernidade Contemporânea.

⁵ No Termo de Referência do programa é definida como: "Assessoria técnica para o Programa de Adesão Voluntária para orientação quanto à aplicação dos recursos referentes à readequação produtiva para os 27 pescadores da Comunidade de Limeira - PCH Pedra do Garrafão".

de oportunidades locais e da apresentação de ferramentas para a prática da “gestão sustentável”.

Até aquele momento, minha prática era sustentada pelos aportes teóricos da Psicologia. Mas eu não trazia da relação com a prática *psi* as saídas a serem propostas para os pescadores, ao contrário, dos campos da psicologia social, e diante do cenário de Limeira, remontei à questão da "violência estrutural", um conceito que havia conhecido com os autores da Psicologia Histórico-Cultural⁶. A violência praticada nas ações diárias das instituições consagradas da sociedade, geralmente por tradição e poder, como o Estado, a violência estrutural costuma ser naturalizada e, na maioria das vezes, nem é contestada.

Na minha compreensão, havia um constrangimento infligido aos pescadores sob aspectos políticos, econômicos, morais, do direito e institucionais que configuravam um caso de violência estrutural. E desde a construção da primeira versão do plano de trabalho para o programa de readequação produtiva estive provocada a não me limitar à execução de uma de assessoria, mas de seguir refletindo sobre o cenário que se colocava à minha frente. Havia muito mais a ser considerado nas narrativas presentes nos documentos oficiais como os relatórios do IBAMA, nas atas das audiências públicas ou judiciais, também nos estudos de impacto ambiental e diagnóstico socioambiental.

Mesmo no início do trabalho já era perceptível o grau de complexidade e o desafio de prestar uma assessoria em um contexto de disputas, onde a readequação das atividades produtivas poderia representar para os pescadores a possibilidade de reparação e futura emancipação da relação de dependência econômica que havia se estabelecido com a Rio PCH após 6 anos vivendo de indenizações; e do lado da empresa, uma forma de reduzir as intervenções locais que colocassem em risco a licença de operação da usina hidrelétrica.

No período de dois anos de assessoramento técnico houveram dois momentos distintos de assimilação destes espaços de atuação. No primeiro ano a abordagem esteve voltada para a implantação do Termo de Referência proposto para o programa de readequação produtiva dos pescadores com ênfase em formação para construção de

⁶ Para autores como Ana Bock e Odair Furtado (2001) a Psicologia Histórico-cultural, fundamentada na Teoria Sócio-Histórica, promoveu críticas às concepções positivista e mecanicista da psicologia moderna e defendeu uma abordagem na qual as determinações da constituição humana são concebidas a partir de uma linha uma biológica e outra sócio-histórica que se fundem para produzir um processo unitário e complexo, de natureza dialética.

planos de sustentabilidade, nos estudos de viabilidade econômica e oferta de outras ferramentas de gestão que correspondessem às demandas locais.

No segundo ano, o olhar técnico é complementado pela pesquisa. Com os desafios enfrentados pelos pescadores para ingressar em novos projetos, as frequentes falas carregadas de descrença, a queda na participação das reuniões, tudo sinalizava os processos de construção de seus acordos e posicionamentos internos à comunidade sobre o programa de readequação. Desta forma, os avanços na construção do objeto de pesquisa apontaram para a pertinência de um viés etnográfico, visando identificar os atores sociais e as estratégias envolvidas no conflito e seus desdobramentos no processo mais amplo e complexo de readequação dos pescadores artesanais de Limeira (LITTLE, 2006, p.92).

É possível afirmar que o ambiente pesquisado foi uma escolha não da pesquisadora, mas do próprio cenário em ebulição que exigia novos instrumentos. A chegada da equipe a este espaço, a recepção dos pescadores e a experiência inédita de trabalho com a pesca artesanal e a relação muito recente com a temática, são fatores que trouxeram consigo o desafio de compreender Limeira em sua complexidade. Tratava-se de uma consultoria que envolvia uma mediação de conflito e, apesar de dialogar com a minha trajetória, apresentava novos pontos de partida, oferecendo no contato com Limeira a oportunidade de construir uma sistematização.

A motivação para a presente pesquisa existe a partir da necessidade de realização de um trabalho de assessoramento técnico comprometido e responsável por seus desdobramentos sociais. Este desafio me levou de volta ao ambiente acadêmico para a apropriação de instrumentos teóricos sem retirar de cena a figura da trabalhadora, que se manteve na interação com o território atuando como um quadro técnico. Isso envolveu o grande desafio de superar o hábito de escrita em formatos técnicos, relatórios e textos descritivos, para compor uma dissertação com linguagem e abrangência totalmente distintas.

O trabalho com esta comunidade não foi apenas uma experiência pontual, foi um momento de transformação pessoal e profissional. Limeira tem um peso simbólico por estar exatamente na fronteira entre os dois estados por onde eu venho me deslocando ao longo da vida. Limeira está entre o Espírito Santo, meu estado de origem, onde nasci e cresci, e o Rio de Janeiro, estado onde resido. Na trajetória profissional Limeira está entre o trabalho com a Psicologia Comunitária, com projetos sociais, com as políticas públicas, e o ingresso no programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade da

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na transição entre a assessoria técnica e pesquisa.

Compreendo-me escolhida por Limeira, que permitiu acessar processos internos à comunidade, para acrescentar mais um momento de análise a uma situação já por muitos denunciada em meios de comunicação, sendo objeto de processos judiciais e também sistematizada em pesquisas acadêmicas sobre os impactos socioambientais sofridos recentemente. Esta dissertação relata a situação de Limeira com um pouco mais de detalhes, considerando seus tempos históricos, a luta pela terra desde o processo de desapropriação da Fazenda São Pedro, sua organização política e prática religiosa, as narrativas sobrepostas sobre o Rio Itabapoana, sobre o território, sobre o uso dos recursos naturais e sobre os impactos na região.

A presente pesquisa não pretende lançar um estudo inédito sobre o conflito socioambiental na Bacia do Rio Itabapoana e nem sobre os impactos ambientais que atingem a Colônia de Pescadores de Limeira. Para isso, há investigações anteriores que denunciaram os prejuízos sofridos pela comunidade desde que foram instaladas as PCHs e serão relatadas ao decorrer do texto.

É de forma complementar que conto mais um capítulo da trajetória desta comunidade, somando esforços a estes estudos já realizados, me debruço entre as indagações sobre o processo da readequação produtiva, de como tem ocorrido as mudanças e as permanências em Limeira. Ademais, compreendo que a análise aqui proposta, possibilita reaver questões que ainda não foram abordadas nos estudos anteriores que se detinham às análises de impactos ambientais, quais sejam: os impactos políticos e sociais dessa dinâmica, que nos mostraram que a readequação produtiva é mais um instrumento de transformação social para a comunidade do que uma transformação estritamente econômica.

A título de exemplo, é possível destacar a questão da identidade dos pescadores artesanais como comunidade tradicional de ribeirinhos como um processo de acionamento dessa identidade na medida em que se colocam em jogo as estratégias de legitimação diante das disputas territoriais, mobilizando a identidade como um elemento discursivo de poder.

Nesse sentido, salientamos que a ideia de território aqui trabalhada é compreendida a partir da noção apresentada por Haesbaert (2004), como o lugar que incorpora as diversas formas de se exercer o poder, através do domínio material e da apropriação simbólica, na ação de "sujeitos políticos" em um "espaço socialmente construído". Reflito

sobre as implicações do conflito socioambiental na cadeia produtiva da pesca artesanal e os reflexos nas práticas cotidianas da comunidade de Limeira. Por isso, problematizar o processo de readequação produtiva revela processos distintos de produção de sentidos, distintas formas de resistir e/ou manter-se resiliente apesar da expropriação vivida em seu território na busca por alternativas para a sua permanência.

Além disso, partimos das abordagens sobre o território e suas formas de apropriação (ACSELRAD, 2010) na compreensão da construção e funcionamento do conflito socioambiental, bem como da relação entre os agentes e as estruturas, e as suas dinâmicas internas (LITTLE, 2006). Tal ponto de partida busca evidenciar as disputas, seja nas narrativas ou os discursos formulados pelos diferentes atores sociais, sobre o conflito socioambiental que desagua no processo de readequação produtiva dos pescadores artesanais de Limeira.

O processo de pesquisa e as conseqüentes reflexões nos levaram à três conceitos fundamentais que vão construir a espinha dorsal desta dissertação: o território, o conflito e a configuração de poder.

Em primeiro lugar, para falar do que acontece em Limeira nos últimos anos contextualizo a disputa pela terra e pelo território, os processos de territorialização apoiada nas noções de João Pacheco de Oliveira (1998) e Haesbaert (2004). Em segundo lugar, ao tratar do conflito e dos atravessamentos econômicos e sociais que surgem dele, neste trabalho a referência está nos autores da sociologia crítica e da ecologia política como Henri Acselrad (2010), Paul Little (2006) e Joan M. Alier (2007). Em terceiro lugar, buscarei compreender as relações internas e externas ao conflito e a forma como o poder é exercido pelos atores que se relacionam nesta configuração, especialmente a partir das chaves analíticas de Norbert Elias (1994; 2001; 2008).

O anexo da imagem a seguir tem como intuito sistematizar de forma gráfica os elementos-chave da pesquisa e facilitar a visualização do objeto de forma que parto da readequação produtiva para descrever o contexto da comunidade de Pescadores Artesanais de Limeira e as mudanças provocadas pelo conflito socioambiental, as configurações de poder estabelecidas a partir da emergência de múltiplas territorialidades.

Figura 3: Representação do objeto de pesquisa e seus elementos centrais



Org: Elaboração da autora

Como procedimento metodológico desta dissertação, foi realizado um estudo de caso centrado na análise do processo de readequação produtiva na comunidade de Limeira, no município de Mimoso do Sul, no estado Espírito Santo, e seus consequentes desdobramentos sociais, políticos e econômicos decorrentes da instalação da PCH Pedra do Garrafão I, do Grupo Neoenergia.

Para tanto, a metodologia da presente dissertação baseou-se em uma abordagem qualitativa de coleta e análise de dados, relatórios e documentos institucionais e públicos, também foram abordadas, a partir de uma revisão teórica bibliográfica que versa sobre a temática de territorialização, problemáticas que envolvem as noções de identidade e tradicional.

A estratégia metodológica aqui operacionalizada também caminhou para uma compreensão de que mais do que noções quantitativas em termos de análise de produção econômica, foi preciso levar em considerações os fenômenos descritos como relações

sociais. Por isso, uma abordagem qualitativa nos ofereceu um suporte de compreensão e assim foi possível, ainda que de maneira preliminar, desenhar uma análise histórica dos processos sociais e econômicos contados pelos próprios moradores. O informante principal, neste caso, pode ser descrito pelo Pr. Ronaldo Valadão, líder religioso da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério da Limeira e presidente da Associação de Pescadores de Limeira – ASPEL.

Procuramos, também, realizar um trabalho em constante dialógico entre o campo empírico, a bibliografia e a teoria. Como parte da pequena equipe de 3 consultores da *Buriti Estudos e Educação Ambiental* tive a oportunidade de observar *in loco* as manifestações do conflito socioambiental através das ações e narrativas tanto da empresa, contratante do serviço, quanto dos pescadores que foram o público-alvo do programa. Mas, também, estivemos em contato com outros atores como os assentados do Projeto Cachoeira das Garças, a prefeitura de Mimoso do Sul, os parceiros locais envolvidos nos desdobramentos das discussões sobre as possibilidades econômicas para a comunidade, como o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER.

De julho de 2016 a julho de 2018, foram realizadas as atividades previstas no Termo de Referência da assessoria: reuniões de planejamento, cursos de gestão, oficinas de captação de recursos e formação de redes de colaboração. Foram mais de 10 encontros com duração que variaram entre 1 e 5 dias. A partir dos encontros, somado aos documentos que contextualizaram a fase inicial da assessoria, foi se constituindo um material que considerei de grande riqueza de informações para subsidiar a presente pesquisa.

Desta maneira, para além da atividade de campo, as informações e dados consultados nesta pesquisa encontram-se, majoritariamente, presentes em plataformas de instituições públicas, como: Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Recursos Hídricos do Espírito Santo (AGERH-ES), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Além disso, foram consultados os relatórios financeiros do Grupo Neoenergia, relatórios do Comitê Capixaba da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana (CCBH Itabapoana) e documentos e arquivos físicos e fotográficos junto à comunidade de Limeira.

Com base no acesso a esses tipos de documentos foram encontrados mapas, figuras e tabelas que possibilitaram a sistematização das informações e a validade das mesmas. Dessa forma, a dissertação está estruturada em três capítulos. No Capítulo I, intitulado “O Rio Itabapoana e a comunidade, entre processos de territorialização”, buscaremos traçar preliminarmente o processo histórico da comunidade de Limeira e as dinâmicas de territorialização, sua relação com o Rio Itabapoana, problemáticas com a pesca artesanal, descrevendo aspectos da organização social da comunidade e sua cosmologia. No segundo capítulo, intitulado “O Rio, a comunidade e a chegada de novos atores no território”, trataremos de expor como e quando ocorreu a chegada das PCHs na Bacia do Itabapoana, os impactos ambientais e o histórico das reações e negociações entre a comunidade e a empresa, sob mediação do Estado, levando à discussão da readequação produtiva dos pescadores artesanais de Limeira.

A descrição construída nos capítulos 1 e 2 são análises de documentos oficiais do processo de Licenciamento da PCH Pedra do Garrafão, de publicações de estudos realizados por pesquisadores da região e de órgãos públicos atuantes na Bacia do Itabapoana, além de matérias em sites da rede de comunicação local. Muitos dados e informações organizados em cláusulas e/ou artigos de atas judiciais, resoluções, notas técnicas e relatórios que dificultam a organização textual do que foram as experiências vividas dos atores dentro do conflito instalado no território.

No terceiro capítulo, intitulado “A comunidade, a barragem e a (re)adequação”, descrevemos de maneira processual a dinâmica da readequação produtiva e os consequentes entraves na implementação não só de um novo modelo de produção exógeno à comunidade de Limeira, mas uma territorialização de um projeto político-econômico antagônico aos modos de vida da comunidade.

CAPÍTULO I - O Rio Itabapoana e a comunidade, entre processos de territorialização.

A comunidade tradicional de ribeirinhos de Limeira viu a pesca artesanal ser inviabilizada a partir do ano de 2007 deixando de ser a atividade econômica principal que sustentava a comunidade. O impacto ambiental se revelou também como um impacto econômico e social, interferindo nos modos de vida das populações do entorno da Bacia do Rio Itabapoana e levando ao travamento de disputas políticas e jurídicas.

A readequação produtiva emergiu como um fenômeno a ser problematizado (BOURDIEU, 2004), pois ela aparece inicialmente como um programa de assessoramento técnico oferecido aos pescadores pela empresa Rio PCH I, resultante de um acordo judicial e condicionante imposta pelo IBAMA⁷ para manutenção da licença de operação da PCH Pedra do Garrafão.

No entanto, a execução do programa de readequação trouxe desafios para além da busca por alternativas de geração de renda para substituir a prática da pesca artesanal, revelou um processo mais amplo e que, até o momento atual, envolve não somente a ruptura com a atividade produtiva, mas com um modo de produção e reprodução da vida. Assim, Bourdieu (2004) nos ajuda a compreender exatamente a escolha do tema aqui apresentado, quando da possibilidade de olhar para o meu objeto e apreende-lo não como uma relação pré-estabelecida pela nossa percepção, mas como um objeto científico.

A partir desta perspectiva ampliada busco entender como tal (re)adequação afeta e é afetada pela relação social, e por quais outros possíveis fatores atrelados à prática tradicional da pesca como pelo sentimento de pertencimento, pela reprodução de identidades, pela cultura, e pelo compartilhamento do território e seus recursos naturais. Nesse sentido, com propósito de fazer desse objeto, um objeto científico, buscaremos de maneira consciente, colocar os aspectos que a realidade da (re)adequação produtiva impõe sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas em Limeira em constante interrogação (BOURDIEU, 2004).

Para adentrar a este cenário, me apoio na noção processual de territorialização utilizada por João Pacheco de Oliveira (1998. p. 56) ao analisar a construção do “objeto político-administrativo” do processo de territorialização de comunidades indígenas, como

⁷ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA é órgão ambiental responsável por analisar a localização, instalação, ampliação e operação dos empreendimentos e atividades poluidoras, incorporando as demandas e os interesses dos grupos mais diretamente afetados.

um auxílio na compreensão das mudanças sofridas pela comunidade de Limeira enquanto um processo de reorganização social e pensando os conflitos e suas configurações na sua relação com o território:

O que estou chamando aqui de processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p.56).

Pacheco de Oliveira (1998. p. 55) pensa o território e a territorialização a partir da formação de identidades que de algum modo se diferenciam de outras identidades, da especialização de mecanismos políticos, e de questões relativas ao “controle social sobre os recursos ambientais”, assim como processos de reelaboração da cultura com o passado. No cenário apresentado neste trabalho, encontraremos estes elementos seja na representação dos pescadores enquanto comunidade tradicional e sua reivindicação sobre o território, posicionando-se diante da chegada de novos agentes como o grupo de assentados da reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e a RIO PCH Pedra do Garrafão.

Importante destacar que o processo da formação identitária apontada por Oliveira (1998) não ocorre no plano do isolamento, pelo contrário, ocorre em um processo de interação inter-societário e relacional, bem como em relação com o Estado-nação. Estes processos de territorialização podem ser observados em contextos distintos organizados textualmente neste trabalho para evidenciar três momentos históricos com grande impacto na organização social que envolve, primeiramente, a constituição da comunidade de pescadores, a seguir a chegada do Projeto do Assentamento Cachoeira das Garças e, enfim, a construção da PCH. Nos dois últimos processos destaco a atuação dos órgãos de controle do Estado sobre a distribuição das terras pelo INCRA e sobre o processo de licenciamento para construção e funcionamento da PCH pelo IBAMA.

Como Almeida evidencia:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada ‘comunidade tradicional’ se constitui nesta passagem. O significado de ‘tradicional’ mostra-se, deste modo, dinâmico e como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista e de fixidez de um território, explicado principalmente por fatores históricos ou pelo quadro natural, como se a cada bioma correspondesse necessariamente uma certa identidade. A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado (ALMEIDA, 2008, p. 117-118).

Ainda para Oliveira (1998, p. 56), a territorialização também ocorre quando o aparato burocrático do Estado direciona a gestão do território e fragmenta em unidades geográficas e demarcação de fronteiras a partir de movimento político-administrativo “(arbitrário e circunstancial)”. Assim, “A dimensão estratégica para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação é, a meu ver, a territorial”, afirma o autor.

Tal abordagem nos ajuda a entender quanto à base territorial da Comunidade Ribeirinha de Limeira e o processo de autoafirmação de sua identidade e da constituição de uma unidade sociocultural. Visto que durante os processos de territorialização da comunidade há uma produção de instituições, crenças, competição por recursos e uma organização política que são características do processo histórico de Limeira (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998). Essas características “próprias” da comunidade configuram o que compreendemos como o tradicional, e o tradicional mobilizado pela comunidade de Limeira tem como um dos seus significados o que é explicitado por Grunewald:

[...] um adjetivo positivo que estabelece e caracteriza, para uma determinada população, uma forma de vida própria em termos culturais ou socioambientais (e em oposição ao mundo moderno

capitalista industrial etc., que também se faz presente com certa diversidade no meio rural) (GRUNEWALD, 2016, p. 15).

De acordo com Grunewald (2016, p. 16 *apud* WEBER, 1991, p. 270), as comunidades tradicionais, assim como os “grupos étnicos”, ao produzirem um sentimento de comunidade, que não necessariamente esteja atrelada a ligações sanguíneas concretas, constroem uma comunhão étnica, que acabam por construir e facilitar relações comunitárias, principalmente as relações políticas. Assim, “é na ação política, como grupo de interesse, que a comunhão étnica (a comunidade) ganha sua expressão mais acabada” (GRUNEWALD, 2016, p. 16). O que não quer dizer que não haja contradições e disputas nesse meio, pelo contrário, veremos que o caso de Limeira é um exemplo concreto de que o reconhecimento identitário nem sempre se estabelece na coesão irrestrita.

Sendo assim, a comunidade de Limeira tem sido atravessada por processos e iniciativas de territorialização que a reorganiza social e politicamente para disputas históricas sobre o território o qual ocupam, bem como pela garantia da produção e reprodução social da vida a partir da mobilização da identidade de comunidade tradicional tanto no plano político-identitário, quanto político-organizativo (ALMEIDA, 2008).

Almeida ainda observa que:

[...] pode dizer que mais do que uma estratégia de discurso tem-se o advento de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também práticas rotineiras no uso dos recursos naturais. A complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional (Barth, 1969), foi trazida para o campo das relações políticas, verificando-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou diferenças étnicas e diversidades culturais, diluindo-as em classificações que enfatizavam a subordinação dos “nativos”, “selvagens” e ágrafos ao conhecimento erudito do colonizador (ALMEIDA, 2008, p. 23).

Seria pela saída enquanto tradicional que a comunidade de Limeira encontra não só uma alternativa para fazer frente aos processos de territorialização compulsoriamente impostos, mas se reorganiza politicamente com objetivo de pleitear o seu reconhecimento e a territorialização aos seus modos e características. Tal reconhecimento, como já exposto por Pacheco de Oliveira (1998), não ocorre por um processo isolado, ou seja,

passa por uma base de sustentação social, assim como um “universo simbólico que confirmam sentido à atribuição do étnico ou tradicional” (GRUNEWALD, 2016).

Portanto, as relações sociais, políticas e econômicas em constante processo e as ligações com o tradicional em Limeira constroem uma base subjetiva comum que liga os moradores de maneira afetiva e estabelece um conjunto de semelhanças que fazem daquele espaço, um espaço territorial a fim de transforma-lo em um território de fato, ou seja, “uma unidade territorial comum e representativa” (GRUNEWALD, 2016, p. 42). Embora essa unidade representativa passe por uma construção simbólica e social, é forjada, do mesmo modo, no plano jurídico a fim de estabelecer uma autonomia e a gestão dos recursos estratégicos para a reprodução da vida da comunidade reconhecendo suas contradições.

Haesbaert (2004), que também trata dos processos de territorialização, propõe enxergar no território um lugar que incorpora as múltiplas formas de exercício do poder. Sua perspectiva aponta a identificação do processo de construção de territórios múltiplos, distinguindo território e territorialidade, relacionando-os como um espaço social e politicamente construído através do domínio material e da apropriação simbólica. Aspectos muito evidentes nas disputas e regulamentação da terra, o poder político concreto, o reconhecimento de posse de um lado, e os conflitos inerentes à disputa simbólica manifestada nos questionamentos da legitimidade de cada agente na ocupação do espaço.

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

A multiplicidade territorial colocada por Haesbaert (2004) seria a consideração do “espaço-tempo-vivido” de cada sujeito social, observando a combinação das funções dadas à sua dominação material, o território como recurso, e à produção de significados.

Por um lado, se a transformação dos espaços em mercadoria, privilegiando seu valor mercantil, responde à dinâmica de acumulação capitalista, geralmente com o apoio do Estado e setores empresariais, leva a prevalecer a dominação sobre a apropriação. Por outro lado, existe na relação de apropriação uma valorização dos espaços enquanto meios de sobrevivência. É na distinção dos sujeitos que constroem cada território que se estabelece a sua multiplicidade de poderes.

Haesbaert (2004, p.5) também afirma a importância da "historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico". Tais premissas de distinção dos sujeitos e as territorialidades que surgem na história de Limeira orientam o olhar para este território específico, a partir da descrição dos modos de utilização da terra e dos recursos naturais, das formas de controle e a construção de hegemonias. Reunindo vários territórios em uma pluralidade de territorialidades, que abrange diferentes jurisdições, podendo sobrepor-las, e convertendo a luta social em espaço.

A multiplicidade intrínseca ao território advém do seu permanente processo de diferenciação, ou suas (re)territorializações. Estas concebem um território múltiplo com suas distintas representações, configurando relações sociais e as percepções de domínio sobre o território. Na interação territorial constrói-se uma multiterritorialidade que possibilita o surgimento de territorializações múltiplas, ou seja, uma interação que extrapolaria suas fronteiras levando à noção de território-rede, cujo espaço geográfico torna-se insuficiente para sua distinção, pois sua flexibilidade territorial permite exercer o poder sobre os espaços de forma local ou de forma conectada em vários locais (HAESBAERT, 2004, p. 11).

A exemplo da presença das multinacionais em territórios em disputa, como acontece no espaço em que está estabelecida a comunidade de Limeira e as famílias assentadas do Projeto de Assentamento Cachoeira das Garças, podemos compreender que enquanto as empresas estabelecem relações relativamente pontuais e exercem poder em seus múltiplos territórios de forma conectada, no entanto, mais instável e submetida às oscilações do mercado, os pescadores e assentados lutam pelo "primeiro território" (HAESBAERT, 2004, p.17).

O exercício do poder deste grupo privilegiado - agentes que escolhem quais territórios dominar, com toda fluidez e instabilidade de um mundo "globalmente móvel" - deve ser distinguido conforme suas experiências de multiterritorialidade ao

considerarmos as transformações sociais que promovem nos territórios (HAESBAERT, 2004, p.18).

A discussão trazida por Haesbaert e Tramontani (2004), numa perspectiva econômica, sobre o conceito de (des)territorialização remonta à reflexão marxista de expropriação dos meios de produção e produção do trabalhador "livre", vendedor de sua força de trabalho, e trata como processo global capitalista a dissociação entre o trabalhador e o controle territorial.

Assim, seria sobretudo através das relações econômicas, capitalistas, especialmente no que se convencionou chamar de globalização econômica e, mais enfaticamente, no campo financeiro e nas atividades mais diretamente ligadas ao "ciberespaço", que se dariam os principais mecanismos de destruição de barreiras ou de "fixações" territoriais. (HAESBAERT e TRAMONTANI, 2004, p. 26).

Para os autores há um caráter (des)territorializante na forma como o capitalismo age ao se territorializar, manifestado nos processos de acumulação primitiva e expropriação territorial de populações. Desenvolve-se nos territórios, como referência geral, uma relação de quantificação e monetarização para avaliação dos processos e criam-se leis concebidas na própria lógica do capital.

Fica evidente que, ao criar a nova "interdependência" e ao conectar, econômica e culturalmente, as regiões mais longínquas, está-se estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de "território-mundo" globalmente articulado. E este "território-mundo" tem como um elemento comum um sistema de códigos e signos igualmente criados pelo capitalismo. Em outras palavras, o capitalismo para ser hegemônico precisa de coesão e esta vai se dar, sobretudo, por meio de uma homogeneização dos códigos e signos utilizados, para que se configure o território-global ou território-mundo. Mas estes códigos não surgem espontaneamente com o novo sistema, eles são criados a partir da destruição de códigos antigos, ou seja, ocorre uma recodificação ou sobre-codificações sucessivas. (HAESBAERT e TRAMONTANI, 2004, p. 29).

Sobre as implicações profundas do conflito socioambiental instalado na Bacia do Rio Itabapoana, há outras variáveis a serem observadas além do apreendido nos impactos ambientais sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal. A readequação produtiva se insere na discussão proposta por Haesbaert e Tramontani (2004) como um processo de reestruturação produtiva do território, passando por uma reestruturação do poder e da

subordinação ao controle estatal, agente que se mostra historicamente comprometido com a desterritorialização impelida pela forte integração das economias mundiais e a reestruturação das relações de trabalho, bem como das relações produtivas.

Embora, mesmo com seu papel redistributivo, nunca tenha se colocado como um verdadeiro empecilho à realização da acumulação em escala mundial, o Estado sempre atuou, em sucessivos ciclos de interferência, a fim de regular a dinâmica dos mercados, em geral como um parceiro e/ou uma "escala de gestão" indispensável ao bom desempenho dos fluxos comerciais e financeiros (HAESBAERT e TRAMONTANI, 2004, p. 30).

O enfraquecimento da prática dita tradicional e seus reflexos nas práticas cotidianas de Limeira interferem na possibilidade de autodefinição e de reprodução dos modos de vida para as gerações atuais e futuras. De outro modo, problematizar o processo de readequação produtiva pode revelar processos distintos de produção de sentidos como formas de resistência e/ou resiliência da comunidade de pescadores que, apesar da expropriação vivida em seu território, continua buscando alternativas para a sua permanência.

Tal categoria “população tradicional” vem sofrendo uma série de tensionamentos que a deslocaram sempre para novas definições. Para Arruda (2000), a tradicionalidade dessas populações tem a ver primeiramente com a forma de ocupação do espaço e a forma de utilização dos recursos naturais voltados à subsistência, com base na mão-de-obra familiar e com uso de tecnologia de baixo impacto, para além desses aspectos:

Por falta de classificação mais adequada estamos utilizando a noção de "sociedades tradicionais" para referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, **comunidades ribeirinhas**, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas (ARRUDA, 2000, p. 278) (grifo nosso).

Arruda (2000) chama atenção para as condições de resistência das populações tradicionais, usando como exemplo a criação das Unidades de Conservação, pois quando permanecem no território vivem situações agravadas pelas limitações impostas para usufruto dos recursos disponíveis. No caso de Limeira, em um cenário de desapropriação

de terras e uma expressiva exploração do potencial energético da sua principal fonte de recursos, o Rio Itabapoana, há um contexto de interposição de interesses, em que se faz necessário estabelecer questionamentos a partir de que forma os modos de vida tradicionais estão sendo pensados e repensados.

Como portadora de um valor material e imaterial para a história da região, a comunidade de Limeira possui uma organização social que está intimamente ligada à vida do Rio Itabapoana. Os impactos sobre o rio recaem diretamente sobre os ribeirinhos que ao longo de sua permanência no território construíram uma relação de interdependência. Preservando o rio e suas nascentes, estavam preservadas a pesca, a agricultura e o ecoturismo, práticas que sustentaram a colônia de pescadores por décadas, garantindo não somente a sua sobrevivência, mas a produção e reprodução da vida (ARRUDA, 2000).

Segundo os pescadores, a partir dos estudos de impacto ambiental que resultaram no planejamento e zoneamento⁸ das atividades permitidas no reservatório da barragem (piscicultura, lazer, entre outras) qualquer movimento da comunidade vem sendo monitorado, desde a circulação em áreas consideradas de risco até a prática da pesca, que a partir do zoneamento deveria acontecer de forma controlada e em uma área definida pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais - PACUERA.

O modo de vida da Comunidade de Limeira, suas memórias, os rituais e até mesmo a arquitetura de suas residências talvez nunca tivessem sido confrontados ou questionados até concorrerem com outras formas de utilização dos recursos locais. A regulação do território, principalmente nas duas últimas décadas, colocou o rio como objeto central de disputas, impôs restrições às práticas cotidianas da comunidade ou qualquer intervenção na natureza. O rio passou a beneficiar outros públicos, consumidores, em detrimento das populações cujas raízes já haviam se firmado naquele lugar (ARRUDA, 2000).

Para compreendermos os processos de territorialização anteriormente abordados e que atravessaram a comunidade de pescadores de Limeira, nos deteremos nos próximos tópicos a descrever de maneira preambular sobre o seu processo histórico, bem como a relação desta comunidade com a região da bacia do Rio Itabapoana, especialmente a

⁸ BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, Ibama. **Performance Centrais Hidrelétricas (PCH) da Pedra do Garrafão**: plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório: Pacuera. Rio de Janeiro: ECO-SISTEMA - Assessoria e Consultoria Ambiental e de Engenharia, 2013. Disponível em: <<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/PedraDoGarrafao/1PG%20Diagnostico%20Socioambiental.pdf>> Acesso em: 20 de junho de 2019.

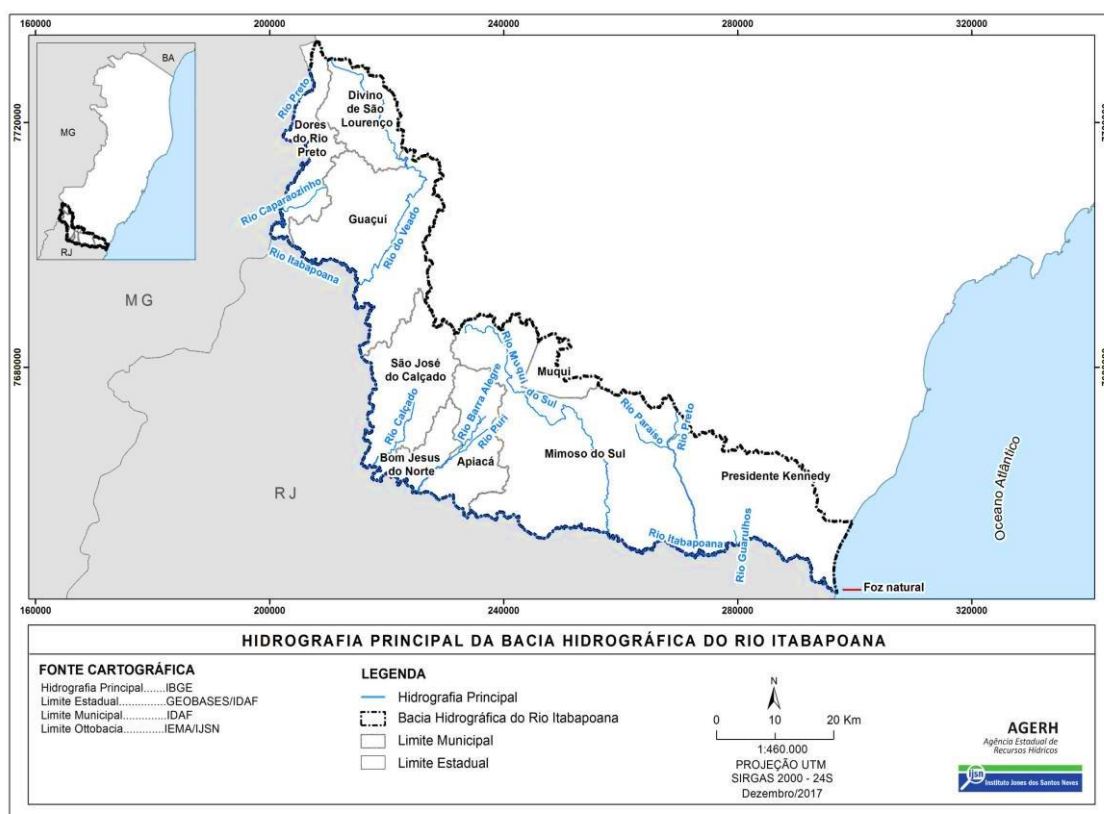
prática da pesca artesanal. Descrevo alguns aspectos da organização social e exponho a sequência de acontecimentos que a impactaram levando ao contexto da readequação produtiva.

1.1 O Rio Itabapoana: Patrimônios da natureza e da cultura local.

O Rio Itabapoana é um corpo hídrico de domínio da União e nasce entre os municípios de Presidente Kenedy, no Espírito Santo, e São Francisco do Itabapoana, no Rio de Janeiro. Destaca-se os seus principais afluentes, o Rio Preto à esquerda, em Minas Gerais, na Serra do Caparaó e o Rio São João, que nasce no sudeste de Minas Gerais. A bacia hidrográfica do Rio Itabapoana drena os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, onde estão localizadas suas nascentes, conferindo 4.875 km² de área e abrangendo 18 municípios e 285.458 habitantes, de acordo com os dados da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Ao sair de Minas Gerais, o rio percorre cerca de 250 km, separando geograficamente os territórios Capixaba e Fluminense, desaguando no Oceano Atlântico.

Figura 4: Principais cursos de água da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana



Fonte: AGERH (2018)

A bacia do Itabapoana é segmentada por três microrregiões, quais sejam: Alto Itabapoana, com predomínio de quedas d'água e corredeiras; Médio Itabapoana, pé-montanhosa com colinas e rios; Baixo Itabapoana com água subterrânea nos aquíferos sedimentares (GOMES, 2015).

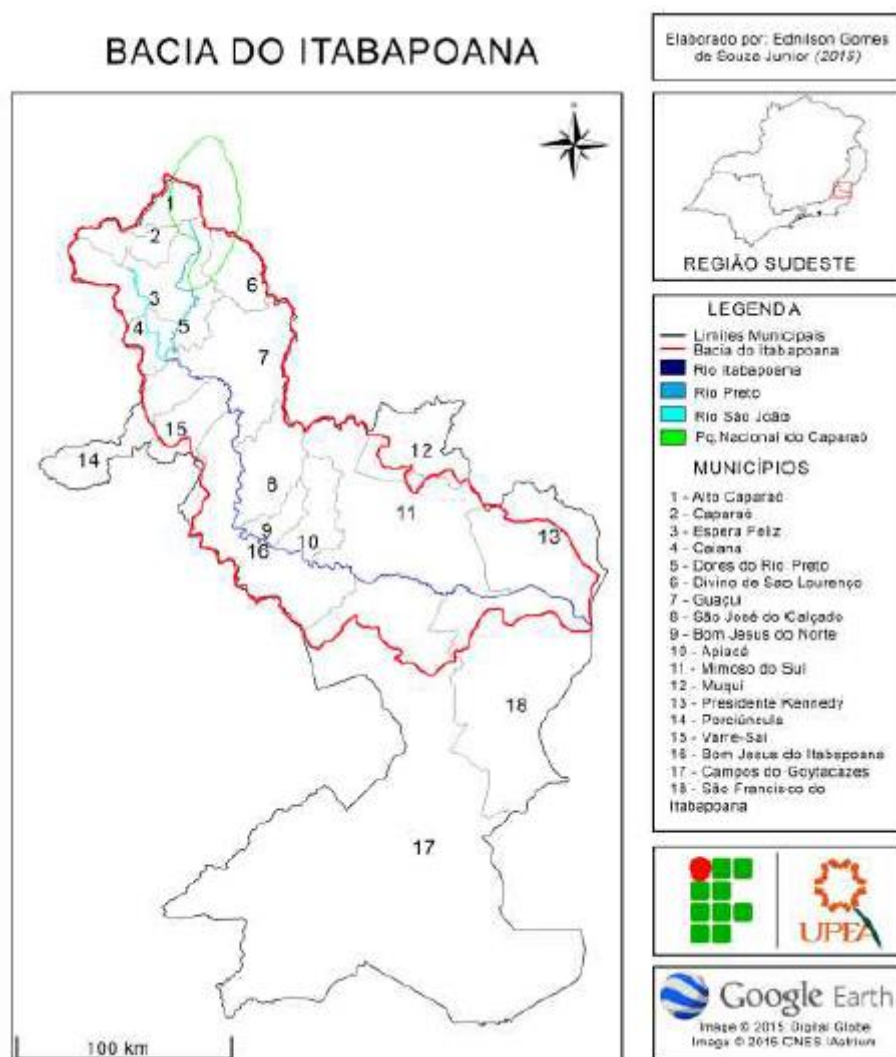
Sua bacia (ver Figura 2) possui um grande potencial hidrelétrico que já despertava interesses econômicos há mais de 70 anos⁹. Esse potencial é reforçado através de importantes rios: como os já citados Rios São João e Preto, com acréscimo do Rios Veado e Caparaó (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2016).

Pertencente ao estado do Rio de Janeiro sua área aproximada é de 1.520 km², o que corresponde a cerca de 40% do total, abarcando o município inteiro de Bom Jesus do Itabapoana, parte de Porciúncula, Varre-Sai, São Francisco do Itabapoana e Campos dos Goytacazes, todos os municípios no estado do Rio de Janeiro.

No Estado do Espírito Santo, possui uma área de drenagem de aproximadamente 2.696 km² que abrange os municípios de Divino de São Lourenço, Guaçuí, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Apiacá e Mimoso do Sul e os municípios de Dores do Rio Preto, Muqui e Presidente Kennedy.

⁹ Os estudos que viabilizaram a exploração deste potencial datam de 1942 por iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Engenheiro Edmundo Franca Amaral.

Figura 5: Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana



Fonte: Souza Junior (2015)

O mapa representado na figura acima demonstra os 18 municípios dos três estados cujo o Rio Itabapoana banha. Cabe destacar que, no que diz respeito a densidade populacional, sobretudo da porção capixaba, a qual a centralidade desta pesquisa se orienta, há um processo evidente no aumento do deslocamento dos habitantes que residem em áreas rurais para as áreas urbanas entre 2000 e 2010, o que confere um crescimento da população urbana em detrimento da migração rural-urbana, o caso de Mimoso do Sul e Guaçuí exemplificam essas dinâmicas. Muito embora haja um processo de migração relacionado à “saturação da absorção do crescimento da família” (AGERH, 2018, p. 72), as condições impostas pela dinâmica da construção de PCHs no entorno do rio, impulsionam ainda mais esses processos diminuindo as taxas de crescimento da população rural desses municípios.

Em razão do seu potencial hidráulico e energético com cerca de 117.500 quilowatts (KW) atualmente (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2016), o Rio Itabapoana recebeu implantação de quatro PCHs e uma Usina Hidroelétrica (UE): PCH Pedra do Garrafão entre os municípios de Campos dos Goytacazes (RJ) e Mimoso do Sul (ES) com capacidade de 19 MW de geração de energia; PCH Pirapetinga, divisa entre os municípios de São José do Calçado (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ) com capacidade de 20 MW de geração; Usina Hidroelétrica Rosal interligada ao município de Alegre (ES) e Mimoso do Sul (ES) com capacidade de geração de 55 MW; PCH Calheiros, conectada a partir de linhas de transmissão para o município de Itaperuna (RJ), com capacidade de 19 MW de geração¹⁰. A tabela a seguir demonstra o potencial hidroelétrico da região do Itabapoana:

Tabela 1: Potencial Hidroelétrico da região de Itabapoana

Bacia Hidrográfica	Rio	Hidroelétrica	Situação	Potência (kW)	Tvr ^a (km)
Itabapoana	Itabapoana	UHE Rosal	Em operação	55.000	6,6
Itabapoana	Itabapoana	PCH Pirapetinga	Em operação	20.000	5,81
Itabapoana	Itabapoana	PCH Calheiros	Em operação	19.000	2,3
Itabapoana	Itabapoana	PCH Pedra do Garrafão	Em operação	19.000	2,13
Itabapoana	Itabapoana	PCH Franco Amaral	Em operação	4.500	1,07
Itabapoana	Itabapoana	PCH Nova Franca Amaral	Planejada	30.000	1,55
Itabapoana	Itabapoana	PCH Bom Jesus	Planejada	5.000	1,2
Itabapoana	Itabapoana	PCH Saltinhos do Itabap	Planejada	5.000	0,6
TOTAL				157.500	21,26

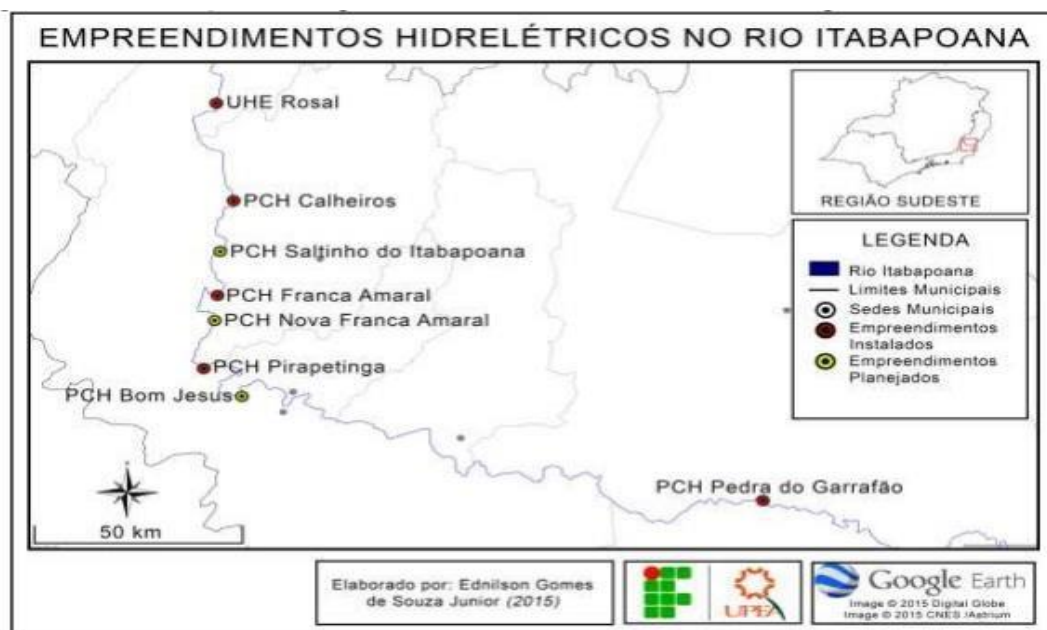
Fonte: Fundação COPPETEC*TVR (2014) *apud* Silveira e Oliveira (2016, p. 189).

Com o desvio dos afluentes e o represamento do Itabapoana pela barragem da PCH Pedra do Garrafão a Cachoeira das Garças secou. E apesar dos impactos da exploração do seu potencial hidráulico, estão em planejamento a construção de mais três PCHs: Bom Jesus, já nas proximidades da PCH Pirapetinga; Nova Franca Amaral, entre a PCH Pirapetinga e a Franca Amaral e Saltinho de Itabapoana, entre a PCH Calheiros e PCH Franca Amaral. Cabe destacar que a implementação de novas PCHs no curso do Rio Itabapoana cria um efeito “enfileirado” ou uma espécie de “escada” (GOMES, 2015, p. 25) de hidroelétricas no contorno do rio, relativamente próximas umas das outras, como demonstrado na figura abaixo:

¹⁰ Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20160805041430/http://camposturismo.com.br/2524_rioitabapoana#prettyPhoto> . Acesso em: 15 de jul. de 2019.

Figura 6: Localização dos empreendimentos hidrelétricos no Rio Itabapoana



Fonte: GOMES (2015, p. 25)

Na porção capixaba da Bacia do Rio Itabapoana, há, também, uma relevante produção e criação de rebanho bovino, rebanho de galinhas e rebanho de suínos. Sendo que, o município que possui uma maior criação de cabeças de galinha e bovinos está representado por Mimoso do Sul, em 2015 haviam 57.400 cabeças de gado e 6.715 cabeças de galinha (AGERH, 2018, p. 100). O rebanho de bovinos do município está entre os dez maiores do estado do Espírito Santo e o segundo município com mais vacas ordenhadas.

A dinâmica econômica dos municípios circundantes do Rio Itabapoana tem como principal característica uma demanda hídrica, seja a partir da exploração das águas para a construção das PCHs, seja para irrigação de atividades agrícolas, para irrigação de atividades de silvicultura, como florestas plantadas de eucalipto, ou para o desenvolvimento da pesca artesanal. No que se refere às atividades agrícolas, os municípios da porção capixaba são caracterizados, primordialmente, pela agricultura familiar. A base da produção agrícola na região está concentrada na produção de café, como é o caso do Município de Mimoso do Sul, com maior produção de café arábica da região (AGERH, 2018). Além disso, de acordo com os dados do INCAPER/ES, a estrutura fundiária do município funciona tanto por base familiar, quanto em regimes de parceria.

Durante o processo de industrialização implementado no estado com vistas a se recuperar da crise do café nos anos de 1950 que impactou diretamente a economia capixaba, iniciaram os projetos de atividades ligadas à indústria de construção civil pesada e ao extrativismo mineral. No que concerne às questões ligadas ao extrativismo mineral, Mimoso do Sul, mais uma vez, encabeça as atividades de extração de rochas ornamentais (extração de granito). O município também ocupa o segundo lugar com um maior número de indústria de transformação da bacia, concentradas, especialmente, em transformação e beneficiamento mineral (AGERH, 2018).

Na maioria das fontes consultadas que tratam da relação da Comunidade de Limeira com o seu território, a pesca artesanal no Rio Itabapoana aparece como principal atividade produtiva, e será a partir dessa atividade econômica que tem rebatimentos diretos no tecido político-social, que nos deteremos a compreender a readequação produtiva.

Outras atividades como o transporte a barco de pessoas e cargas ou o turismo na região estão vinculadas às suas águas navegáveis ou suas cachoeiras. Pegar robalo à mão na piracema, o banho de cachoeira, a plantação de arroz nas áreas alagadas às suas margens, a prática extrativista de ervas e plantas medicinais, por muito tempo compunham o cenário de práticas caseiras dos habitantes da região e dos turistas visitantes (INCRA, 2013, p.19).

O Porto de Limeira é uma referência na história do Rio Itabapoana, pois escoava a produção agrícola do interior da bacia e foi responsável pelo comércio de populações escravizadas trazidas da costa africana no século XIX (AGERH, 2018). Esse cenário atualmente está agravado e o diagnóstico é de comprometimento de sua navegabilidade, devido ao elevado número de barramentos, que interferem no fluxo natural do rio e, por consequência, na navegação. Em situações ambientais equilibradas a navegabilidade já teria restrições, diante das condições resultantes das ações antrópicas na bacia o desafio da navegação é ainda maior.

Os estudos do solo da região da Propriedade Cachoeira das Garças apontam uma fertilidade fraca das terras da antiga Fazenda São Pedro, sendo composta de morros e solos rochosos. As áreas agricultáveis, como os alagados onde se faziam as plantações de arroz, dependiam da abundância e qualidade da água do Rio Itabapoana. Os agricultores locais apontam o rio como grande potencializador da agricultura, ou seja, o potencial da

região é a abundância de seus recursos hídricos que os auxilia na dinâmica econômica (INCRA, 2013).

Para mais, as transformações pelas quais passou o Rio Itabapoana com a entrada de novos empreendimentos não modificou apenas as características físicas e paisagísticas do curso do rio e dos seus afluentes. Transformou, amiúde, as relações sociais, políticas e econômicas dos atores que desempenhavam distintas relações com o rio e o seu entorno. Nesse sentido, faz-se necessário delinear, ainda que de maneira preliminar, um exemplo concreto dessas transformações a partir do histórico da comunidade de Limeira e suas relações econômicas e sociais e seus processos de territorialização no entorno do Rio Itabapoana.

1.2 A comunidade de Limeira: os ribeirinhos e a Fazenda São Pedro.

Compreender como ocorreram os processos de territorialização neste cenário requer uma análise histórica desde a formação do povoado, que deu origem à Comunidade de Pescadores Artesanais de Limeira, e as transformações ocorridas no território até os dias atuais. Segundo o relatório antropológico do INCRA, realizado em 2013, a colônia de pescadores, ao longo das últimas décadas, passou por três grandes impactos, a saber: 1) o impacto da chegada do acampamento para reforma agrária nos anos 1990; 2) o impacto da hidrelétrica nos anos 2000; e 3) o impacto do processo de desapropriação da Fazenda São Pedro iniciado pelo INCRA-ES cujo projeto de assentamento se concluiu em 2013.

Nos próximos tópicos apresento tais processos que impactaram a vida dos moradores de Limeira, iniciando com a descrição do primeiro processo de territorialização que corresponde à forma como se estabeleceram e se organizaram neste espaço, suas relações de trabalho, cultura, práticas religiosas, a relação com a terra e com o Rio Itabapoana.

Importante salientar que o relatório antropológico do INCRA supracitado foi realizado em cumprimento à Ordem de Serviço/INCRA/SR(20)G/Nº 16, e teve por objetivo, analisar a conjuntura social dos moradores do Projeto de Assentamento Cachoeira das Garças e os termos para sua futura permanência. Além disso, buscava-se propor modelos de exploração agropecuária para garantia da sustentabilidade e viabilidade econômica das famílias a serem assentadas e elaborar um pré-projeto de parcelamento do território do assentamento.

A comunidade de pescadores de Limeira, segundo os registros históricos do estado do Espírito Santo, é herdeira de um território originado desde o desbravamento da região correspondente ao atual município de Mimoso do Sul. O período data de 1776, de uma sesmaria de Minas Gerais e do Rio de Janeiro que originou o primeiro núcleo do povoado, fixado em Limeira, situada à margem capixaba do Rio Itabapoana onde funcionou o importante porto fluvial que subsistiu por mais de cem anos.

Os relatos sobre a Vila da Limeira fazem parte da identidade histórica do grupo e é organizada pela memória coletiva, fundindo-se com o histórico da família que os originou. Contam que antigamente havia um grande armazém que distribuía café e arroz produzidos na região, partindo de São Pedro, e recebia principalmente azeite, sal e carne de charque. Os ribeirinhos identificam o local onde hoje residem como o pequeno Porto da Limeira e, nas adjacências da Cachoeira das Garças, a localidade conhecida como Vila da Rainha (INCRA, 2013).

A comunidade de Limeira está situada em um dos sete distritos¹¹ pertencentes a Mimoso do Sul, o distrito de Dona América, que possui cerca de 700 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O distrito está situado na margem da Estrada de Ferro Leopoldina e tem na agropecuária a principal atividade econômica. Não obstante, o nome do distrito serve de homenagem à América Angélica de Azevedo Lima, proprietária da antiga Fazenda de São Domingo, cuja a antiga estação ferroviária se localiza.

Em 2013, a comunidade Limeira possuía em torno de 50 moradores: doze jovens com idade entre 14 e 17 anos; vinte e dois adultos economicamente ativos (considerando a idade a partir da qual um pescador adquire a carteira profissional plena); cinco idosos (acima de 65 anos); e nove crianças de até 13 anos.

Por estarem localizados na fronteira entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, os moradores utilizam os serviços públicos de saúde, educação das redes de atendimento tanto dos municípios da região sul do Espírito Santo, quanto dos municípios do norte do estado do Rio de Janeiro. Quando dialogam com o poder público local para obter os serviços básicos como saneamento, transporte, sua referência é a Prefeitura de Mimoso do Sul/ES (INCRA, 2013).

¹¹ São distritos de Mimoso do Sul: Mimoso do Sul, Conceição do Muqui, Santo Antônio do Muqui, São Pedro de Itabapoana, Dona América, São José das Torres e Ponte do Itabapoana.

Nos tempos em que o Porto Fluvial de Limeira estava em funcionamento - meados do século XVIII - a antiga Vila da Limeira de Itabapoana era formada por maior número de famílias com grande diversidade étnica. Seus descendentes, com a redução de oportunidades econômicas locais, foram deslocando-se para municípios vizinhos. No entanto, muitos destes descendentes mantêm seus laços familiares e afirmam sua origem na comunidade de ribeirinhos.

Nesta mesma região, aldeamentos indígenas provenientes da atual cidade de Anchieta, começaram a povoar a região das primeiras cachoeiras do Itabapoana, local onde viria a ser denominada por Limeira. A exemplo de outros povoados formados por índios aculturados e "caboclos mamelucos", como Piúma, Itaipava/Itaoca, Perocão, Meaípe, Santa Cruz e Riacho, São Pedro era um pequeno arraial onde seus moradores praticavam uma pequena agricultura de subsistência e se dedicavam à pesca (INCRA, 2013, p. 12).

Figura 7: Objetos recolhidos no Rio Itabapoana que, segundo os pescadores, remontam à época de funcionamento do Porto de Limeira



Fonte: Foto da autora (2016)

A origem da comunidade de pescadores artesanais de Limeira está ligada à chegada de uma emigrante nordestina, cuja identidade não foi possível revelar - e seu estabelecimento no povoado local, onde puderam compartilhar das práticas tradicionais. Ela teria chegado com seus filhos à Vila de Limeira do Itabapoana próximo ao ano de 1878 quando houve uma forte imigração de pessoas oriundas de Sobral, no Ceará. Ela, uma retirante cearense, chegou ao Porto de Limeira e ali os seus filhos iniciaram o ofício da pesca, e seguiram passando o conhecimento de geração para geração (INCRA, 2013).

Portanto, a família alvo deste estudo constitui um resquício da antiga Vila da Limeira, na qual existia uma diversidade étnica muito grande, composta de indígenas da região – provavelmente os

condutores dos saberes relativos à manipulação de extratos vegetais com fins curativos – de antigos negros que trabalharam no engenho da fazenda, mascates, imigrantes nordestinos – sobretudo cearenses, entre os quais a bisavó de Ronaldo, matriarca da família, entre outros (INCRA, 2013, p. 11).

A partir de sua matriarca origina-se o principal tronco familiar de Limeira, a família Nascimento, sendo identificada como bisavó da principal liderança local, o pastor Ronaldo Valadão do Nascimento (INCRA, 2013). No estudo antropológico do INCRA (2013) ele é apontado como o informante principal por ser uma fonte privilegiada da história da comunidade. Descrito como “bom articulador”, “desinibido” o pastor Ronaldo é considerado o porta-voz de Limeira, acumulando as funções de Presidente da Associação de Pescadores de Limeira - ASPEL, Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério da Limeira e atualmente membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos¹² de Mimoso do Sul/ES.

A Vila de Limeira tradicionalmente desenvolveu a pesca artesanal; a agricultura familiar para abastecimento da própria comunidade, cujos principais cultivos eram: café, milho, mandioca, aipim, arroz, feijão, inhame, banana, coco, entre outras espécies frutíferas e hortaliças; a criação de animais de pequeno e médio porte; extrativismo de plantas com propriedades curativas; e promoção de turismo local, além do transporte a barco de pessoas e cargas:

Os descendentes da família Nascimento não sabem informar a quantidade do que era produzido na agricultura, pois a maioria deles eram crianças ou jovens em tenra idade, porém guardam na memória os momentos familiares de trabalho e de lazer e as demais atividades realizadas em grupo: mutirões, trabalho em família, com revezamento entre os membros, inclusive entre homens e mulheres para cuidar das crianças pequenas, de hortas nos “quintais”, dos animais pequenos e na pequena lavoura coletiva (INCRA, 2013, p.16).

A pesca artesanal sempre foi realizada por homens e mulheres que dividiam entre si o tempo e as tarefas da produção, da comercialização do pescado e revezavam-se nos cuidados dos roçados familiares e cuidados com as crianças. Para os originários de Limeira havia abundância de peixes, que garantia a sua subsistência, assim como havia

¹² Conforme PORTARIA N°. 0129/2018, publicada no Diário Oficial do Município de Mimoso do Sul em 18 de outubro de 2018.

uma grande quantidade de árvores frutíferas à beira do rio, atraindo a fauna. Durante a piracema, os pescadores voltavam-se para a agricultura.

Dona Maria também se lembra que na Vila havia igrejas católicas, armazéns, toda a estrutura de uma pequena cidade. Todas essas histórias e descrições estão vivas na memória dos netos mais velhos, que cresceram ouvindo dos pais e avós sobre a origem das famílias que originaram a comunidade ribeirinha de Cachoeira das Garças (INCRA, 2013, p.14).

A família Nascimento, no passado, se estabeleceu nas terras da Fazenda São Pedro e em sua maior parte do tempo estiveram instalados em regime de posse, mantendo relações estáveis com a família dos proprietários. Não havia escritura de suas terras (INCRA, 2013). Até os anos 90 trabalhavam como meeiros, enquanto havia produção agrícola na fazenda.

No depoimento de uma das pessoas mais velhas entre os antigos colonos da fazenda, a mãe de Sr. Wilton Gomes de Souza conta que eram realizadas muitas festividades que reuniam pessoas de todo o entorno: habitantes da Vila da Limeira, colonos e comunidades ribeirinhas, tal como os familiares da colônia de pescadores de Cachoeira das Garças. Festividades religiosas ou bailes de forró, realizados nas próprias residências ou em locais de convívio comunitário (INCRA, 2013, p. 6).

De acordo com estudos já realizados junto à Comunidade de Limeira (INCRA, 2015; SOUZA Jr., SANTOS DE OLIVEIRA, 2016, p. 14), a pesca artesanal rendia 150 quilos de peixe por dia, com 3 a 5 horas diárias de trabalho. Realizada na beira do rio ou em barcos, utilizando a rede, o manzuá e a tarrafa. Havia uma grande diversidade de espécies - como robalo, tainha, piau, traíra, cascudo, bagre, sairu, piaba, lagosta, tilápia e carpa - segundo os próprios pescadores relatam.

Se comparada às pequenas centrais hidrelétricas existentes a montante, verifica-se que ocorre uma maior concentração de peixes com valor comercial na região da PCH Pedra do Garrafão. Tal afirmação confirma os relatos dos pescadores de que a região era propícia para a atividade da pesca e que, apenas dela, era possível garantir sua sobrevivência. (SOUZA Jr.; SANTOS DE OLIVEIRA, V. P., 2016, p. 14).

Havia uma cadeia produtiva local e o pescado de Limeira era distribuído nas cidades mais próximas por um atravessador. A atividade extrativista gerava uma renda de até quatro salários mínimos por mês aos pescadores, o suficiente para manter suas famílias. Estava sob constante orientação e fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Além da pesca artesanal, a comunidade também cultivava plantações para consumo próprio (SOUZA Jr.; SANTOS DE OLIVEIRA, V. P., 2016).

Além disso, no Espírito Santo, em 2007, haviam aproximadamente 11.600 postos de trabalho oriundos da pesca. Se somados os setores de captura e comercialização, vínculos diretos e indiretos, esse número pode chegar a 69.720 trabalhadores. Tecnicamente, a pesca artesanal é conhecida por uma produção de baixa escala e realizada através de barcos de até 15 metros de comprimento por uma pequena tripulação. No entanto, esta forma de trabalho representa a maior parte do pescado consumido no país (KNOX; TRIGUEIRO, 2014).

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; (Lei no 11.959/2009).

Mesmo sob efeito das transformações dos processos de modernização a pesca artesanal mantém-se caracterizada pelo trabalho humano e com as relações sociais em contextos familiares "com uma organização mental e prática do conhecimento como uma extensão do espaço doméstico". Nesta atividade, o aprendizado ocorre de forma direta, orientado por mestres através das suas práticas e vivências. A sobrevivência dos pescadores artesanais depende do seu conhecimento e aproximação com a natureza e no caso de Limeira, especialmente do Rio Itabapoana e os recursos naturais que este lhes proporciona (KNOX; TRIGUEIRO, 2014, p.4).

Outra prática importante para a comunidade era a extração de plantas nativas¹³ para uso doméstico e curativo, acontecia no terreno ao lado da Cachoeira das Garças, habitado pela família de Dona Elina, remanescente indígena, uma das moradoras mais

¹³ As pesquisadoras Luzia da Glória S. Martins e Luci de Senna Valle, do departamento de Botânica do Museu Nacional/UFRJ identificaram e classificaram o uso de 52 espécies de ervas nativas pela colônia de ribeirinhos.

antigas e que faleceu há poucos anos, tendo chegado aos 103 anos. Neste terreno a vegetação nativa era utilizada para uso próprio e também para o pequeno comércio local entre as famílias do entorno (INCRA, 2013, p. 5).

Figura 8: Registros das lideranças de Limeira



Fonte: Acervo ASPEL (2017)

As plantas eram destinadas para rituais e manifestações religiosas (as raízes e folhas), para pescaria (os frutos), para alimentação (principalmente as folhas) e grande parte para práticas curativas (na forma de chás). Sistematizada e impressa no *banner* que fica guardado com o pastor Ronaldo, presidente da ASPEL, a pesquisa é acionada pelos pescadores como uma comprovação ao falar de seus conhecimentos, conforme imagens a seguir:

Figura 9: Parte da tabela de plantas e seus usos pelos pescadores segundo o departamento de Botânica do Museu Nacional/UFRJ

Tabela: Plantas utilizadas pela colônia de pescadores da Cachoeira das Garças, com seus respectivos nomes científicos e populares, usos, formas de usos, de preparos e as partes utilizadas.

	Nome Popular	Nome científico	Familia	Uso popular	Forma de uso	Forma de Preparo	Parte utilizada
1	Novalgina	<i>Justicia pectoralis Jacq.</i>	Acanthaceae	Febre	Oral	Chá	Ramos
2	Chapéu-de-couro	<i>Echinodorus macrophyllus (Kunth) Mich.</i>	Alismathaceae	Rins	Oral	Chá	Folhas
3	Crista-degalo	<i>Celosia agentea L.</i>	Amaranthaceae	Ferida na lingua	Banho local	Chá	Folhas
4	Novalgina	<i>Puffia glomerata (Spreng) Pedersen</i>	Amaranthaceae	Febre	Oral	Chá	Folhas
5	Graviola	<i>Anona muricata L.</i>	Anonaceae	*Alimento *Baixar colesterol	Oral	Chá	* Frutos *Folhas
6	Pimenta pindaiba	<i>Xylopia sp.</i>	Anonaceae	Temperar peixe	Oral	Triturado	Frutos
7	Juca-torre	<i>Acantospermum hispidum DC</i>	Asteraceae	Febre de criança	Banho /Oral	Chá	Ramos

Fonte: Acervo da ASPEL.

Considerando as expressões de fé e sincretismos religiosos, atualmente, grande parte de seus habitantes são membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério da Limeira, cujo pastor é também presidente da associação de pescadores, a ASPEL. Pescadores e pregadores do evangelho, ambas as atribuições têm no rio a sua fonte de afirmação identitária seja através da pesca ou pela declaração pública de fé através do batismo em águas. Como veremos na figura a seguir:

Figura 10: Pesca e Batismo no Rio Itabapoana em Limeira/ES



Fonte: Imagens do Pescador Ronaldo, presidente da ASPEL, à esquerda, e do Pastor Ronaldo juntos aos novos batizados de Limeira/ES. Fonte: Acervo pessoal do Pescador Ronaldo Valadão.

A partir das descrições aqui expostas, os processos da comunidade tradicional ribeirinha de Limeira com o Rio Itabapoana, indicam uma forte interação cultural, econômica e social, estabelecidas em um território com organização social própria, onde criaram e desenvolveram suas condições de sobrevivência e constituíram um espaço de reprodução da sua cultura, de vínculos afetivos e dinâmicas econômicas. É possível observar na comunidade de Limeira, a constituição do que Haesbaert (2004) chamou de do “espaço tempo-vivido” a ser considerado no processo de territorialização.

1.3 Um novo cenário: a desapropriação da Fazenda São Pedro, novos atores.

Atualmente os pescadores artesanais são representados pela ASPEL, seus cadastros oficiais estão vinculados à Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-14 sediada em Presidente Kennedy/ES. São reconhecidos como comunidade Ribeirinha de Limeira e tiveram cerca de 100 hectares de terras cedidos pelo INCRA, em 2013, por estarem dentro do perímetro de desapropriação da Fazenda São Pedro onde consolidou-se o Projeto de Assentamento Cachoeira das Garças (INCRA, 2013).

Um cenário que começa a se desenhar nos anos 1990 com a desapropriação da Fazenda São Pedro desencadeando múltiplos processos de ocupação das terras. Neste período, surgiram os primeiros acampamentos, ou as "primeiras lonas", da reforma agrária. Para os ribeirinhos, esse processo refere-se à chegada do INCRA para mediar o processo de reassentamento, principal braço do Estado na gestão dos espaços decisórios (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998), que teria interferido diretamente na relação entre os antigos e os novos moradores (INCRA, 2013).

A relação entre os dois grupos é permeada por conflitos sociais preexistentes, nitidamente com relação à política de reforma agrária e à atuação dos movimentos sociais rurais articulados em torno dela. Soma-se a isso as desconfianças sobre o posicionamento do Incra neste caso particular, no qual, em momentos anteriores, o relacionamento entre os técnicos agrários e a comunidade de ribeirinhos foi abalado por afirmações imprecisas e distorcidas sobre a permanência dos ribeirinhos dentro do perímetro do projeto de assentamento. De modo que, ao longo de todas as entrevistas, tanto os ribeirinhos quanto os assentados consultados levantaram suspeitas e acusam uns contra outros, tendo como base não somente os preconceitos inerentes a seu ponto de vista, como também uma série de informações trocadas e confusas acumuladas durante esses anos do processo de desapropriação da Fazenda São Pedro (INCRA, 2013, p. 28).

Limeira passou a ser tratada como um caso “peculiar” deste território, segundo o estudo do INCRA. Foi necessário sistematizar e analisar a situação de vida dos pescadores, tradicionais moradores, e mapear suas atividades produtivas. Sua conclusão apresentaria um parecer técnico dando solução ao “impasse” a respeito da colônia de pescadores (INCRA, 2013).

Um território marcado por confrontos entre ribeirinhos e assentados da reforma agrária. Marcado por mútuas acusações que opunham em seus argumentos entre “oportunistas” e “trabalhadores”, “invasores” e “moradores”, “desqualificados” para o campo e “agricultores”. Sobre os ribeirinhos, os assentados os enxergavam como privilegiados por receberem “salário” da empresa, sem qualificação para o trabalho no campo. Na mediação deste conflito, agentes da reforma agrária teriam fornecido informações imprecisas que ameaçavam a permanência dos ribeirinhos no local (INCRA, 2013).

Estabeleceu-se um ambiente de hostilidade entre os dois grupos, com diversas dificuldades de diálogo sobre a distribuição das terras. Ambos questionaram a legitimidade de seu “opositor” em receber suas porções de terras, contudo viram-se compelidos a estabelecerem um consenso pela aceleração do processo de assentamento (INCRA, 2013).

De um lado, alguns assentados alegam que os ribeirinhos são figuras “arrogantes”, “prepotentes que se julgam com mais direitos em obter uma parte da terra” e “que os tratam com soberba e não aceitam participar das reuniões com o Incra” nem fazer parte do processo como assentados. Do outro lado, são os ribeirinhos que reclamam ser excluídos de todas as reuniões e discussões junto ao Incra, afirmam que nunca foram convidados para as reuniões e as informações sempre chegaram até eles através de comentários de amigos que participam das mesmas. Acusam igualmente os assentados de agirem com “arrogância” e estarem unicamente interessados em tirá-los do local onde vivem para ocuparem os terrenos enquanto assentados (INCRA, 2013, p. 31).

Em 2013 conclui-se o projeto de assentamento da fazenda cuja disputa pelas terras se arrastava desde os anos 1990 e concomitante à ocupação das terras e negociações entre ribeirinhos, novos assentados e INCRA, intensificou-se, nos anos 2000, a exploração energética no Rio Itabapoana que passou a contar com cinco empreendimentos, sendo o

primeiro deles a Usina Hidrelétrica de Rosal e, a jusante, uma sequência das quatro PCHs aqui já relatadas: Calheiros, Pirapetinga, Franca Amaral e Pedra do Garrafão

Siqueira (2009), em pesquisa realizada na Bacia do Itabapoana, afirma que os conflitos nesta região já foram previstos pelos pesquisadores do Projeto Managé e pelo Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza – CNFCN, na época da construção da barragem de Rosal, com destaque para a área a ser inundada e problemas que afetariam a ictiofauna e a atividade dos pescadores artesanais. Entretanto, não foram evidenciadas mobilizações, lutas ou outras formas de organização locais e regionais de pessoas atingidas pela implantação de barragens, quando da construção das barragens de Franca Amaral (década de 1960) e Rosal (década de 1990), no Rio Itabapoana. Segundo a autora, os próprios pescadores tinham dificuldade em realizar manifestações para tornar visíveis as suas dificuldades, sempre se apresentando sem muita expressividade (SOUZA Jr.; OLIVEIRA, 2016, p.7).

Com a chegada da PCH Pedra do Garrafão - construída em 2007 e início das operações em 2009 – foram inseridos na gestão do território outros dois atores, a RIO PCH I do grupo empresarial NEOENERGIA S.A. e o IBAMA, como mediador do processo de licenciamento do empreendimento. A partir deste novo arranjo de atores, criaram-se novos processos de territorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) entre ribeirinhos, assentados e uma multinacional, processos com forte interferência estatal através do INCRA e do IBAMA.

Enquanto o assentamento ainda era um projeto a ser negociado e implementado pelo INCRA, uma disputa foi iniciada entre os pescadores artesanais e a RIO PCH I Pedra do Garrafão. Sobre a instalação do empreendimento consta no estudo do INCRA:

A construção da PCH I - Pequena Central Hidrelétrica Pedra do Garrafão iniciou no ano de 2007. Pouco antes disso, os ribeirinhos relatam que começaram a receber visitas de pesquisadores para realizar um estudo de impacto socioambiental. Porém, segundo afirmou Ronaldo do Nascimento, esses estudos somente foram finalizados quando a obra de construção da PCH já estava em adiantado processo, o que, segundo ele, não faria grande diferença caso os resultados concluíssem serem inadequadas as condições locais para a instalação de uma central hidrelétrica. Desde então, iniciou-se uma batalha jurídica entre os ribeirinhos e a empresa para garantir que o direito de permanência e sobrevivência da colônia no local fosse respeitado, uma vez que a paralisação da implementação da usina era já inevitável (INCRA, 2013, p. 24).

Inspirada na perspectiva do Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen (2000), tento avançar na compreensão das questões que envolvem o desenvolvimento, comumente pautadas no crescimento econômico e na geração de renda, considerando-o como a "expansão das liberdades" cujo motor fundamental seria "a condição de agente livre e sustentável". O autor destaca o papel da participação nas escolhas sociais e na tomada de decisões públicas como promotoras de "oportunidades econômicas, liberdades políticas e poderes sociais".

Para Sen (2000), a vulnerabilização de indivíduos e grupos, o cerceamento de suas oportunidades, podem corresponder à privação, ou violação de tipos de liberdades que, em suma constituem o fim e o meio para o desenvolvimento.

A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica. (SEN, 2000, p. 23)

Um esquema de subordinação de populações pode engendrar e propiciar a reprodução de formas de violência, implícitas nas relações e práticas de instituições e nos sistemas que elas operam. Esse conceito de "violência estrutural" utilizado por autores da Psicologia Histórico-Cultural¹⁴, concebe-a como resultante das questões estruturais e não das ações de indivíduos ou grupos, a violência estrutural seria definida como:

(...) aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (MINAYO, 1999, p. 8).

Não distante das condições históricas que levaram às relações de desigualdade no Brasil, uma outra forma de violência que agrava e aprofunda estas marcas da trajetória do povo brasileiro tem sido, também desde a sua origem, a atuação do Estado enquanto poder regulador, a constituição e distribuição do poder político, dos recursos públicos e a

¹⁴ Para autores como Ana Bock e Odair Furtado (2001) a Psicologia Histórico-cultural, fundamentada na Teoria Sócio-Histórica, promoveu críticas às concepções positivista e mecanicista da psicologia moderna e defendeu uma abordagem na qual as determinações da constituição humana são concebidas a partir de duas linhas, uma biológica e outra sócio-histórica, que se fundem para produzir um processo unitário e complexo, de natureza dialética.

prestação dos serviços básicos. Trata-se de uma violência não natural, mas histórica e socialmente produzida; política e geograficamente demarcada; definidos propositadamente seus destinatários; afetando principalmente cidadãos com reduzida capacidade de defesa; ampliando as disparidades sociais; cerceando oportunidades e legítimos projetos de vida a partir de sua cultura (MINAYO, 1999).

Na trajetória das disputas políticas e da formação do Estado brasileiro - produto e produtor do poder político-econômico - temos um complexo cenário perpassado pela herança da colonização, do etnocídio de povos nativos, pela escravidão e a luta por terra, entre outros elementos que culminaram em quadros marcantes de desigualdade social, disputas por territórios e violência no campo e na cidade. Por ser praticada nas ações diárias de instituições consagradas por sua tradição e poder, a violência estrutural costuma ser naturalizada. O senso comum nem chega a compreendê-la como uma manifestação de violência, mas como má gestão do governo, ou mesmo como uma maneira de gerenciar os conflitos sociais (NETO, 1999).

As políticas públicas, na concepção de Sen (2000), deveriam ser criadoras de oportunidades sociais e o desenvolvimento humano o precursor do desenvolvimento econômico. O Estado é instância onipresente na vida de todos os cidadãos de um país em suas diferentes estruturas e poderes, torna-se responsável direto pelo estabelecimento e desenvolvimento das condições de vida de uma população e reprodução de sua cultura (NETO, 1999), mas também é corresponsável pelo estabelecimento de novas disputas que remontam velhos processos.

Ainda para Sen (2000), um aspecto que deve ser de interesse para pensar a economia é a "relação entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver como gostaríamos". Neste sentido, a atividade produtiva estaria relacionada com as escolhas políticas de atores numa construção coletiva, uma atividade cujas práticas econômicas estejam baseadas na qualidade de vida e no bem viver, indo além da função de gerar renda, mas também de mobilizar e captar novos atores e sustentar novas redes para a consolidação e expansão de um novo modelo de desenvolvimento.

Dessa forma, é de suma importância compreender os processos pelos quais a comunidade tradicional de Limeira enfrenta a partir do cenário que vai sendo costurado com as novas dinâmicas ávidas por instituírem suas práticas de territorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998; GRUNEWALD, 2016; HAESBAERT, 2004) no

entorno do Rio Itabapoana, cada qual com seus interesses e idiosincrasias. Além disso, dada a sua importância, essa problemática nos conduz, também, a analisar no próximo capítulo, de maneira heurística, a chegada de novos atores e as novas disputas que lhes vão sendo impostas.

em torno de R\$ 3 bilhões e envolve 50 projetos. Além disso, outros serviços devem injetar aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.

O Litoral Sul capixaba lidera o ranking de investimentos por microrregiões e recebeu R\$23,8 bilhões distribuídos em 52 projetos. Em segundo lugar, está a Região Metropolitana com R\$ 14,4 bilhões. De acordo com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o Espírito Santo tem 10 cidades entre as 500 melhores do Brasil. Vitória está entre as três melhores capitais em consideração a média das variáveis educação, saúde, emprego e renda, de acordo com dados oficiais de 2013. Ficando atrás apenas de São Paulo (SP) e Curitiba (PR) no quesito desenvolvimento social.

No entanto, a conjuntura política estadual e as políticas de desenvolvimento promovidas pelos governos que se sucedem no Espírito Santo, baseados no apoio a grandes projetos de infraestrutura e logística, promoveu um ambiente de críticas e resistências por parte dos movimentos sociais e organizações em defesa dos direitos humanos. Estudos que abordam a pesca artesanal e a política pública pesqueira no Brasil descrevem um processo sistemático de exclusão do pescador artesanal e de suas práticas dentro do contexto do "projeto nacional-desenvolvimentista". Com os primeiros marcos regulatórios datando de 1919, a expedição da Marinha denominada Missão do Cruzador José Bonifácio inicia a criação de mais de 800 colônias sob a alegação de "civilizar" os pescadores e levá-los ao progresso (CYRINO; TRIGUEIRO, 2018, p. 45).

Dessa forma, a Marinha Brasileira teria conduzido de forma "tutelar e disciplinadora" uma política marcada pelo discurso da urgente necessidade de modernização e alinhamento com a expansão industrial da pesca no país. Os registros dos próprios militares sobre a Missão revelam a forma estereotipada como descrevem as formas de vida dos pescadores, suprimindo e desvalorizando os costumes tradicionais. Tais ações políticas tiveram um caráter de exclusão e lançaram um olhar elitista sobre tais atores, pois não trouxeram aos pescadores do país os benefícios do projeto desenvolvimentista com fortes incentivos à industrialização (Ibidem).

É possível refletir sobre o caso da Colônia de pescadores de Limeira, que está inserida neste processo de modernização das práticas pesqueiras e da racionalização sobre o uso dos recursos naturais. Acselrad (2004, p. 26) considera que "todos os objetos, todas as práticas desenvolvidas nos territórios e todos os usos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente" ao abordar as redes sociais que figuram em contextos dos conflitos ambientais. Nesta perspectiva, o conflito se instala no confronto

entre diferentes projetos de uso e na atribuição de significados dos recursos ambientais gerados a partir do rompimento do “acordo simbiótico” entre agentes que compartilham uma mesma unidade territorial.

Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos-decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2014, p. 27).

O contexto de interposição de interesses sobre os recursos naturais em relações de assimetria de poder, o acesso à água potável e a produção de energia, não obstante a luta histórica por terra, assim como nas comunidades que margeiam o Rio Itabapoana, ganham visibilidade e relevância na pauta das lutas em várias regiões do país. Para Acselrad (2010), a injustiça social e a destruição do meio ambiente tem a mesma raiz e é necessária a compreensão dos marcos das lutas sociais sob o caráter ambiental inerentes a elas, como sugere seus estudos sobre a ambientalização das lutas e a justiça ambiental. O autor ainda afirma ser a questão ambiental central na construção de lutas contra a desigualdade social.

Um fenômeno concreto que corrobora esta problemática apontada por Acselrad (2010) foi o 8º Encontro Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB¹⁷, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no mês de outubro de 2017. Reuniram-se neste evento, cerca de 4 mil atingidos tendo como lema “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”, cujo um dos principais objetivos do encontro seria "reafirmar a necessidade da criação de um modelo energético popular para o Brasil”.

O histórico de enfrentamentos vividos pela comunidade de Limeira demonstra que ao longo dos anos a comunidade sendo gradativamente privada de garantia de sua sustentação a partir da pesca diante da crescente exploração do potencial hidráulico do Rio Itabapoana. Eis que configurou-se um cenário de conflito socioambiental a medida em que estava em questão o acesso, a conservação e o controle dos recursos naturais, implicando diferentes atores - cada qual mobilizando seus recursos e utilizando de estratégias econômicas, políticas ou jurídicas - nos processos de licenciamento e posteriormente nas ações compensatórias, entre acordos e litígios (ACSELRAD, 2010).

¹⁷Disponível em:<<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-realiza-8-encontro-nacional-no-rio-janeiro-em-outubro-2017-0>>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

Paul Litle (2006, p. 87) também discorre sobre essa problemática quando aponta para a complexificação da abordagem ecológica e sobre a sua politização. Diante das grandes questões que se colocam para a humanidade atualmente, como o processo de globalização e a crise ambiental enquanto temas da ecologia política, o autor afirma que "cada ramificação produz conhecimentos e oferece insights próprios que podem servir para entender distintas dimensões da realidade". Sendo assim, a ecologia política, enquanto campo de pesquisa, estaria servindo à análise dos modos de adaptação ecológica, através da cultura, de grupos sociais diversos e suas práticas ambientais em conflito, elegendo os chamados "conflitos socioambientais" como elemento central da ecologia política:

A análise desses conflitos não fica restrita ao comportamento dos estoques dos recursos naturais e tenta responder a perguntas como: quem usa os recursos? quando? por quais razões? a que preço? com quais impactos? (LITTLE, 2006, p. 88).

Para Litle (2006, p. 91), o conceito de conflito socioambiental, sob um viés antropológico, incorpora "elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais":

Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. Como os antropólogos trabalham diretamente com muitos desses grupos – povos indígenas; quilombolas; agroextrativistas; ribeirinhos; favelados – a etnografia dos conflitos socioambientais explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a esses grupos marginalizados (LITTLE, 2006, p. 92).

É dada ênfase à interação dos atores sociais, à relação destes atores com o meio biofísico e com seu meio social, colhendo as reivindicações dos diferentes grupos e "suas respectivas cotas de poder formal e informal". Neste sentido, o autor aponta para a utilização de um viés metodológico que permita compreender a "dinâmica interna do conflito, as polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões", observando as possíveis mudanças de posições dos diferentes grupos (LITTLE, 2006, p. 92).

A abordagem de Alier (2007) na obra "O ecologismo dos pobres" coloca em questão a forma inconsequente de apropriação e exploração da natureza pelo modelo capitalista e os problemas ambientais decorrentes das relações de produção. O autor aponta o ecologismo dos pobres como uma perspectiva para as lutas ambientais do

chamado Terceiro Mundo. Muito próxima à realidade das comunidades tradicionais, especialmente à realidade dos pescadores artesanais evidenciados em nossa investigação, trata-se de um ecologismo praticado por grupos que veem ameaçadas as suas condições materiais de sobrevivência e suas lutas convergem com o movimento pela "justiça ambiental" em torno dos "bens comuns" (DARDOT; LAVAL, 2017).

O autor ainda aponta para valores como a segurança ambiental, a segurança alimentar, o direito aos territórios ligados às cosmologias e aos modos de vida de grupos, o valor da cultura como valores que possibilitam retirar os recursos naturais da esfera econômica e devolvê-los à economia de subsistência, ou "Oikonomia", o que corresponderia a um "ecologismo da sobrevivência" ou à "uma economia moral ou ecológica" em que a luta pelo acesso aos recursos naturais implicariam uma "vontade de conservação" pelas populações pobres (ALIER, 1992, P. 9).

Ainda como afirma Alier (1992, p. 10), "a ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de conservar os recursos". Sendo assim, é preciso destacar o papel do conflito em torno da busca pela conservação neste processo:

A resolução dos conflitos e a política pública frequentemente solicitam uma redução ou simplificação forçada da complexidade, negando, portanto, legitimidade de alguns pontos de vista. Às vezes os conflitos ecológicos distributivos podem se mostrar como discrepâncias na valoração no interior de um único padrão de valor, como quando se pede uma compensação monetária por externalidades (ALIER, 2007, p. 209).

Fundamental na compreensão desta problemática, o conceito de conflito socioambiental que perpassa a discussão sobre a disputa pelos recursos naturais, como acesso ao Rio Itabapoana e o uso da água, as reivindicações da comunidade dos pescadores pelo território e o enfrentamento do aparato corporativo/estatal por trás das PCHs e demais instituições envolvidas. É necessário também observar e enfatizar as configurações e as posições dos atores desta disputa, para que se possa compreender as complexidades estabelecidas nessa dinâmica, assim como suas contradições.

Arturo Escobar (2011), acertadamente, destaca o processo de colonialidade como uma articulação de fenômenos econômicos, ecológicos e culturais, tendo em vista desdobramentos distintos como a subordinação da natureza às máximas do sistema capitalista e o surgimento de novos projetos alternativos, a partir dos quais emerge uma teoria voltada à "Diferença colonial" ou "Ecologia Política da diferença". O autor associa

a combinação entre o econômico e o ecológico à perspectiva cultural inerentes às temáticas ambientais e sociais na América Latina.

Argumentando que as análises sobre a questão ambiental não podem estar alicerçadas fundamentalmente em um ideal essencialista da natureza, visto que o que se compreende enquanto natureza, destaca-se o seu comportamento híbrido e multiforme. A natureza seria construída por várias essências, apropriada pelos diferentes atores sob regimes diversos, seja sob os esquemas capitalistas para exploração de recursos; seja sob um regime orgânico articulado pelos saberes e culturas locais das comunidades tradicionais; seja, enfim, sob a concepção de uma “tecno-natureza” (ESCOBAR, 2005).

A tarefa da ecologia política será delimitar e caracterizar estes processos de articulação, e seu objetivo será sugerir articulações potenciais realizáveis hoje e que produzam relações ecológicas e sociais mais justas e sustentáveis. Outro modo de colocar este objetivo é dizer que a ecologia política se ocupa com encontrar novos caminhos de tecer conjuntamente o biofísico, o cultural e o tecnoeconômico para a produção de outros tipos de natureza social (ESCOBAR, 2005. p. 25).

Há na teoria de Escobar (2005) um enfoque sobre as “diferenças”, a construção de uma natureza híbrida, a partir da qual seria viável um projeto descolonial, avançando no debate sobre a modernidade x (des)colonialidade, na universalização de valores, para construção de uma outra hegemonia, popular e democrática.

Diferenças e particularismos são o ponto de partida necessário, mas a partir dele é possível abrir o caminho para uma universalização relativa de valores, a qual pode ser a base para uma hegemonia popular (ESCOBAR, 2005, p. 52).

Tal universalização de valores apontada por Escobar (2005) também é encontrada no trabalho de Dardot e Laval (2017, p. 109) quando indicam que há um “paradigma dos comuns” em que há um encontro de dois caminhos na busca pela preservação dos comuns, quais sejam, as “coisas comuns” e as “coisas públicas”. De um lado os povos tradicionais que resistem em seus territórios e uma parte dos movimentos ambientalistas que lutam pela preservação dos bens comuns naturais, contra seu total controle e exploração, e os movimentos antineoliberais, que lutam contra o controle e a destruição dos bens públicos, como os serviços sociais, políticos e econômicos de um Estado. São lutas que se conectam

a favor da gestão dos recursos naturais e dos bens públicos de forma coletiva, democrática e comunitária.

Alimonda (2012) também nos permite aprofundar a reflexão sobre a relação entre a questão ambiental e os fenômenos sociais na América Latina sob os efeitos da colonização, que se desenvolve desde os tempos do monocultivo, no regime colonial, até os dias atuais com o neoextrativismo. Para Alimonda (2012), existe uma relação dialética entre as relações humanas e naturais, assim seria função da ecologia política apontar as relações de poder vigentes na América Latina e analisar como tais relações permitem atores se apropriarem dos recursos naturais e definir sua distribuição e a forma de utilização dos mesmos.

Dialogando com teorias pós-colônias, com os estudos subalternos e o estudo do sistema-mundo, o autor acrescenta a colonialidade como elemento fundante da experiência histórica da modernidade. De braços dados com uma ciência eurocêntrica, subestimou-se o elemento da colonização ibérica como propulsora do avanço moderno ocidental.

Não obstante, o conflito estabelecido na comunidade de Limeira com a chegada de novos atores tem, por consequência, um caráter histórico e processual de disputas não só pela utilização dos recursos naturais, mas pela busca de um total e irrestrito controle privado da terra, bem como dos recursos hídricos oferecidos pelo Rio Itabapoana. Este conflito reconfigura a relação da comunidade com o rio, com os atores e consigo mesma, ancoradas em dinâmicas historicamente reconhecidas no continente latinoamericano, no geral, e em particular, no Brasil.

Essas dinâmicas historicamente reconhecidas são atravessadas por processos relativamente novos, seja pelo surgimento de novos atores relevantes, seja pela utilização de novos instrumentos no controle dos recursos naturais e dos “bens comuns”, ainda seja pelo estabelecimento de novos conflitos antes exógenos à comunidade de Limeira. À vista disso, trataremos essas dinâmicas de maneira processual e histórica nos próximos tópicos.

2.1 A história do conflito: Nova configuração e a chegada das PCHs

Até aqui, descrevemos dentro do processo histórico momentos que contextualizaram a situação da Comunidade de Limeira e os atores que se estabeleceram até início dos anos 2000, situando na relação com o território o Rio Itabapoana, a Comunidade de Limeira, a Associação de Pescadores de Limeira - ASPEL e o Grupo de

Assentados do Projeto Cachoeira das Garças, sob a mediação do INCRA. Por entender que neste período se intensificaram as disputas locais com a chegada do empreendimento, neste tópico faz-se uma síntese histórica específica do conflito, apresentando os novos atores e suas perspectivas manifestadas, principalmente, através dos materiais produzidos ao longo do processo de Licenciamento Ambiental.

2.1.1 A Rio PCH I- Pedra do Garrafão e suas controladoras privadas

Em janeiro de 2007 foi criada a empresa Rio PCH I S.A, à época controlada pelo Grupo Neoenergia (70% de participação na empresa) e responsável pela instalação de 02 das 05 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) na Bacia do Rio Itabapoana. Assim, iniciam as obras das PCHs - Pedra do Garrafão e Pirapetinga. A comunidade local relata que pouco antes da construção da PCH os pescadores receberam a visita de pesquisadores para realização dos estudos de impactos ambientais que teriam sido finalizados somente quando as obras estavam em estágio avançado.

Teria sido este o marco inicial dos enfrentamentos entre os ribeirinhos e a empresa, pois era pouco provável a interrupção da obra (INCRA, 2013). No entanto, a história da RIO PCH I revela informações importantes não apenas sobre o conflito, mas, também, os tratados e negociações anteriores à sua instalação, bem como sua relação com as instituições estatais e privadas.

Importante enfatizar que o grupo Neoenergia S.A é uma *holding*¹⁸ brasileira controlada pela empresa espanhola de distribuição de gás Iberdrola Energia e pela Previ (Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), desde quando começou seus investimentos no ano de 1997 já no segmento de distribuição de energia com a compra das empresas públicas de serviços de energia elétrica. As transações fizeram parte das privatizações das empresas estatais realizadas na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC. Desse modo, foram adquiridas a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA e a Companhia Energética do Rio Grande do Norte – CONSERN. Nos anos 2000, a Neoenergia adquiriu a Companhia Energética do Estado de Pernambuco – CELPE.

¹⁸ O termo *holding* é comumente utilizado na economia e se trata de uma forma de sociedade de participação em empresas. No caso da *holding*, ela possui a maior cota de participações e/ou ações de outras empresas, ou seja, administra e controla a partir da maior cota de ações de um determinado grupo de empresa.

Figura 11: Imagem da placa de sinalização sobre a área do Reservatório da PCH Pedra do Garrafão.



Fonte: Foto da autora (2016)

A construção das PCHs foi realizada a partir do Consórcio Construtor Norte Fluminense composto pela Odebrecht como líder no consórcio, a construtora foi responsável pelas obras civis, assim como as linhas de transmissão; a Hidráulica Industrial S.A – HISA, do Grupo Weeg, responsável pelo fornecimento hidromecânico; a Automatic Electric, empresa norte-americana, ficou responsável pelo fornecimento elétrico e montagem; e a Intertechne Modullar S.A projetou a obra (ODEBRECHT, 2007).

Parte da construção das PCHs foi financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e contou com um aporte de R\$ 121,2 milhões dividido entre as duas obras. Cerca de 70% do projeto de construção da Rio PCH 1, o equivalente a R\$ 58,7 milhões, foi financiado pelo BNDES, o projeto total foi avaliado em R\$ 83,8 milhões.

Para Usina Pirapetinga, o BNDES também financiou 70%, o equivalente a R\$ 56,9 milhões, o valor total do projeto foi avaliado em R\$ 81,3 milhões (BNDES, 2008)¹⁹. O grupo ainda recebeu o equivalente a R\$ 5,6 milhões²⁰ do BNDES para criação de projetos ambientais e compra de terras nas áreas de construção das PCHs.

Em 2014, em seu relatório financeiro, a Neoenergia autointitulou-se "maior Grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes, superando a marca de 10 milhões de unidades consumidoras na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte" (NEOENERGIA, 2014) contando com um crescimento acumulado de 72,1% da energia distribuída, enquanto o crescimento no Nordeste e no Brasil foram de 49,8% e 43,6%, respectivamente.

Em 2016 iniciaram o processo de venda à Contour Global na totalidade das participações societárias da Neoenergia nos negócios: i) Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.; ii) Bahia PCH I S.A.; iii) Goiás Sul S.A.; iv) Rio PCH S.A.; e v) Energy Works do Brasil Ltda (NEOENERGIA, 2018).

No ano de 2017 foram finalizadas as operações de venda²¹ das PCHs e Cogeração para o braço nacional da norte-americana Contour Global, a Contour Global do Brasil Participações S.A. A transação foi equivalente a R\$ 711 milhões, incluindo as dívidas integradas a gestão dos ativos.

De acordo com as informações do relatório²² de demonstrações financeiras, a Contour Global do Brasil Participações S.A foi criada em dezembro de 2005, e tem como objetivo central estabelecer participações no capital e nos lucros de empresas nacionais, sobretudo, na condição de acionistas, controladora ou minoritária. É controlada pela norte-americana *Contour Global Kani Lux Holding SARL*, com sede em Luxemburgo, um destino muito procurado por grandes empresas que investem em terras e recursos

¹⁹BRASIL, Banco Nacional do Desenvolvimento. BNDES contrata financiamento de R\$ 121,2 milhões para PCHs da Neoenergia. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20081021_not189_08>. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

²⁰ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/bndes-aprova-1212-milhoes-para-pchs-do-grupo-neoenergia-3823142>>. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

²¹ O GLOBO, economia. **BNDES aprova R\$ 121,2 milhões para PCHs do grupo Neoenergia**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/neoenergia-vende-ativos-de-geracao-para-contour-global/>>. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

²² PWC, Brasil. Contour Global do Brasil Participações S.A. **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais consolidadas**. Disponível em: <https://www.contourglobal.com/sites/default/files/2018-04/contourglobal_do_brasil_participacoes_s.a._2017_-_financial_statements.pdf>. Acesso em: 18 de jul. de 2019.

naturais para fixarem seus respectivos escritórios financeiros, supostamente por se tratar de um paraíso fiscal.

A empresa está presente em 18 países em três continentes (Europa, África e América Latina) com um portfólio extenso de investimentos em energia por hidrelétrica, biomassa, eólica e solar. Possuem 21 termoelétricas por gás natural e biogás (possuem 15 usinas), combustíveis líquidos (possuem 4) e carvão (possuem 2) instaladas pela Europa (Itália, Romênia, Polônia, Irlanda do Norte, França e Espanha), pela África (Senegal, Ruanda e Nigéria) e América Latina (Colômbia e Brasil), sendo que apenas no Brasil eles possuem mais de uma termoelétrica, são quatro no total.

No setor de energia renovável possuem 82 plantas em operação. Os segmentos deste setor se concentram especialmente em energia eólica (16 parques), hidrelétricas (10 hidrelétricas), e energia solar (54 plantas) espalhadas pela América Latina, especialmente no Brasil com 7 hidrelétricas; na Itália com 44 parques de energia solar e 10 parques de energia eólica na Áustria.

Além disso, cabe destacar a compra²³ de participações acionárias em 2014, no valor de R\$ 180 milhões, nos parques de energia eólica na chapada do Piauí, nos municípios de Marcolândia, Simões, Padre Marcos e Caldeirão Grande, (Chapada I, com participação de 15%; Chapada II, com participação de 5%; Chapada III, com participação de 100% e Asa Branca, com participação de 15%), que pertenciam à empresa Casa dos Ventos, sócia da Contour Global. Esse investimento configura um dos mais expressivos do grupo, de acordo com o relatório anual da empresa. Com as operações finalizadas em 2017, a Contour Global Brasil passou a controlar as seguintes empresas hidroelétricas:

Figura 12: Hidroelétricas controladas pela Contour Global Brasil em 2017

Empresa	Controladora	2017	2016
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. (Santa Cruz)	Sim	90,00%	90,00%
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. (Galheiros)	Sim	95,65%	95,65%
Tespias Geração de Energia Ltda. (Tespias)	Sim	100,00%	100,00%
Energyworks do Brasil Ltda.	Sim	100,00%	
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	Sim	98,60%	
Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.	Sim	100,00%	
Rio PCH I S.A.	Sim	70,00%	
Bahia PCH I S.A.	Sim	100,00%	

Fonte: Contour Global do Brasil Participações S.A (2017)

²³O GLOBO, Valor Econômico. Disponível em: <<https://www.pressreader.com/brazil/valor-economico/20140806/281870116584738>>. Acesso em: 22 de out. de 2019.

As únicas empresas da figura acima que não foram adquiridas em 2017 são a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A (Santa Cruz) e Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. Essas transações foram fechadas em 2017 e contabilizaram cerca de R\$ 576.8 milhões.

Em novembro de 2016, Alessandra Marinheiro, Vice-Presidente Executiva da Contour Global ao se pronunciar sobre as aquisições das PCHs afirmou que:

Esses ativos contratados a longo prazo estão localizados em, ou são adjacentes, a estados brasileiros nos quais temos presença operacional e incluem instalações de cogeração denominadas em dólares parecidas com nossas fábricas de Soluções na Europa e na África. Nossa plataforma operacional permite integrar de forma eficiente essas novas instalações em nossa organização latino-americana²⁴.

Sabe-se que as aquisições desses tipos de “ativos” caracterizam contratos de longo prazo porque requerem um retorno que só é realizado no médio ou no longo prazo. Além disso, são transações que envolvem atores que possuem conhecimento estratégico no mercado, possuem também grandes aportes de capitais para investir e passam a oferecer serviços supostamente públicos. Esses processos caracterizam relações extremamente globalizadas que se territorializam com o propósito de capturar os bens comuns a partir de uma transformação da lógica de acumulação de capital que encontram no neoliberalismo o seu ápice.

Dito isso, cabe ressaltar através das aquisições e portfólios das controladoras privadas da RIO PCH I, que demonstram uma atuação a nível internacional, o quanto há de expertise acumulada nesses atores privados que se territorializam e são financiados e amparados pelo Estado através de uma regulação estatal comprometida. É através do processo do licenciamento que legitima acordos firmados previamente à chegada da proposta do empreendimento para outros atores já estabelecidos no território. Tais atores privados possuem uma diversidade de experiências prévias que lhes permitem criar as condições institucionais e políticas para que nenhuma ação local seja suficiente para se contrapor à instalação e operação do empreendimento (HAESBAERT, 2004).

²⁴ UOL, economia. **Contour Global aumenta portfólio latino-americano com aquisição no Brasil.** Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/pr-newswire/2016/11/28/contourgloba-aumenta-portfolio-latino-americano-com-aquisicao-no-brasil.htm>>. Acesso em: 20 de out. de 2019.

2.1.2 A Rio PCH e as instituições estatais

A história da RIO PCH Pedra do Garrafão também tem início quando a PERFORMANCE CENTRAIS ELÉTRICAS obteve, através da Resolução nº 701/2002²⁵ de 17 de dezembro de 2002, a autorização da ANEEL para explorar o seu potencial hidráulico. Tendo atendido às exigências da Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, elaborou e apresentou em março de 2003 o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)²⁶ e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) ao IBAMA, ao Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA(RJ) e à Fundação Estadual de Meio Ambiente – SEMA (ES).

Art. 1º Autorizar a empresa Performance Centrais Hidrelétricas Ltda. - PCH, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.939.231/0001-90, com sede na Rua Belo Horizonte, nº 75, Sala 01, Bairro Centro, Município de Embu, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pedra do Garrafão, com 16.500 kW de potência instalada, localizada às coordenadas 21°11' S e 41°22' W, a ser implantada no Rio Itabapoana, na bacia hidrográfica do Atlântico - Trecho Leste, na divisa dos Municípios de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo, e as instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de subestação da usina com capacidade de 17.400 kVA e tensão nominal de saída de 69 kV, interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, do sistema elétrico da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA (ANEEL, 2002).

O Estado vem atuando neste conflito principalmente através da moderação do IBAMA do Rio de Janeiro no processo de licenciamento ambiental²⁷, mas, antes disso, atuou como garantidor e financiador do empreendimento. O licenciamento ambiental é um mecanismo de regulação e mediação dos conflitos que vem sendo criticado por sua incapacidade de promover uma gestão democrática e que respeite a diversidade dos atores envolvidos e a identificação dos distintos impactos. O licenciamento tem sido apontado

²⁵BRASIL, **Biblioteca da Agência Nacional de Energia Elétrica**, Disponível em: <http://biblioteca.aneel.gov.br/asp/textos_main.asp?codigo=143494&desc=ti&servidor=1&iBanner=&iIoma=0>. Acesso em 03 de nov. de 2019.

²⁶ Complexo Hidrelétrico do Rio Itabapoana. Estudo de Impacto Ambiental. Disponível em: <<https://iema.es.gov.br/Media/iema/CQAI/EIA/2002/Complexo%20hidrelétrico%20do%20rio%20Itabapoana/EIA%20ITABAPOANA.pdf>>. Acesso em 03 de nov. de 2019.

²⁷ Pesquisa de Michelle Ferreti: Quando as Lutas sociais reinventam a Participação no Licenciamento Ambiental – O Caso Das Hidrelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca.

como um instrumento de mobilização da relação entre o Estado, o capital e as populações/comunidades locais. E por ser um instrumento administrativo e político, é atravessado por uma constante assimetria de poderes, muitas vezes utilizado para neutralizar o conflito e legitimar a atuação das empresas (FERRETI, 2013).

Segundo o RIMA, a viabilidade de um empreendimento hidroelétrico estaria relacionada ao acordo por parte dos agentes governamentais - órgãos reguladores e planejadores do setor elétrico - e não-governamentais como empresas do mercado de geração de energia, investidores e grupos de interesse específico enquanto:

[...] há demanda por energia que justifique o projeto; há viabilidade técnica para sua execução; sua construção não acarreta impactos ambientais irreparáveis; não há conflito entre sua operação e os demais usos da água em sua região de implantação; a sociedade local pode ser devidamente compensada pelos transtornos causados por sua implantação e operação e, há agentes interessados em sua construção e financiamento (RIMA, 2004, p. 5).

No estudo de impacto ambiental (EIA, 2002) ao relatar os aspectos sociais das áreas atingidas pelo empreendimento, a RIO PCH cita a existência da comunidade de Limeira, porém enfoca apenas a relação com o sítio arqueológico e o Porto da Limeira, sem fazer menção à sua organização social atual, às atividades econômicas e sua relação cosmológica com o Rio Itabapoana. A presença dos pescadores, ou da pesca artesanal é citada de forma indireta ao descrever aspectos da ictiofauna, ou da biota aquática do Rio, merecendo poucas linhas no complexo estudo que fez o levantamento dos possíveis impactos socioambientais e que precederam a sua licença prévia.

Em 04 de março de 2004 o empreendimento obteve a Licença Prévia (LP) nº 167/2004²⁸ junto ao IBAMA. Este documento impõe ao empreendimento diversas exigências, tratadas nos registros como condicionantes, para futura emissão da licença de instalação (LI) e a seguir da licença de operação (LO). Em 18 de abril de 2006 para renovação da licença prévia o IBAMA inseriu novas condicionantes, entre elas a adição no projeto básico ambiental, no item 2.5, de um Programa de Readequação das Atividades Produtivas englobando todas as práticas cujas formas de subsistência sejam alteradas, "principalmente pescadores artesanais, e trabalhadores rurais não-proprietários". Após

²⁸ BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empreendimentos.php> . Acesso em 17 de out. De 2019.

serem dadas como cumpridas todas as condicionantes pelo parecer técnico²⁹ do IBAMA, em outubro de 2007 emite-se a Licença de Instalação da RIO PCH Pedra do Garrafão (LI 467/2007).

Em dezembro de 2007 as PCHs Pedra do Garrafão e Pirapetinga são transferidas para a empresa RIO PCH I S.A, através da Resolução 1.163/ANEEL³⁰. De acordo com o estudo antropológico do INCRA, e dos registros do processo de licenciamento do IBAMA, já no período de instalação assim como a comunidade de Limeira, também as comunidades vizinhas, como Ponte do Itabapoana, e o Assentamento Cachoeira das Garças passaram a lidar com os impactos ambientais gerados pela instalação do conjunto das pequenas centrais hidrelétricas na região já no seu processo de construção.

Figura 13: Rio Itabapoana e a diminuição da vazão natural do rio



Fonte: AB Capixaba. Disponível em: < www.abcapixaba.tv >. Acesso em: 20 de nov. de 2018.

Em função das obras e da identificação das principais mudanças ambientais que elas promoveram, há no posicionamento da RIO PCH I um enfoque na argumentação técnica, com estudos realizados por especialistas, para superar as demandas ambientais

²⁹ BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama. **Parecer Técnico nº 056/2007** – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php> . Acesso em 17 de out. de 2019.

³⁰ BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama. **Resolução Autorizativa nº 1.163**, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=149&data=28/12/2007&catchafield=firstAccess>> . Acesso em 17 de out. de 2019.

oficialmente apresentadas pelo IBAMA. O diagnóstico ambiental elaborado pela empresa em 2013 afirma que a maior parte das "variáveis monitoradas" estão de acordo com as condições do CONAMA para rios "classe 2", segundo a Resolução 357/2002, e as águas do Rio Itabapoana poderiam ser destinadas:

a) ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional; b) à proteção das comunidades aquáticas; c) à recreação de contato primário; d) à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas; e) à aquicultura e pesca (RIO PCH I/2013).

No mesmo estudo aponta-se algumas "não-conformidades" consoantes à Resolução 357/2002 do CONAMA como "violações nos valores de Demanda Biológica de Oxigênio (DBO) em outubro/2011 na maior parte das unidades de amostragem" e prossegue apontando:

A demanda bioquímica de oxigênio (DBO) é um parâmetro importante em estudos de avaliação da qualidade da água, pois representa a quantidade de matéria orgânica oxidável biologicamente que é consumida pelos microrganismos durante um determinado período de tempo. Em alguns casos, essa demanda pode ser suficientemente grande, para consumir parte (ou todo) o oxigênio dissolvido da água, o que pode acarretar em sérios danos aos organismos aeróbios, que dependem da respiração subaquática (RIO PCH I/2013).

A empresa reconhece a existência do conflito no que refere ao uso do Rio Itabapoana e ao uso das terras no entorno da área de instalação da barragem. Sobre o rio, ao recolher depoimentos dos pescadores, a empresa registra em seu relatório o que, na visão dos mesmos, teria inviabilizado a pesca: a) em primeiro lugar, seria o prejuízo causado pelo barramento na subida dos peixes para desova; b) em segundo lugar, a mortandade de peixes após o início do funcionamento das turbinas; c) em terceiro lugar, a distribuição das áreas de pesca que tradicionalmente eram compartilhadas pelos pescadores artesanais e que com a chegada da empresa passaram a ser disputadas (RIO PCH I/2013).

Figura 14: Imagem do Reservatório da PCH Pedra do Garrafão em agosto de 2017



Fonte: Foto da autora (2017)

Os pesquisadores Ednilson G. de Souza Junior³¹ e Vicente de P. S. de Oliveira³² (2016) levantaram o histórico do conflito socioambiental no Baixo Itabapoana e encontraram relatos sobre a omissão de informações sobre os impactos negativos e das alterações na vazão do Rio Itabapoana, por exemplo. Ao contrário, enquanto a empresa se aproximava da região fazia menção a diversos benefícios que viriam com o represamento da água, como o aumento de 30% da oferta de pescado na região.

O que se percebeu a seguir foi que, na chegada da empresa com a proposta de instalação da usina, houve disfarce dos prejuízos entendidos como “externalidades” ao processo de implementação da PCH, e não como um impacto direto nas dinâmicas sociais e econômicas da comunidade (SOUZA Jr.; OLIVEIRA, 2016).

A comunidade afirma que só ficou sabendo da instalação da PCH quando as obras já haviam iniciado. Reuniões estavam sendo realizadas em Ponte do Itabapoana e Santo Eduardo, localidades relativamente distantes do empreendimento. Quando tomaram conhecimento das obras e das reuniões, os pescadores

³¹ Gestor Ambiental, Mestre em Engenharia Ambiental pelo IFFluminense, Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil.

³² Gestor Ambiental, Mestre em Engenharia Ambiental pelo IFFluminense, Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil.

solicitaram que estas também fossem realizadas na comunidade. Após a solicitação, foram realizadas cerca de oito reuniões, em que o empreendimento foi apresentado, ou seja, reuniões com o objetivo de informar sobre o projeto, mas não de consultar a comunidade (SOUZA Jr.; OLIVEIRA, 2016, p.14).

O IBAMA atua nas diversas etapas do processo de licenciamento ambiental federal. Desde a emissão da Licença Prévia - LP, da Licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO (e suas renovações, quando se aplicam), determinando as formas de compensação e/ou mitigação dos impactos sobre os habitantes atingidos pelo empreendimento. Trata-se do órgão governamental que, após a emissão das licenças de instalação e de operação, dimensiona os impactos e encaminha as formas de redistribuição dos recursos ambientais. Sobre o processo de readequação dos pescadores, afirma:

Quando o IBAMA emite uma licença ambiental, a decisão da Instituição está concedendo o uso e destinação dos recursos ambientais para uma determinada finalidade em detrimento de outra. Os atingidos por estas decisões ao perderem o acesso a esses recursos precisam ter suas atividades readequadas e/ou indenizadas. A questão da readequação das atividades produtivas dos atingidos tem, no entendimento do Ibama, o objetivo de proporcionar formas de recomposição de renda àqueles que perderam suas atividades em decorrência do empreendimento licenciado. Nesse sentido cabe ao empreendedor arcar com os custos necessários até a readequação. O foco do Ibama para o licenciamento é a readequação do Homem e não o valor a ser despendido (IBAMA, 2016).

Considerando o impasse gerado na impossibilidade de cumprimento da condicionante 2.10 constante na Licença de Operação nº 813/2009, e já presente como condicionante na Licença de Instalação nº 467/2007, após avaliar o longo processo jurídico que perdurou de 2008 até 2016 com o desfecho da disputa judicial sobre a perda da capacidade de subsistência dos pescadores, através da pesca artesanal, em função dos impactos ambientais da PCH Pedra do Garrafão, em janeiro de 2016 o IBAMA conclui que:

De acordo com o Termo de Conciliação os pescadores aceitaram uma indenização financeira considerando que suas perdas estariam atendidas, estando expresso no Termo que as partes consideram a condicionante 2.10 atendida na íntegra. O mesmo Termo, considera uma oferta para aqueles pescadores que, voluntariamente, de forma desvinculada da Condicionante 2.10, desejem, ser acompanhados por consultoria para fins de orientação quanto a aplicação dos recursos obtidos com a indenização financeira. Considerando ser esta a vontade da Comunidade da Limeira, expressa no item 1. do

Acordo Judicial; Considerando que não foi obtido sucesso nas tentativas de construção coletiva de Programas de Readequação para a Comunidade da Limeira; Considerando ainda o tempo decorrido dos conflitos e; Considerando que esta decisão não representará uma regra para futuros empreendimentos uma vez que esta não é a opção que o IBAMA entende ser mais adequada. **Entendemos como atendida a Condicionante 2.10 da LO 813/2009, desde de que o acordo estabelecido entre as partes em 08 de Janeiro de 2016 seja cumprido** (grifo nosso) (IBAMA, 2016, p. 2).

O posicionamento e discurso do IBAMA presentes no registro resgatado acima parece fragmentar e reduzir a complexidade do que representam os recursos naturais envolvidos no conflito entre comunidade de pescadores e a empresa. Ao que se percebe, parece ainda ter negligenciado as considerações finais do relatório de vistoria emitido pelo próprio órgão em 22 de março de 2007, em que os técnicos responsáveis alegam:

A vistoria permitiu a constatação de peculiaridades da região de inserção do empreendimento, tais como: áreas com comunidades tradicionais de pescadores, barreiras naturais e artificiais nos rios Itabapoana e Pirapetinga, áreas sujeitas à supressão de vegetação e propriedades rurais com atividades agropecuárias, além de sítios com artefatos arqueológicos. Deve-se adotar o princípio da precaução ambiental durante o licenciamento, implantação e operação das PCH's Pirapetinga e Pedra do Garrafão, uma vez que os impactos que podem ser gerados, principalmente aqueles relacionados às populações e migrações de peixes e à disponibilidade de pescado para as comunidades humanas, podem extrapolar o que foi estipulado pelo EIA/RIMA (IBAMA, 2007, p. 4).

O parecer técnico não permite cogitar haver dúvidas sobre a real possibilidade de serem mitigáveis tais impactos sociais. Atividades produtivas seriam substituíveis por outras “formas de recomposição de renda”, sem relacioná-las ao modo de vida e à organização social diretamente impactadas. Está colocada como condição, para obter autorização do estado sobre a exploração do rio, a póstuma responsabilização do empreendimento sobre a consumação de sua operação. Não havendo uma prévia proteção dos grupos sociais, mas um custeio de sua reorganização produtiva, ou seja, a Comunidade de Limeira, ao que parece, representa exclusivamente uma mera externalidade no processo de implementação da PCH.

2.1.3 Comunidade de Pescadores de Limeira

Descritos no primeiro capítulo do presente trabalho os aspectos da constituição histórica da Comunidade de Limeira, se considerados no contexto do conflito socioambiental, podem auxiliar na compreensão de seus posicionamentos e na forma de atuação ao disputar o território. Tanto na disputa pelas terras da então desapropriada Fazenda São Pedro, quanto posteriormente na disputa pelo Rio Itabapoana.

De maneira didática podemos distinguir entre três elementos constitutivos da identidade da Limeira. O primeiro advém do tronco central de parentesco direto da família Nascimento e os vínculos mantidos ao longo de décadas desde a chegada da matriarca à região do Porto da Limeira, como contam os registros históricos, tratando-se de uma comunidade com fortes laços de parentesco.

O segundo elemento advém do compartilhamento dos saberes tradicionais, do vínculo com o Rio Itabapoana através da pesca extrativa e das relações identitárias que culminaram na formalização da Associação de Pescadores da Limeira-ASPEL, sua representação política enquanto comunidade ribeirinha. E o terceiro elemento é referente à presença da congregação Igreja Evangelica Assembleia de Deus Ministério da Limeira que abrange a maioria das famílias da colônia de pescadores (INCRA, 2013).

É no alinhamento destas três forças organizativas que está constituída a principal liderança de Limeira: o presidente da Associação de Pescadores é também o Pastor do Ministério local e este descende da família Nascimento. Ao ignorar o valor simbólico da composição desta força coletiva os demais atores, principalmente a empresa, mas também o IBAMA, não compreendem seus processos de tomada de decisão e a coesão que existe entre os pescadores, mesmo levando em conta as contradições e determinados posicionamentos.

No entanto, o que parece quase unânime é que por parte dos pescadores artesanais houve a reclamação de que durante a construção das PCHs, a comunidade de Limeira não teve apoio dos órgãos públicos locais e/ou de outras esferas, como o IBAMA ou a Prefeitura. A relação se estabeleceu com a empresa e, posteriormente com o Poder Judiciário. Para cumprir as demandas burocráticas e ter mais representatividade nas batalhas judiciais os pescadores foram compelidos a se organizarem para criar uma associação, que deu origem à ASPEL (SOUZA Jr.; SANTOS DE OLIVEIRA, V. P., 2016).

Em relação ao uso das terras, a empresa registrou depoimentos sobre a situação de regularização do Assentamento Cachoeira das Garças, apontando como mais um fator de pressão sobre a comunidade de Limeira:

A situação na realidade evidencia um conflito de uso que envolve uma instância federal – o INCRA - e a Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul (ES) enquanto mediadora dos interesses de seus munícipes – a Comunidade da Limeira. Segundo informação coletada, esse é um motivo a mais para que a Comunidade da Limeira concretize seu reconhecimento como população tradicional – “não sei bem como a situação desse assentamento vai se resolver, pois ouvi dizer que as terras vão até a beira do rio e se isso acontecer vai bater na Limeira. Essa Comunidade já sofreu demais, chegou a ficar sem acesso no início das obras da usina, foi aí que entrou o Ministério Público Federal e no final a Prefeitura fez o acesso. Agora com essa pressão dos sem terras não sei como vai ser, por isso acho que eles têm urgência de serem reconhecidos como população tradicional, pois aí a briga é lá por cima, o INCRA vai ter de rever essa demarcação”. (técnico da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Mimoso do Sul - ES) (RIO PCH 1, 2013, p. 61).

O Plano Ambiental de Conservação e uso do entorno do Reservatório – PACUERA (2013)³³ demonstra que apesar da pesca artesanal ser praticada em outras comunidades ela seria mais expressiva em Limeira, sendo esta comunidade a mais prejudicada pelas PCHs. Um dos líderes comunitários da região relembra os tempos em que "pescava pra botar na mesa", e lamenta a situação em que o rio se encontra hoje, pois "não pega nada". Diante do cenário desfavorável o líder comunitário constata a assimetria de forças:

E o pior é que aqui ninguém tem força pra brigar com a empresa, aqui somos fracos, ninguém olha pela gente, estamos distantes de tudo”(...)“quando falaram que essa barragem vinha ficamos achando que ia melhorar a nossa vida, mas o que se viu por aqui foi uma enchente que levou tudo e que o rio agora não tem mais peixe, perdemos uns 70% do peixe ((RIO PCH 1, 2013, p. 57).

Segundo o PACUERA (2013) a população local atribui à instalação do empreendimento à ocorrência de inundações e a escassez de pescado:

³³ Estudo de Impacto Ambiental - EIA: Diagnóstico Socioambiental, Pacuera Fev2013. Disponível em <<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/PedraDoGarrafao/1PG%20Diagnostico%20Socioambiental.pdf>>, Acesso em 15 de ago. De 2016.

[...] aqui depois dessa barragem ocorreu uma enchente e os moradores perderam tudo, se andava de barco pelas ruas, foi um desespero e como nossa água vem do Rio Itabapoana nesse momento ficamos sem alternativa (morador, Ponte de Itabapoana) (RIO PCH 1, 2013, p. 61).

Entre os conflitos judicializados identificados no diagnóstico através do Ministério Público Federal consta, na bacia do Itabapoana, a abertura do Inquérito Civil relacionado ao uso da água em 2009. A ação previa a adoção de providências pelo poder público diante de inundações em Apiacá/ES, Mimoso do Sul/ES e Bom Jesus do Norte/RJ em função da construção de uma barragem no Rio Itabapoana para geração de energia elétrica (IJSN; AGERH/ES, 2018).

O relatório de vistoria³⁴ do IBAMA descreve a oficina do “Programa de readequação de renda - Limeira” ocorrida em 15 de maio de 2014, com a comunidade e representantes da RIO PCH I, do IBAMA e também os consultores contratados para desenvolver o programa. Na avaliação final, corroborando com o relato feito pela empresa de consultoria contratada, a mobilização da comunidade para a readequação não obteve êxito e o motivo seria o não envolvimento dos comunitários e resistência ao formato do IBAMA, “de construção coletiva e participativa” (IBAMA, 2014, p. 5).

Sobre os líderes identificados na comunidade, Sr. Renan e Ronaldo, no relatório consta que estes seriam os condutores da postura de todos os demais membros da comunidade. E que alguns membros possuem ideias que não são compartilhadas nos espaços de diálogo por medo de serem “culpados posteriormente”. Na avaliação do IBAMA, o desafio seria a “construção coletiva” para melhoria na qualidade de vida dos pescadores (IBAMA, 2014, p. 5). Ao considerar o que chamou de “participação cidadã” concluiu que:

Na comunidade existe a queixa de que apesar de seus membros expressarem suas opiniões, não é sentido um encaminhamento para as providências solicitadas. A empresa informa que já tentou por demais ouvir os atingidos que nos diversos espaços de diálogo oportunidades não se pronunciaram. Por sua vez, s atingidos afirmam que já falaram demais com a empresa e, que para a comunidade, existe a sensação de não haver interesse em fazer nada

³⁴BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama. **Nota técnica:** 02022.000074/2014-27 RJ/NLA/IBAMA, Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php> . Acesso em 20 de nov. 2019.

pela população atingida da Vila Limeira. Concluindo, verificamos, conforme relato acima, que a situação vivenciada na Limeira faz parte de um contexto de conflitos que o licenciamento ambiental de empreendimentos propicia (IBAMA, 2014 p. 6).

Como nas histórias bíblicas, Limeira vive a metáfora do confronto entre Davi e Golias. Uma vila com 12 famílias e pouco mais de 50 pessoas, que manifestam o firme propósito de permanecer e, mesmo com todos os prejuízos materiais e simbólicos, permanecem e confrontam o gigante Contour Global respaldado pelo Estado.

2.1.4 Comitê Capixaba da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana

Em janeiro de 2018 foi elaborado um estudo que sistematizava as principais informações sobre as condições para o uso dos recursos hídricos³⁵ da Bacia Hidrográfica do Itabapoana e aponta possibilidades de ação no futuro. Com os desdobramentos das disputas entre os distintos atores nesse processo, foi criado o Comitê Capixaba da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana (CCBH Itabapoana). Esse comitê surge como um resultado dessas disputas em torno do uso e controle dos recursos hídricos do rio por atores privados. Foi instituído através do Decreto nº 4110-R em 05 de junho de 2017.

No cenário institucional o diagnóstico mapeava a movimentação de alguns atores e destacava o processo de constituição do Comitê de Bacia³⁶ (CCBH Itabapoana), um órgão colegiado que é composto por representantes do Poder Público Executivo ao segmento da sociedade civil organizada (ver anexo 1), como as categorias representativas da atividade de pesca profissional e artesanal, e o segmento usuários de recursos hídricos da bacia.

O CCBH Itabapoana foi o último a ser criado em junho de 2017 entre os 14 que existem no estado do Espírito Santo. Os Comitês de Bacia são responsáveis por arbitrar os conflitos pelos recursos hídricos na bacia hidrográfica em primeira instância (IJSN; AGERH/ES, 2018). O comitê passou por processo eleitoral para preenchimento das vagas de membros titulares e suplentes para os anos de 2018/2022.

³⁵ "Diagnóstico e Prognóstico das condições de uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana" coordenado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e pela Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA).

³⁶ Braço local do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Espírito Santo (SIGERH/ES), instituído pela Lei nº 10.179 de 17 de março de 2014, responsável pela execução da política de recursos hídricos do estado.

Assim, O CCBH Itabapoana é composto por 33 membros titulares. Dos 33 membros, 11 pertencem ao Poder Público Executivo, a exemplo do já citado INCAPER, Prefeituras dos municípios, e o Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. Outros 11 são representantes da Sociedade Civil, mas que tenham atuação comprovada na bacia do rio. E 11 representantes do segmento de usuários dos recursos hídricos. A diretoria do CCBH Itabapoana é composta por 1 membro de cada segmento: Poder Público, sociedade civil organizada e usuários de recursos hídricos

O diagnóstico também expunha o processo histórico das lutas ambientais da região mobilizadas pelo Projeto Managé, iniciado ainda nos anos 90. Tratava-se de um programa de desenvolvimento regional sustentável idealizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e teve como marco inicial uma demanda dos municípios de Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e Bom Jesus do Norte (ES) para repovoar o Rio Itabapoana, visando recuperar seu potencial pesqueiro para fonte de renda e complementação alimentar da população local (IJSN; AGERH/ES, 2018).

Dessa forma, o Comitê aparece não apenas como um desdobramento na disputa em relação ao sentido e valoração da utilização dos recursos hídricos do Rio Itabapoana e seus consequentes impactos, mas, também, emerge como uma ferramenta mediadora de conflito na garantia mínima da preservação dos bens comuns.

2.2 Bens comuns e interesses privados: Como disputar o Rio Itabapoana?

De acordo com Dardot e Laval (2017, p. 100) a expressão “bem(s) comum(s)” está diretamente ligada na tradução das lutas contrárias ao modelo neoliberal de aplicação das medidas de austeridade que impactaram diretamente o tecido social dos países, em especial, as nações ricas em biodiversidade. As manifestações contrárias ao neoliberalismo ocorrem exatamente dentro desse bojo, na concepção de um bem em comum. Uma vez que esse modelo retira de cena os aspectos coletivos. “Recuperar os comuns é o dever político, econômico e ecológico de nosso tempo”, afirmam os autores.

O termo “comum” recebe um novo significado na luta contra as privatizações, a pilhagem e corrosão dos direitos fundamentais dos cidadãos, isto é, ganha um novo sentido frente às práticas da racionalidade neoliberal que vem sendo fortalecida nos últimos anos.

A temática dos comuns tem poder de atração porque parece ser capaz de estabelecer a ligação entre as lutas contra os aspectos mais nocivos do neoliberalismo (mercantilização, privatização, aquecimento climático etc.) e as lutas a favor de uma nova organização social, baseada em novos princípios de solidariedade, partilha, respeito ao meio ambiente e à biodiversidade (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 114).

Para Dardot e Laval (2017), a luta em defesa dos “comuns” ocorre principalmente contra a grande tendência estatal no processo de “pilhagem”, da transferência dos bens que eram de domínio público ou de domínio coletivo e comunitário, para o setor privado. Realizado, primordialmente, pelo Estado (pela venda dos bens e financiamento para instituições privadas) e elites governantes, assim como para as corporações e oligopólios privados.

Svampa (2016) também identifica que há uma ambientalização dessas lutas, de modo que há espaços de confluência que refletem uma dinâmica multiescalonada que passa a abarcar o local, o nacional e o subcontinental. Essa confluência está baseada em uma maior circulação de diálogos e saberes em torno de diagnósticos comuns que mobiliza, por exemplo, instrumentos legais de amparo coletivo, como é o caso dos direitos de povos tradicionais mobilizado pela comunidade de Limeira.

A luta pelos comuns é visível quando olhamos o caso de Limeira e observamos atores que são diametralmente confrontados a partir de valores e interesses que, de certo modo, divergem em um contexto em que há uma assimetria de poder. O reconhecimento do que se entende como bens comuns, e o conflito socioambiental que o acompanha a partir da sua defesa, é sempre atravessado por uma configuração de poder assimétrica, como apontado por Svampa (2016).

Essa assimetria de poder no modelo neoliberal privilegia os grandes atores econômicos que possuem um poder de barganha e influência direta sobre as instâncias públicas e privadas, construindo significações distintas de valores sobre a natureza e hierarquias abissais na relação de poder.

Tais valores também imprimem diferentes práticas na utilização e “manipulação da natureza”. O bem comum para a ASPEL, por exemplo, não é o mesmo para a Contour Global S.A, ambos partilham de ideias distintas do que se entende por “desenvolvimento”. A concepção mobilizada pela comunidade de Limeira sobre a defesa do Rio Itabapoana, está próxima da noção de bens comuns indicadas por Svampa (2016) e Dardot e Laval (2017), porque acreditam que é preciso que se mantenha fora dos

circuitos de mercado globais os recursos que “por seu caráter de patrimônio natural, social e cultural, possuem um valor que transcendem qualquer preço”, (SVAMPA, 2016, p. 149).

Ainda para Dardot e Laval (2017), há uma grande apropriação que atravessa todas as dimensões e as bases materiais da vida, assim, essa apropriação tem como grande marco a transferência dos bens estatais para o setor privado configurando um “novo cercamento” dos bens.

Por influência e inspiração em Polanyi (2012), Dardot e Laval (2017) utilizam a categoria de um “novo cercamento” traduzido em uma nova onda de apropriação das riquezas com anuência dos Estados e atuação do setor privado, atualmente, os complexos multinacionais, com destaque para as instituições financeiras. De acordo com os autores, há uma ampliação teórica e uma expansão concreta no campo da propriedade privada no modelo neoliberal.

Para os autores, a noção de “cercamento” se realiza também, nos dias atuais, na aquisição e controle de terras e recursos naturais (como a água) no mundo pelo setor privado via estruturas legais e ilegais (grilagens e *lobbies*). Alguns processos nessa dinâmica são denominados de *land grabbing* (BORRAS; FRANCO; PLOEG, 2013), como apropriação de terras; *green grabbing* (SAUER; BORRAS, 2016), apropriação de recursos naturais e construção de serviços ambientais, como o mercado de crédito de carbono e *water grabbing* (CORSON; MACDONALD, 2012), a partir do controle e privatização da água.

Assim como Dardot e Laval (2017) identificam, a luta pelo bens comuns promove duas frentes de atuação, uma delas é de caráter defensivo que diz respeito a defesa dos “recursos comuns” e outra de caráter ofensivo, à medida que as ações estão voltadas com estímulo para práticas coletivas e comunais alternativas baseadas na construção de saberes alternativos, gestão e conhecimento de riquezas, colocando em xeque a ideia de que apenas os detentores de instrumentos tecnológicos e de capital são os únicos que praticam a gestão de recursos naturais e produzem riquezas a partir da sua manipulação.

O reconhecimento enquanto comunidade tradicional ribeirinha em Limeira é também um dispositivo acionado para prática de defesa dos bens comuns, como no reconhecimento de práticas e saberes tradicionais baseado em princípios coletivos e de solidariedade.

Mas, ao mesmo tempo, para os autores, o modo como funciona o capitalismo no período neoliberal, não pode ser reduzido apenas aos “cercamentos” e ou a

“desposseção”. A separação dos indivíduos e dos meios de produção que outrora fora analisado por Marx, ganha uma dimensão maior na abordagem de Dardot e Laval (2017), à medida que ocorre a “desposseção”, há a criação e transformação de identidades, subjetividades e relações sociais.

A readequação produtiva imposta pela disputa instaurada em Limeira conduz a esses processos de transformação na identidade de um coletivo e impactos diretos nas subjetividades da comunidade. Dardot e Laval (2017, p. 143) avançam no significado de “desposseção” quando afirmam que “(...) pressupõe que se tire dos seres humanos aquilo que lhes pertence, que se roube deles um bem, um direito, uma força, ou uma essência”.

As narrativas em torno do processo dos cercamentos contemporâneos são respaldadas por um discurso em torno do significado sobre desenvolvimento. Inúmeros imaginários sociais se encontram em disputa por essa categoria, são rigorosamente apoiadas pelo Estado e seus distintos níveis (com as suas devidas complexidades), as noções de desenvolvimento que privilegia e enfatizam o crescimento econômico e seus “benefícios” para a sociedade sem questionar as disparidades que esse tipo de desenvolvimento estabelece.

Do outro lado, há as narrativas que enfatizam as desposseções, a pilhagem, os processos obtusos de readequações sociais e produtivas. Parece-nos até aqui, que a comunidade de Limeira se encontra desse lado do rio, quando são impostas modalidades de readequações às novas dinâmicas de convivência com os novos atores. O processo de readequação produtiva para a comunidade de Limeira abre arestas para uma complexa e curiosa análise que não se restringe exclusivamente às questões econômicas. Por essa razão, nos deteremos no próximo capítulo a analisar as transformações e os consequentes desdobramentos da readequação produtiva na comunidade.

CAPÍTULO III - A comunidade, a barragem e a (re)adequação

A interação entre a comunidade de pescadores e a empresa, intermediada pelo Estado, parece não ter resultado em um diálogo satisfatório para os atingidos e soluções equilibradas para o conflito. Após anos de convivência com períodos de relações “amistosas”, segundo relatos dos próprios pescadores - durante a construção da barragem alguns funcionários pagavam por refeições preparadas pelos locais - estes mantinham a expectativa de que o crescimento da região seria benéfico para todos.

A convivência cordial foi substituída por uma sequência de batalhas judiciais após constatados os impactos socioambientais. A comunidade atingida optou pela judicialização³⁷ como ferramenta de luta em busca de reparação pelas perdas vividas e para assegurar condições mínimas de sobrevivência às suas famílias. Junto ao contexto de redução das possibilidades de ingerência sobre a gestão dos recursos hídricos, sob os impactos ambientais e diante do fortalecimento dos atores privados que contam com o apoio do Estado, no caso da comunidade de Limeira, há um desdobramento específico sobre a sua atividade econômica. Na medida em que o recurso principal, o Rio Itabapoana, é tratado dentro de um viés mercadológico, da mesma forma tem sido tratada a atividade pesqueira e a tradição incorporada ao ofício de pescador artesanal.

O debate acerca dos recursos naturais e bens comuns, como vimos no capítulo anterior, tem colocado em destaque a questão da água, enquanto mercadoria explorada pelos atores hegemônicos do sistema capitalista, e as questões do desenvolvimento econômico articulado pelo Estado como um processo que interfere no modo de vida e organização das populações. A antropóloga Lygia Sigaud (1988), ao pesquisar os efeitos da intervenção do Estado na construção das barragens de Sobradinho (BA) e Machadinho (RS), para as populações camponesas, aponta para uma “subordinação” das questões locais, como os efeitos da construção das barragens nas condições de vida das comunidades que habitavam as margens dos rios, até chegar na questão principal, a saber, a questão energética (SIGAUD, 1988).

Criticamente à perspectiva da apropriação deste recurso como mercadoria Sen (2000, p. 27-28) novamente traz o aspecto humano e da qualidade de vida que devem ser considerados na reflexão dos modelos de desenvolvimento defendidos em contextos como este. A ruptura com a prática da pesca artesanal, para esta comunidade que se

³⁷ Histórico constante no Termo de Audiência datado de 09/09/10, na comarca de Mimoso do Sul/ES. Processo nº 032090002521, Ação por ressarcimento de danos.

percebe num período de “crise de desemprego”, vem representar desde a insegurança financeira familiar - atualmente para os adultos e futuramente para os jovens - até a ameaça à sua permanência no território enquanto comunidade tradicional, portadora de direitos adquiridos por sua identidade.

Existe neste conflito um cenário complexo e até o contato com a situação vivida em Limeira, as teorias das ciências *psi* foram as principais referências sobre a minha prática. Ao tomar o conflito socioambiental e impactos na vida dos pescadores como objeto de estudo, deslocando-me do campo da psicologia para as ciências sociais, considero um dos principais condutores nesta caminhada a obra de Nobeit Elias (1994).

Neste ponto crucial, na observação da relação entre o sujeito-indivíduo da psicologia e as estruturas sociais, recorri à tese defendida na obra "A Sociedade dos Indivíduos". Elias (1994) propõe um modelo para compreender como as individualidades conectam-se numa “pluralidade”, ou numa "estrutura social", partindo da superação da ideia de sociedade e indivíduo como opostos:

O repertório completo de padrões sociais de auto-regulação que o indivíduo tem que desenvolver dentro de si, ao crescer e se transformar num indivíduo único, é específico de cada geração e, por conseguinte, num sentido mais amplo, específico de cada sociedade (ELIAS, 1994:09,14).

O autor problematiza a relação indivíduo x sociedade, construindo aos poucos essa noção de estrutura de indivíduos interdependentes. Considera assim que, ao nascer, cada indivíduo está inserido em um "complexo funcional de estrutura bem definida”, e esta condição de existência pressupõe funções que antecedem inclusive a sua liberdade de escolha (ELIAS, 1994, p. 17-19).

A sociedade corresponderia à interconexão das funções individuais ao formarem longas cadeias de atos, onde as ações de cada indivíduo cumprem suas finalidades em uma rede de funções que os indivíduos desempenham umas em relação as outras. Suas estruturas são o que denominamos “estruturas sociais”. O indivíduo cresce partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar. A linguagem é ao mesmo tempo sua e "um produto de suas relações com os outros”, uma expressão da rede humana na qual ele vive (ELIAS, 1994, p. 30).

Considerando que as estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, é

possível afirmar que determinadas práticas são apenas extensões de emaranhados interesses políticos e econômicos:

Em certos estágios, os instrumentos de violência à disposição de alguns podem permitir-lhes negar aos outros aquilo de que estes precisam para garantir e efetivar sua existência social, ou mesmo ameaçá-los, subjogá-los e explorá-los constantemente; ou então as metas de alguns podem realmente exigir que se destrua a existência social e física de outros. E são as tensões desse tipo que, ao atingirem certa intensidade e estrutura, geram um impulso por mudanças estruturais na sociedade. Graças a elas, as formas de relações e instituições da sociedade não se reproduzem aproximadamente da mesma forma de uma geração para outra. (ELIAS, 1994:30)

Elias (1994) compreende a humanidade a partir da ideia de interdependência e fronteiras. Sendo assim, define o poder como “extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais” (ELIAS, 1994, p. 42). São as reflexões sobre as relações de interdependência que me permitem uma aproximação, ao mesmo tempo orientada para a percepção das configurações de poder, mas também sensível aos entrelaçamentos das redes complexas que formam o tecido social.

Se a lente teórica da psicologia me serviu em um momento inicial para lançar foco ao sofrimento, ao luto pelas perdas vividas, às vulnerabilidades a partir do espectro da violência estrutural, foram as lentes da sociologia que me permitiram re-focar nas permanências, na trajetória de lutas e no processo histórico-social de resistência.

Uma forma de problematizar os impactos sobre a pesca artesanal e as disputas que envolvem a readequação produtiva, é destacá-la na compreensão das "teias de interdependência ou configurações” e na exposição das relações de poder existente na interação dos atores envolvidos (ELIAS, 1994). Assim, é possível compreender também como ocorre a relação entre os atores no interior do campo das disputas e o que isto implica em relação à atividade pesqueira e ao abastecimento local, assim como na produção e reprodução dos modos de vida.

Além disso, me auxilia na compreensão da percepção dos pescadores sobre as mudanças provocadas pela instalação da hidrelétrica e como isso dialoga com a construção da sua identidade enquanto comunidade ribeirinha, bem como na problematização das estratégias usadas diante dos impactos de ordem econômica e simbólica e suas formas de resistência (ELIAS, 2008, p. 77-112).

Se há, por um lado, a possibilidade de observar através das relações de interdependências as assimetrias de forças, por outro lado, Elias (2001, p. 158) nos ajuda a vislumbrar, a partir de uma visão sistêmica, que o poder em nenhum ponto desta rede de sujeitos-atores interdependentes é nulo, isto é, há diversos graus de poder e ele se exerce nestas relações em forma de reciprocidade.

Dito isto, não haveria apenas um grupo dominante exercendo poder sobre os demais grupos dominados, mas uma distribuição de poder que se modula a partir do equilíbrio de tensões entre indivíduos e grupos distintos, coube à presente investigação identificar estes atores, sua movimentação e suas respectivas capacidades de tensionamento e confrontação.

3.1 A readequação produtiva enquanto processo histórico e judicial: Os acordos judiciais e os litígios territoriais.

Desde maio de 2008, quando foi determinado em juízo o pagamento de um valor mensal, de dois salários mínimos e meio, ficou estabelecido que os pescadores artesanais de Limeira seriam indenizados até que fossem restabelecidas as condições para prática da pesca no Rio Itabapoana. Em paralelo às indenizações, o IBAMA estabeleceu como condicionante à liberação da licença ambiental que a empresa Rio PCH I oferecesse aos pescadores um Programa de Readequação das Atividades Produtivas para construir novas condições de autonomia econômica da comunidade atingida.

Durante o processo, entre decisões judiciais e contraposição de recursos, que se estendeu de 2008 a 2016, a Comunidade de Limeira deixou de exercer a atividade econômica que lhe conferia identidade, e passou a garantir as condições mínimas e necessárias para produção e reprodução da vida com os recursos das indenizações, sem, no entanto, avançar na consolidação dos programas de readequação produtiva. Os pescadores alegam que além de perderem a possibilidade de pescar, o valor da indenização é muito inferior ao valor que era obtido com a pesca artesanal, esta possibilitava uma flexibilidade na composição da renda mensal, pois caso precisassem aumentar sua renda bastava aumentar as horas dedicadas à pesca (RIO PCH I, 2014).

Em histórico apresentado ao IBAMA, em janeiro de 2014, a RIO PCH I relatava o processo do pagamento das indenizações e as tentativas “frustradas”, nos relatos publicados pela empresa, de execução do programa de readequação produtiva dos

pescadores, responsabilizando-os pelo não cumprimento da condicionante da licença de operação:

(vi) Em consonância com as diretrizes do IBAMA, a RIO PCH vem envidando todos os esforços necessários à implantação do Programa de Readequação das Atividades Produtivas dos Pescadores, o que, no entanto, ao longo de todos estes anos vem sendo rechaçado veementemente pelos pescadores. Foram oferecidas diversas propostas para implantação das medidas que melhor conviessem aos pescadores para o estabelecimento de suas rendas - que foram, de forma sumária e sem justificativa plausível, refutadas pelos pescadores. Assim, ao contrário do dia anterior, os pescadores recusaram a proposta de acordo, reafirmaram o desinteresse pela readequação e defenderam o pagamento das indenizações (RJ/NLA/IBAMA, 2014).

O documento de vistoria do IBAMA relatava a Oficina da Comunidade de Limeira realizada em maio de 2014 e apresentava trechos no qual faz referência direta as falas de um dos líderes da comunidade:

(...) as notícias “de que a comunidade esteja contra o Projeto de Readequação não são reais”; disse que o que havia pedido anteriormente como proposta; “tomou um rumo diferente”. Disse ter solicitado um “Estudo detalhado do que a empresa tem a oferecer”. Informa estar pensando entrar na justiça contra a empresa que tem declarado dados falsos” pois a empresa diz ter peixe e não acredita no que a comunidade diz, pois não acompanha os pescadores no cotidiano do trabalho de pesca. (RJ/NLA/IBAMA, 2014)³⁸

Diante do impasse a solução via judicialização firmou o último acordo judicial³⁹ que estabeleceu um pagamento de indenização integral, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) para cada pescador, condicionado à oferta de um novo programa de readequação produtiva, analisado e aprovado pelo IBAMA e pelos pescadores em janeiro de 2016. O acordo foi assinado por 27 pescadores e segundo as condições estabelecidas na sentença, toda responsabilidade pela implementação dos projetos desenvolvidos no novo programa de readequação seria exclusivamente dos pescadores, isentando a empresa de qualquer obrigação quanto ao investimento inicial para iniciar os “novos negócios” locais.

³⁸ RJ/NLA/IBAMA. Relatório de vistoria PEA e Programa de Readequação de Renda-Limeira, 2014. Rio de Janeiro, Not. Tec. 02022000074/2014.

³⁹ Conforme ata da audiência de conciliação em 2ª instância, datada de 08/01/2016, processo nº 0000252-93.2009.8.08.0032.

Fato a ser destacado neste processo foi a interrupção do pagamento das indenizações mensais que estavam sendo pagas desde 2008 e, segundo os próprios pescadores, teve fim do ano de 2014. Como já citado anteriormente, o acordo judicial somente veio a ser pago em janeiro de 2016, quando várias famílias indenizadas já acumulavam dívidas referentes ao período em que não tinham nenhuma outro tipo de renda, o que representou o comprometimento de parte considerável da indenização com a quitação das mesmas.

Para compreender como foi se constituindo o cenário de disputas em torno do Rio Itabapoana, é preciso destacar, em primeira instância, que tal cenário foi costurando um sistema de forças em movimento no decorrer do processo histórico. Em segunda instância, é preciso relacionar esse sistema de forças aos tempos em que os principais impactos foram acontecendo nas bases materiais da vida de Limeira. À vista disso, antes de analisarmos a experiência de readequação produtiva no próximo tópico, faz-se necessário uma sistematização na tabela abaixo sobre os principais acontecimentos em perspectiva cronológica:

Tabela 2: Principais acontecimentos na disputa sobre o Rio Itabapoana

Data	Acontecimentos
Anos 1990	Desapropriação da fazenda São Pedro.
Anos 2000	Instalação dos acampamentos da reforma agrária na Fazenda São Pedro e enfrentamentos envolvendo Limeira, Assentados e INCRA.
2002	A PERFORMANCE CENTRAIS ELÉTRICAS obtém autorização da ANEEL para explorar o seu potencial hidráulico - Resolução nº 701/2002 de 17 de dezembro de 2002.
2003	Apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) (março de 2003).
2004	Emissão da Licença Prévia 167/2004 (março de 2004).
2006	Renovação da Licença Prévia 167/2004 com inserção da condicionante: adição no projeto básico ambiental, no item 2.5, de um Programa de Readequação das Atividades Produtivas.
2007	Emissão da Licença de Instalação da RIO PCH Pedra do Garrafão (LI 467/2007).
2007	Início das obras para construção das barragens/usinas.
2007	A pesca artesanal é interrompida em função da construção da PCH Pedra do Garrafão.

Data	Acontecimentos
2007	Transferência das PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão para a Empresa RIO PCH 1, do Grupo Neoenergia.
2008	Início do pagamento de indenizações mensais através da assinatura do Termo de Assunção de Compromissos recíprocos e outros (maio de 2008).
2008	Apresentação da primeira consultoria do Programa de Readequação das atividades produtivas (Outubro de 2008).
2008	IBAMA orienta à RIO PCH 1 a dar seguimento à readequação e não apenas ao pagamento das indenizações (novembro de 2008).
2009	Emissão da Licença de Operação 813/2009 de 12 de janeiro de 2009, e o estabelecimento da Condicionante 2.10. sobre o Programa de Readequação das Atividades Produtivas.
2009	Apresentação das propostas de readequação pela empresa de consultoria, recusa das mesmas pelos pescadores que optam pelo recebimento de indenização pecuniária na audiência de 02/09/2009. Processo: 32090002521. Segundo a empresa de 2007 a 2009 a atividade pesqueira foi interrompida em função da construção da PCH Pedra do Garrafão.
2010 -2012	Não houve registro de contatos entre a RIO PCH 1 e ASPEL.
2013	Retomada das negociações pela readequação das atividades produtivas (novembro de 2013).
2014	Realização da oficina com a comunidade, a empresa de consultoria, a RIO PCH 1, o IBAMA para ouvir as ideias dos pescadores sobre a readequação (maio de 2014). ASPEL recusa projetos e questiona estudos sobre o pescado apresentado pela RIO PCH 1.
2014	A RIO PCH 1 suspende o pagamento das indenizações mensais aos pescadores artesanais.
2015	Proposta de Readequação da Atividade Produtiva dos pescadores da Comunidade da Limeira – Piscicultura em tanques-rede (agosto/2015).
2016	Assinatura do Termo de Conciliação e Acordo de indenização Global no valor de R\$120.000,00 para 27 pescadores e aprovação do último Programa de Readequação Produtiva, executado pela empresa de consultoria Buriti Estudos e Educação Socioambiental ME.
2016	O IBAMA conclui que a Condicionante 2.10 da LO 813/2009, que trata da readequação produtiva, está cumprida (janeiro/2016).
2017	Venda da RIO PCH 1 à Contour Global.
2018	Conclusão do último Programa de Readequação Produtiva executado.
2018	Pescadores de Limeira entram com nova ação na justiça contra a RIO PCH 1.

Org: elaboração da autora.

3.1.1 A experiência no Programa de Readequação Produtiva 2016-2018

No presente capítulo, compartilho uma visão construída a partir da experiência da execução do que, até o momento, foi a última tentativa de implementação do programa de readequação produtiva dentro do acordo judicial que previa o pagamento da indenização final e a assessoria para investimento destes recursos em atividades econômicas. Como destacado na introdução desta dissertação, a empresa de consultoria contratada para este programa foi a *Buriti Estudos e Educação Ambiental ME*, que contribuiu na elaboração no Termo de Referência aprovado pelos pescadores e pelo IBAMA na audiência de conciliação de 08 de janeiro de 2016.

Desde os preparativos do primeiro campo, onde já se conhecia o histórico da relação estabelecida entre a PCH Pedra do Garrafão e a comunidade de Limeira, a equipe de consultoria pactuou diferentes estratégias de atuação conforme emergissem os diversos cenários possíveis com a recepção positiva ou negativa dos pescadores, considerando que os mesmos poderiam estar resistentes à nossa presença em função do vínculo contratual com a RIO PCH I. E em cada campo, por 2 anos consecutivos, compartilhamos como equipe de trabalho os dilemas que surgiam diante dos limites impostos pelo conflito.

Nos dias 18 a 20 de julho de 2016 a equipe da *Buriti* esteve em campo pela primeira vez para conhecer a realidade dos pescadores listados no acordo de readequação produtiva. Além de Limeira, o trabalho de campo envolveu a visitação de regiões próximas como Ponte de Itabapoana, Centro de Mimoso do Sul, Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana, e Bom Jesus de Itabapoana. No dia 18 de julho de 2016, uma segunda-feira à tarde, a equipe esteve na comunidade para realizar os convites presencialmente e confirmar a reunião de apresentação do programa, que ficou agendada para ocorrer na sede da Igreja Assembléia de Deus de Limeira, no dia 20 de julho de 2016.

Já no primeiro encontro com os pescadores um episódio marcou a nossa chegada. A *Buriti* já havia participado do diagnóstico para avaliação do Programa de Educação Ambiental - PEA da PCH em 2015 e a comunidade já havia sido visitada por dois dos três integrantes da equipe, no momento em que a insatisfação com a suspensão das indenizações atingia o seu ápice e a comunidade se recusava a dialogar com a RIO PCH 1. Tratava-se da minha primeira inserção em Limeira naquele dia, e quando entramos na vila não encontramos ninguém fora de suas casas. Permanecemos em frente à casa da principal liderança da comunidade e aguardamos ser recepcionados. A casa ficava ao lado da Igreja Assembleia de Deus Ministério da Limeira, dela se ouvia tocar um hino do

Cantor Cristão, conjunto de músicas conhecidas nas igrejas protestantes, quando comecei a acompanhar a letra da música e a cantá-la juntamente.

Depois de alguns minutos de espera fomos recebidos pela liderança, o pastor Ronaldo, que logo me perguntou onde eu havia conhecido a música que estava tocando. Respondi que fui criada em uma família evangélica, que meu avô materno foi Pastor na Igreja Batista em Jardim América, Cariacica/ES, assim como meu irmão mais velho que estava, à época, à frente do Ministério da Igreja Batista de Domingos Martins/ES.

O pastor Ronaldo demonstrou alegria em me conhecer e afirmou já ter encontrado meu irmão em eventos como o Dia do Evangélico realizados em Mimoso do Sul/ES. Este reconhecimento como uma “irmã em Cristo”, me situou em outro lugar, e assim se manteve durante todos os encontros abrindo espaços de diálogo, numa relação de confiança que para a comunidade se justificava na possível ação divina.

No dia 20 de julho de 2016 visitamos o gabinete da Prefeita de Mimoso do Sul para levantar informações sobre as ações que a prefeitura, através das Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, Assistência Social e Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico vinha desenvolvendo e que estariam relacionadas à pesca artesanal e atividades de interesse de Limeira. Entre os principais encaminhamentos da reunião, a prefeitura se colocou à disposição para estabelecer uma parceria com a *Buriti* para auxiliar no trabalho que seria realizado em Limeira.

A Prefeita citou possíveis projetos de interesse do Município, atividades que já se pensou em desenvolver no local como artesanato (tipo olaria); turismo histórico, ecoturismo e lazer. Ao falar do potencial para o turismo, lembrou das cavalgadas, uma herança da colonização dos tropeiros, na região de Ponte do Itabapoana. Ao longo da reunião, através de um comentário sobre Limeira, a gestora municipal indagou o motivo da persistência dos pescadores em uma região isolada, onde o atendimento oferecido pelo serviço social se torna mais difícil. E concluiu afirmando que seria mais fácil se eles viessem para o "centro da cidade". Como já destacado no capítulo 2, não é recente a associação da pesca artesanal com o atraso ou como objeto de necessária “modernização”, ou seja, a pesca artesanal e a permanência da população no território enquanto comunidade tradicional ribeirinha é vista como obsoleta e passível de modernização.

No dia seguinte, realizamos a primeira reunião de planejamento do que seria a última edição do programa de readequação produtiva oferecido à comunidade atingida pela RIO PCH I. Já no primeiro encontro os pescadores alegam que os projetos propostos

nos programas anteriores não atendiam as suas necessidades e não tinha garantia de que iriam dar retorno financeiro.

A última proposta teria se aproximado de maneiras mais substancial ao ofício da pesca - uma central de beneficiamento de pescado e o projeto de tanque-rede – porém, com o pagamento da indenização global a empresa não estaria obrigada a executar estes projetos, mas oferecer assessoria para que o recurso das indenizações fossem investidos. Além disso, os pescadores já haviam sinalizado para o IBAMA e para a empresa que, sem pescado a central de beneficiamento não teria sentido e a instalação de tanques-rede no reservatório da PCH requeria uma série de providências quanto ao zoneamento do PACUERA e a qualidade da água.

Com as expectativas, em sua maior parte, postas sobre a gestão dos novos negócios e sobre as possibilidades de desenvolver atividades de forma associada, os participantes da reunião de planejamento mantiveram-se focados nas atividades que tradicionalmente acompanharam a comunidade: a piscicultura e o ecoturismo, a novidade que surgiu nesta edição do programa foi uma proposta na área da estética. A preocupação em incluir a juventude nas atividades e envolvê-los nos projetos da comunidade levou o grupo a pensar em atividades que lhes pudessem interessar, como desenvolver conteúdos atualizados e o uso da tecnologia, como o audiovisual e as redes sociais.

Com a autorização do Pastor Ronaldo foi definido que o espaço da Igreja Assembleia de Deus Ministério da Limeira estaria à disposição para a realização das reuniões e ações formativas do programa respeitando a dinâmica e as rotinas da comunidade (horários das aulas, rotinas das famílias, cultos da igreja, etc.). Em outras palavras, é possível observar o espaço da igreja enquanto uma arena física de negociações políticas entre os atores, bem como parte constitutiva do sistema de forças em movimento.

Figura 15: Imagem da primeira reunião com a Comunidade de Limeira.



Fonte: Foto da autora (2016)

A experiência do primeiro campo em Limeira ficou marcada por impressões, de um lado carregadas pelo luto, trazendo à tona a memória coletiva sobre as perdas e os impactos dos últimos anos. A perda da autonomia financeira, a insatisfação de não poder mais receber os visitantes e mostrar o que a vila tinha de beleza e outros atrativos, como o pescado e o banho de rio. De outro lado, estiveram presentes muitas falas carregadas de expectativas, citando seus jovens e as próximas gerações, falas que apontavam para o desejo de construção de oportunidades e possibilidades para permanência no território.

O impacto na comunidade foi tal que alguns relatos compararam a construção da barragem a desastres como as bombas atômicas lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki durante a Segunda Guerra Mundial. As explosões que ocorriam, segundo os moradores da comunidade, faziam a vila tremer, e muitas casas tiveram suas paredes rachadas. Desde a chegada do empreendimento a percepção era de estarem diante de um “gigante”, tamanho o impacto material da construção da barragem.

O resultado da primeira reunião com os pescadores foi a construção do plano de trabalho para a execução do programa de readequação. Diante do cenário de conflito, das implicações que o histórico das lutas locais impunham às reais possibilidades de resgatar a autonomia econômica de Limeira, apostamos (consultores e comunidade) na priorização de temas em que a atividade produtiva estivesse inserida em debates políticos

como no movimento social da Economia Solidária⁴⁰ e do Comércio Justo⁴¹, inserindo nas discussões ferramentas da gestão democrática e do cooperativismo popular. Práticas em que o coletivo fosse mantido enquanto espaço principal da organização do trabalho e que, pela imprevisibilidade do processo, teria como objetivo formar os pescadores para a gestão sustentável das futuras atividades produtivas, independente delas serem idealizadas no âmbito do programa ou através de outras articulações, inclusive com outros parceiros.

Durante os encontros de formação foram apresentados os eixos temáticos: Associativismo e Cooperativismo; Autogestão e Gestão Democrática; Economia Solidária e Feminismo; Sustentabilidade e Ecologia; Finanças Solidárias; Comércio Justo; Cadeias Produtivas e Redes de Colaboração; Políticas Públicas. Alguns exemplos de experiências reais também foram analisados como estudos de caso, de modo a ilustrar alguns pontos que se assemelhavam à realidade apresentada pelos pescadores.

Ao responder questões sobre suas práticas cotidianas - O que fazem hoje? Como fazem? A quem atendem? - os participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre como estão organizados no presente. E sobre o futuro - O que farão? Como farão? A quem atenderão? - tiveram a possibilidade de projetar sobre as atividades que realizavam no dia-dia, sejam elas econômicas ou como suporte à manutenção dos grupos familiares, o sentido atribuído à práticas da comunidade, dos papéis desenvolvidos como trabalhadores da pesca ou como membros na congregação religiosa local. Dessa forma os participantes puderam identificar e refletir sobre as responsabilidades de naturezas diversas que desempenham na comunidade, além de se sensibilizarem sobre sua importância diante do grupo e do desafio de trabalhar em coletividade.

O diálogo com parceiros locais, especialmente com o INCAPER mostrou que existem, mesmo que não em uma proposta transversal, possibilidades de atuação com apoio do poder público junto à comunidade de pescadores. Os técnicos reconheceram os desafios da comunidade de Limeira e socializaram experiências exitosas no campo da piscicultura e aquicultura que ocorrem no Espírito Santo, como a do Assentamento Nova Safra, no município de Cachoeiro do Itapemirim, onde ocorre a produção e o beneficiamento do pescado (filé de tilápia). Citaram a experiência de um dos maiores

⁴⁰ Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva, cooperada e autogestionária. Disponível em: < <https://cirandas.net/mapeamentoes/definicoes> >. Acesso em 25 de nov. de 2019.

⁴¹ Trata-se da prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários. Decreto nº 7.358, de 17/11/2010 que Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS.

produtores de tilápia em tanque-rede e alevinos de diversas espécies da região Sul do Espírito Santo, uma experiência da comunidade Patrimônio do Ouro, no município de Castelo. Outra iniciativa indicada pelos técnicos do INCAPER foi a dos agricultores familiares da Comunidade de São Esperidião, no município de Alegre, onde pratica-se a criação de tilápia em tanque-rede em área de reservatório de uma hidrelétrica.

De modo a potencializar as ações junto a parceiros, foi colocado em debate o modelo organizacional já existente entre os pescadores, a Associação de Pescadores de Limeira - ASPEL, apontada como instrumento na captação de recursos através de apresentação de projetos, por exemplo, devido à sua natureza jurídica. A equipe da *Buriti* e os técnicos do INCAPER realizaram breve levantamento dos órgãos públicos aos quais a ASPEL poderia solicitar financiamento para os projetos, já que se encontravam organizados juridicamente. A equipe do INCAPER colocou-se à disposição para interceder junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e solicitar a capacitação dos pescadores da ASPEL para a prática da piscicultura.

Além da SENAR, os técnicos do INCAPER elencaram outros atores/programas institucionais com potencial para firmar parcerias: O Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar; Emendas Parlamentares; Editais direcionados para Comunidades Tradicionais; Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAP/MAPA; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA/MAPA; Fundação Banco do Brasil; SEBRAE (para apoio na construção dos planos de negócio e viabilidade econômica, mas principalmente o estudo/pesquisa de mercado); Instituto Federal do Espírito Santo - IFES (inicialmente o Campus Alegre que de acordo com as orientações dos técnicos da INCAPER é ministrado o curso de graduação em Engenharia de Aquicultura); a própria INCAPER, Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Apiacá (pela maior proximidade à comunidade de Limeira); Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG; Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF, vinculado à SEAG; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (vinculada à Casa Civil - Governo Federal); Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Assim seguiram os encontros do programa de readequação, onde buscou-se potencializar e articular os principais saberes, práticas e experiências encontradas nas dinâmicas sociais e culturais da comunidade de Limeira e seu entorno. Na primeira

reunião tivemos o comparecimento de 17 pescadores. Ao concluir as etapas de construção dos planos de sustentabilidade, contava-se a adesão efetiva de 10 pescadores e indiretamente suas respectivas famílias. No âmbito do programa foram desenvolvidas três propostas de empreendimentos: um de turismo, um voltado para a pesca e um terceiro voltado para a estética. No entanto, neste período, os pescadores que já não recebiam as indenizações mensais desde 2014, alegaram terem usado o valor que seria investido nos novos empreendimentos para pagar dívidas e garantir a subsistência de suas famílias.

O projeto do turismo correspondia a um empreendimento coletivo que envolvesse a comunidade e visava garantir a permanência dos atuais moradores na localidade. Teria como objetivo gerar recurso através do ecoturismo para valorizar o patrimônio histórico e natural de Limeira. Atendendo ao potencial turístico da região, pensou-se numa área de turismo e lazer na Zona EA2 do PACUERA, através da recuperação da área de banho, do patrimônio histórico de Limeira, e da infraestrutura de lazer com centro de visitantes, *camping*, banheiros, alimentação e espaço infantil. Além de um pequeno espaço de exposição dos memoriais da comunidade, sua árvore genealógica e a partir do resgate do saber sobre as ervas medicinais.

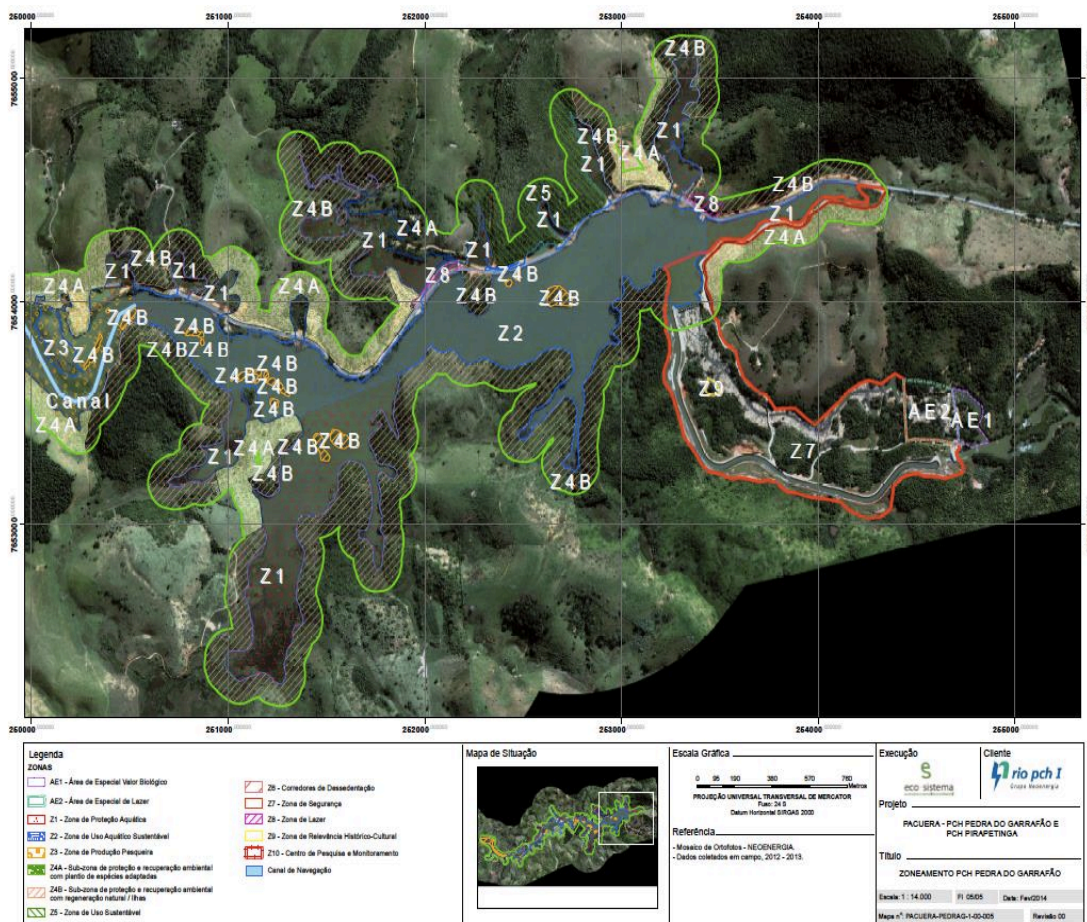
A proposta de fundo seria o turismo de base comunitária que tem organizado cadeias locais do turismo e contribui para que algumas pessoas se mantenham em seus próprios territórios quando passam a trabalhar com o turismo em sua comunidade. Esse processo tem um significado para a manutenção do território e preservação da cultura local. Em busca de avançar com a proposta da Área de Lazer e Turismo “Espaço Cachoeira das Garças”, elaborada pela comunidade de Limeira, a assessoria propôs o diálogo com a agência de turismo de base comunitária Conectando Territórios⁴² - que busca conectar pessoas através de experiências diversas quando em contato com os saberes e fazeres de comunidades tradicionais brasileiras.

Com a possibilidade de firmar uma parceria com a comunidade, essa aproximação visava a troca de conhecimentos sobre experiências de sucesso e práticas reconhecidamente orientadas pelos pressupostos do turismo de base comunitária. No horizonte de desenvolvimento do projeto, a orientação de um profissional especializado nesse tema se mostrou necessária para que os resultados das ações estivessem coerentes com as tradições e os ideais da comunidade de Limeira.

Mais informações disponíveis em: < <http://conectandoterritorios.com.br/> >. Acesso em 20 de nov. de 2019.

A elaboração do projeto estrutural para a Área de Lazer e Turismo “Espaço Cachoeira das Garças” ficou condicionado à revisão do PACUERA, pois dependia da redefinição da Zona AE2. Os pescadores entenderam que para executar a proposta seria necessária a busca por parcerias para a elaboração do projeto arquitetônico da área de lazer, incluindo a capacitação da comunidade para a execução do projeto de turismo de base comunitária. A seguir o mapa do zoneamento socioambiental estabelecido pelo PACUERA (2014) e a demarcação estabelecida para Área Especial de Lazer:

Figura 16: Zoneamento Socioambiental da Pedra do Garraão



Fonte: PACUERA (2014)

O projeto na área da estética, que seria a montagem de um salão de beleza ou barbearia, tinha sido pensado para atender à demanda de um casal específico na comunidade. Além de pescador, senhor M. se dizia herdeiro de uma tradição familiar que seria o ofício de barbeiro e desejava usar o recurso da indenização na construção de um espaço de estética onde pudesse trabalhar com sua esposa. Ele seria barbeiro, atenderia o

público masculino e ela ofereceria serviços ao público feminino. Assim que iniciou a elaboração do plano de sustentabilidade para o empreendimento o casal matriculou-se no curso de cabeleireiro. A questão do local onde estabeleceria o salão de beleza era um desafio para o casal, pois na vila não havia público que justificasse a instalação de um salão, levando a acreditar na viabilidade econômica do empreendimento desde que instalado em algum centro comercial mais próximo, como em Bom Jesus do Itabapoana.

A piscicultura inicialmente foi pensada no formato do tanque-rede. Seria um projeto de cultivo de tilápias em tanques-rede, na represa do Rio Itabapoana, que contemplaria inicialmente 08 famílias de pescadores da comunidade local. Com 14 tanques por família, e dois tanques funcionando como berçário. O custo anual total dos tanques-rede por família seria de R\$ 18.800,00. Mensalmente seriam povoados dois tanques-rede com juvenis de tilápias e a despesa iniciada a partir do final do quinto mês. A produção estimada por mês seria a despesa de dois tanques por família com produção de 620 kg de tilápias, 320 kg por tanque-rede.

O INCAPER, parceiro local dos pescadores, através dos técnicos da unidade de Mimoso do Sul/ES disponibilizou-se para construir o projeto técnico de produção em tanques-rede. Na apresentação do projeto, ao descrever as formas de manejo, as instalações, etapas de produção, compra e desenvolvimento dos alevinos até a despesa, apresentaram um processo totalmente novo e bem diferente da pesca extrativista. A proposta de produção de pescado em tanque-rede os insere numa cadeia produtiva fechada, com fornecedores já consolidados, onde não seria possível desenvolver a piscicultura com autonomia, mas sujeita às condições e riscos do mercado de tilápia.

Na tentativa de aproximá-los de outros piscicultores e de projetos de ampliação do mercado pesqueiro, o INCAPER convidou os pescadores de Limeira para o "WorkShop Tilápia Sul", organizado pelo SEBRAE⁴³, assim como pelo INCAPER em Castelo/ES em agosto de 2017. Neste encontro, os pescadores conheceram uma metodologia de piscicultura estruturada em um sistema de aquaponia. Um sistema integrado de piscinas ou tanques suspensas(os) a um sistema biológico de filtragem de água e irrigação de pequenas plantações e hortaliças. Esta alternativa à criação em tanques-rede simplificaria a logística, deslocaria a instalação da estrutura produtiva para áreas dentro da Colônia de Pescadores e desvincularia a produção do pescado ao Rio Itabapoana.

⁴³ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Após formuladas em linhas gerais as ações para iniciar a implementação dos projetos da piscicultura e do turismo, os pescadores depararam-se com a condição prévia da revisão do estudo de impactos e da elaboração de um novo plano de zoneamento para a área de influência da Rio PCH I. Além disso, as condições das águas do Rio Itabapoana naquele momento precisavam ser analisadas por técnicos, para avaliar o nível de oxigênio em função da proliferação das plantas macrófitas. Esta seria uma atribuição da Rio PCH I, em função do represamento das águas do Rio Itabapoana. Sendo assim, os projetos da comunidade de Limeira não puderam avançar por uma série de motivos financeiros por parte dos pescadores, e ambientais que dependiam de providências a serem tomadas pela empresa Rio PCH I.

A princípio, o projeto do tanque-rede foi bem avaliado pelos pescadores artesanais, mesmo não correspondendo à totalidade da ASPEL, alguns demonstraram grande interesse e expectativa diante da proposta do INCAPER. No entanto, algumas questões referentes aos riscos/ameaças ao investimento foram explicitadas como: a redefinição da Área de Produção Pesqueira do PACUERA; o processo de licenciamento desse tipo de empreendimento junto à ANA, cuja morosidade foi objeto de preocupação sinalizada pela equipe de técnicos do INCAPER.

Além disso, houveram também, a disseminação das gigogas (macrófitas aquáticas) no espelho d'água do reservatório, o que poderia comprometer o acesso, a instalação das estruturas e a produção pesqueira em vários aspectos e inviabilizar toda a iniciativa; preocupação presente no imaginário da comunidade desde a instalação do empreendimento; a falta de recursos mobilizados para a iniciativa, tanto os próprios (indenização/acordo), quanto os públicos, na impossibilidade de acesso à editais de fomento à atividade relacionada.

Após conhecer os custos e riscos de instalação dos tanques-rede no reservatório da PCH Pedra do Garrafão, em função dos impactos na qualidade da água; e após aberta a possibilidade para os pescadores da criação em tanques suspensos, as lideranças da comunidade afirmaram que seria de interesse dos pescadores “apostar” numa metodologia alternativa, caso a empresa patrocinasse o projeto, como uma saída temporária, sabendo que a luta continuaria pela recuperação do Rio Itabapoana.

O encontro de avaliação da execução e cumprimento das metas do programa de readequação produtiva aconteceu em novembro de 2017, com a participação de um único representante, a liderança local, Pastor Ronaldo, mesmo o convite para o encontro tendo sido divulgado para todas as famílias envolvidas. Na oportunidade foram apresentados

os resultados das metas da assessoria da *Buriti*, sendo avaliado seus principais avanços e entraves. Foi anunciada a finalização contratual da assessoria e afirmada a necessidade de um acompanhamento por parte dos pescadores das ações iniciadas a partir dos Planos de Ação construídos no programa, além de avançar com as iniciativas e fortalecendo parcerias que se mostraram necessárias para a implementação dos projetos.

Coube ao trabalho de assessoria responder à demanda de fortalecimento da comunidade diante da relação histórica com o território e seus recursos naturais e as constantes interlocuções com os setores públicos e privados. O processo de readequação produtiva envolveu trâmites administrativos, burocráticos e jurídicos em constante diálogo com órgãos públicos e necessitou de assessoria jurídica especializada, cujas práticas consideraram as dimensões sociopolítica, econômica e cultural da comunidade. Tal prática deve estar sensível a identidade dos pescadores tradicionais, seus modos de vida e suas formas coletivas de organização, de modo a qualificar a sua participação social e cumprir o papel pedagógico junto à comunidade, no acesso à justiça, na socialização dos direitos e na ampliação da democracia.

Diante das demandas específicas dos pescadores de Limeira buscou-se uma aproximação com a Rede Nacional de Advogados Populares - RENAP, a partir do contato com os profissionais que prestam assessoria jurídica popular e atuam na região norte fluminense. Além de outras demandas específicas, essa parceria tem o propósito de auxiliar a inclusão da comunidade no mercado local e facilitar o acesso às políticas públicas direcionadas para os setores da pesca, agricultura familiar e turismo, ressaltando sua identidade como componente da diversidade cultural local.

Em fevereiro de 2018 foi realizado na Comunidade de Limeira o “Seminário Economia do Pescado” dando continuidade à assessoria técnica para as demandas da atividade da piscicultura e visando discutir as potencialidades e oportunidades de negócios para os pescadores artesanais, além das oportunidades de produção, comercialização, autonomia e sustentabilidade econômica e ecológica. Também foram levantados os aspectos sobre a transição entre modelos de pesca tradicionais e de sistemas de aquicultura/aquaponia (RAS).

Figura 17: Seminário Economia do Pescado realizado em 27 de fevereiro de 2018



Fonte: Acervo da Buriti Estudos e Educação Ambiental (2018)

Mesmo com o avanço na construção de alternativas produtivas, o contexto de indefinição se manteve. Parte dos pescadores já haviam deixado suas atividades de origem há tempos (desde 2007) para trabalharem em outras áreas, fazendo “bicos” ou investindo em formações técnicas e profissionais para atuação fora da comunidade. Há os que declararam seus esforços para formar seus filhos em outras profissões, por não acreditarem mais na retomada da atividade pesqueira. E mesmo os pescadores indenizados que persistiram na construção de projetos alternativos, após 10 anos em seguidos programas de readequação produtiva, continuaram vendo suas ideias presas ao papel, sem previsão para iniciar qualquer atividade que garantiriam a sua subsistência, enquanto esgotavam-se os recursos da indenização recebida.

Em julho de 2018 foi realizada uma reunião na comunidade com a participação de representantes da ASPEL e da Rio PCH I para informar sobre a aprovação do projeto de responsabilidade social da empresa que consistia na doação de uma Unidade Produtiva de Aquaponia, que corresponderia a uma experiência piloto. Em momentos que antecederam a reunião de apresentação formal da proposta, alguns pescadores se manifestaram a favor da parceria e consideraram que após a assinatura do acordo jurídico as oportunidades deveriam ser aproveitadas. Após a oferta do gestor da Rio PCH I, os representantes da comunidade, após chegarem a um consenso, expuseram o seu posicionamento.

Em justificativa, os pescadores de Limeira informaram que não aceitariam a realização do projeto piloto, pois interessaria à comunidade uma proposta que atendesse

à totalidade das famílias, pois elas continuam sendo prejudicadas pelo empreendimento. Informaram à empresa que estão seguindo orientações dos seus advogados, e que os mesmos já teriam entrado em nova ação judicial contra a Rio PCH I.

O projeto de aquaponia resultante das atividades do programa de readequação produtiva de Limeira foi absorvido como um dos projetos de responsabilidade social da RIO PCH I. Ao final do processo, após ser recusado pelos pescadores artesanais, a empresa apresentou a proposta às famílias do Projeto de Assentamento Cachoeira das Garças que aceitaram instalar o sistema como projeto piloto para ser replicado como tecnologia e meios de geração de trabalho e renda.

Dessa forma, a esteira do conflito em movimento imposto pela chegada da PCH na comunidade de Limeira pôde ser melhor compreendida a partir dos relatos aqui destacados. Tais relatos, são interpelados e intepretados à luz das correntes teóricas tratadas em todo o trabalho e nos ajudou a compreender e justificar um dos principais motivos pelos quais, por exemplo, o conflito tem se estendido até os dias atuais.

Trata-se de uma disputa de caráter político-social, embora suas bases produtivas estivessem em primeiro plano de afeação. O que ocorreu e ocorre em Limeira é um processo de desterritorialização de uma tradição social e cultural, para uma (re)territorialização de um projeto político-econômico antagônico ao modo de vida da população que por lá habita há tantos anos.

CONCLUSÃO

Com a satisfação de aproximar conclusões preliminares e não estanques, pretendo elencar alguns apontamentos sobre as reflexões apresentadas nesta dissertação que buscou problematizar o modo como os impactos ambientais configuraram impactos econômico e social, interferindo nos modos de vida e, em meio às disputas políticas e jurídicas, produziram o fenômeno da readequação produtiva para a Colônia de Pescadores Artesanais de Limeira.

Descrevo neste trabalho como a pesca artesanal, praticada na bacia do Rio Itabapoana, foi impactada pela instalação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) desde 2007 e como os modos de mitigação de tais impactos passaram a representar um "entrave comum" à realização dos interesses dos distintos atores na configuração do conflito e na reestruturação produtiva do território. Entrave este, que se mostrou intransponível aos pescadores quanto à sua autonomia econômica, mas mostrou-se solucionável para a empresa através do cumprimento dos protocolos e condicionantes estabelecidos no processo do licenciamento ambiental, mediado pelo IBAMA.

Ao que pude analisar, o conflito se constituiu na sobreposição das formas de apropriação dos recursos naturais, em especial o Rio Itabapoana, de um território que foi palco de diferentes disputas travadas em momentos distintos de sua história. A busca por novos instrumentos analíticos, motivada pelo desafio de compreender a comunidade de Limeira em sua complexidade, através da pesquisa me permitiu dialogar com a minha própria trajetória e produzir novos rumos a partir de uma análise mais refinada e de caráter científico, levando à construção do meu objeto científico.

Ao me referenciar às noções de território e a territorialização, pensando a formação de identidades, da especialização dos mecanismos políticos, e de questões relativas ao “controle social sobre os recursos ambientais” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998. p. 55), reflito sobre as implicações do conflito socioambiental na cadeia produtiva da pesca artesanal, e como este processo evidenciou os desafios desta categoria diante da forma como sua atividade vem sendo associada à narrativas enquanto práticas “atrasadas”, “obsoletas” e por vezes “degradantes” de economia e por isso perdem apoio da sociedade e dos órgãos públicos locais. Esta desproteção social tem permitido que embates desproporcionais ocorram entre populações atingidas e grandes corporações, gerando impactos que não podem ser mitigados, como ocorre em Limeira.

Problematizar o processo de readequação produtiva revelou rupturas profundas e a forma como as novas condições de permanência no território foram impostas e sem mediações que equilibrassem sobre uma equação mais justa as disparidades e assimetrias de poder. A ideia de “readequirar” poderia ser substituída pela noção de (re)territorializar ou (re)estruturar as relações de poder que se reorganizam a partir do conflito socioambiental.

Retomando a perspectiva econômica de Haesbaert e Tramontani (2004), sobre o conceito de (des)territorialização, podemos afirmar que após ocorrido tantos processos sem soluções efetivas de transformações para a retomada da principal forma coletiva de subsistência, ou seja, após a perda dos meios de produção os pescadores de Limeira estão se convertendo no que na concepção marxista chama-se de trabalhador “livre”, vendedor de sua força de trabalho, dissociado do controle territorial e de seus recursos naturais.

Este debate da expropriação dos meios de produção dialoga com as colocações de Dardot e Laval (2017, p. 100) quando colocam em evidência o processo de despossessão das populações tradicionais e a luta em defesa dos “comuns” como as lutas contrárias ao modelo neoliberal, e contra a tendência estatal no processo de “pilhagem”, da transferência dos bens públicos ou de domínio coletivo e comunitário, para o setor privado.

O tema da readequação das atividades produtivas por mais de 10 anos foi confiado ao ator que disputa com os pescadores o controle do Rio Itabapoana. O que poderia representar para os pescadores a possibilidade de reparação e emancipação econômica, ao longo do processo foi se constituindo em tentativas de consolidar o enfraquecimento das intervenções locais que colocassem em risco a licença de operação da usina hidrelétrica. O que vemos como desdobramento deste processo inerente ao conflito socioambiental é a produção da injustiça ambiental e o agravamento da desigualdade social conforme defendeu Acsehrad (2010).

Nas justificativas apresentadas pela empresa RIO PCH I ao IBAMA para o insucesso das tentativas de readequação produtiva constavam que os pescadores não aderiram às propostas, que os mesmos não querem trabalhar por estarem interessados em receber indenizações vitalícias. Em outra perspectiva, ao recusar o programa de readequação produtiva, mais um espaço de domínio do capital, os pescadores criam físsuras na arquitetura montada pelo Estado para a resolução do conflito, embora também expressem seus posicionamentos na relação de poder.

Avaliar os impactos socioambientais através de um olhar crítico sobre as formas de resolução das disputas territoriais parece ser pertinente para trazer à visibilidade processos como o de Limeira. Problematizar a distribuição dos bens comuns, a gestão dos recursos naturais e as formas de regulação estatal destes recursos deveria inspirar estratégias de contraposição às políticas neoliberais, nascedouro de projetos de lei como o PL 1962/2015 que dispõe sobre incentivos à implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Tal projeto de lei reduz o procedimento do licenciamento ambiental a uma única fase para PCHs e de centrais de geração a partir de fonte solar e de biomassa, propõe dispensar a exigência do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), emitindo a licença de instalação com a comprovação da viabilidade ambiental a partir de relatórios simplificados.

Não obstante, o processo no qual se instituí novas dinâmicas para a comunidade de Limeira não afetou apenas as atividades produtivas exercidas pela maioria dos moradores que lá habitam. Há, para tanto, uma transformação de base cultural e social que não se precifica em termos de mercado, são características intrínsecas à comunidade, a saber, seus dispositivos enquanto uma comunidade tradicional na realização de suas crenças, práticas (sejam elas econômicas, políticas, culturais e sociais). As medidas paliativas amortecem o conflito, mas não resolvem, sobretudo porque as soluções não podem ser encontradas no mercado.

Referências Bibliográficas:

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. “Presentación” p.p. 11-15. “La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política latinoamericana.” p. 21-58. 2011.

_____. Una introducción a la ecología política latinoamericana. In: GROSFOGUEL, Ramón; HERNÁNDEZ, Roberto Almanza (Orgs.). Lugares descoloniales - Espacios de intervención en las Américas. 1ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012, v. 1, p. 59-94.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. (Org.). Terra de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livre”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Coleção Tradição e ordenamento jurídico, vol. 2. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008, p. 251-31.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação”. In: DIEGUES, A.C. (Org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 Ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000, p. 273-290.

BORRAS, S. Jr.; FRANCO, J.; PLOEG, Jan D. van der. Introduction: land concentration, land grabbing and people’s struggle in Europe. In: FRANCO, Jennifer e BORRAS, Saturnino Jr. (Eds.). Land concentration, land grabbing and people’s struggle in Europe. Amsterdam, Transnational Institute (TNI) e Via Campesina, junho de 2013, p. 6-30.

CORSON, C.; MacDONALD, K. I. Enclosing the global commons: the convention on biological diversity and green grabbing. The Journal of Peasant Studies. Vol. 39, nº. 2, 2012, p. 263-283.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 101-144.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. _____, (1897-1990) A Sociedade de corte: investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. _____, (1897-1990) Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições70. 2008.

ESCOBAR, A. “Ecología Política de la globalidad y la diferencia.” In: ALIMONDA, Héctor (Coordinador). La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

ESCOBAR, A. “Depois da natureza – passos para uma Ecologia Política antiessencialista”. In : ALIMONDA, Héctor ; PARREIRA, Clélia (Orgs.). Políticas Públicas ambientais latino-americanas. Brasília: FLACSO Brasil, 2005a. p. 17-55.

GRUNEWALD, R. de A. Sociogêneses de comunidades tradicionais comunhão política e territorialização. RURIS - Revista Do Centro De Estudos Rurais - UNICAMP, 10(2), 2016. Disponível em: <
<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2898>> . Acesso em: 03 de set. de 2019.

HAESBAERT, R. Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>, acesso em 05/11/2018.

_____. O mito da desterritorialização econômica. GEOgraphia 2004; 6(12):2548.

INCRA. Estudos estudos sobre a situação ocupacional e sobre a capacidade de assentamento do Projeto de Assentamento Cachoeira das Garças. Superintendência Regional do Estado Do Espírito Santo - Sr(20). Vitória, 2013.

KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. A Pesca Artesanal, Conflitos e Novas Configurações. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.8, n.1 e 2. 2014.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002. Disponível em: <
http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%2020022003/2002-2003_paullittle.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

MINAYO, M. C. de S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública, vol. 10, supl. 1, Rio de Janeiro, 1999.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro 1999. Atualizada em Jan. 1999. Disponível em <
http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381231999000100004&script=sci_arttext>, acesso em 26/05/2008.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131998000100003&lng=en&nrm=iso>. Aceso em: 20 de nov. de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>.

PERFORMANCE CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCH). Empreendimentos de pequenas centrais elétricas: PCH Pedra do Garrafão 17 MW - RJ/ES. Disponível em: <
http://www.pch.com.br/investir/frame_empreendimentos%20pedra.htm>. Acesso em: 12 de maio 2016.

PERFORMANCE CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCH). Estudos do Impacto Ambiental (EIA). Disponível

em:<<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Pirapetinga/EIA%20Rio%20PCH.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. São Paulo: Editor: ELSEVIER. 2012.

ROSA, L. P., SIGAUD, L., & MIELNIK, O. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais*. São Paulo, SP, AIE/COPPE e Editora Marco Zero em co-edição com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 1988.

SAUER, S., BORRAS Jr., S. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. *Campo – Território*, v.11, n.23, jul., 2016.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1ª ed. em inglês: 1999), Prefácio, pp. 9-12, Introdução, pp. 17-26, Capítulos 1-2, pp. 27-71.

SOUZA Jr., E. G. Análise do aproveitamento hidrelétrico e caracterização físico-química e microbiológica do Rio Itabapoana, Sudeste Brasileiro. Dissertação (mestrado) - Programa de engenharia ambiental, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, 2015.

_____; Santos de Oliveira, V. P. *Conflitos Socioambientais no Baixo Itabapoana: Estudo de caso sobre A PCH Pedra Do Garrafão*. Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/70334713-Conflitos-socioambientaisno-baixo-itabapoana-estudo-de-caso-sobre-a-pch-pedra-do-garrao.html> > Acesso em: 05 de mai. de 2018.

SVAMPA, M. Estrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. In: *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. (Org): Fundação Rosa Luxemburgo. Editora: Elefante, p. 140-173, 2016.

VALADÃO, M. S; GONÇALVES, L. W; SILVEIRA, R. P. Localização e caracterização das principais nascentes do Rio Itabapoana, no município de Bom Jesus do Itabapona – RJ. *Cadernos de Extensão do Instituto Federal Fluminense*, v. I, n. I, p. 121-140, 2014.

WEBER, M. *Relações Comunitárias Étnicas*. *Economia e Sociedade*, 1, Brasília, Unb, p. 267-277, 1991

ANEXOS

Anexo I: Composição de membros da plenária do CCBH I.

<p align="center">COMPOSIÇÃO DE MEMBROS DA PLENÁRIA COMITÊ CAPIXABA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA - CCBHI</p>					
	NOME	MEMBRO	SEGMENTO	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
01	Weriton Azevedo Soroldoni Presidente	Titular	Poder Público	Prefeitura Municipal de Guaçuí	Guaçuí-ES
02	Marcos Paulo Etiene Furtado Vice-Presidente	Titular	Usuário Rec. Hídricos	Associação de Produtores Rurais do Pavão	São José do Calçado-ES
03	Nelci Sanches da Rocha Secretária Executiva	Titular	Sociedade Civil	Associação de Rádio Comunitária do Assentamento Florestan Fernandes	Guaçuí-ES
04	Roberto Avelino Cecilio	Titular	Poder Público	UFES	Alegre-ES
05	Maxwel Assis de Souza	Titular	Poder Público	INCAPER	Guaçuí-ES
06	Fabricao Gomes Thebaldi	Titular	Poder Público	Prefeitura Municipal de Apiacá	Apiacá-ES
07	Luana Soares Egidio	Titular	Poder Público	Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó	Guaçuí-ES
08	Dalva Vieira de Souza Ringuier	Titular	Poder Público	Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto	Dores do Rio Preto-ES
09	Dhiego Amaral de Oliveira	Titular	Poder Público	Prefeitura Municipal de São José do Calçado	São José do Calçado-ES
10	Marco Antônio Sattler (IFES)	Titular	Poder Público	IFES	Alegre-ES
11	Maycon Valpasso Almeida	Titular	Poder Público	Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy	Presidente Kennedy-ES
12	Marciano de Oliveira Barbosa	Titular	Sociedade Civil Organizada	Comunidade Rural Córrego do Sossego/Quilombola	Guaçuí-ES
13	Lucy Gomes Dias	Titular	Sociedade Civil Organizada	Associação Protetora dos Animais	São José do Calçado-ES
14	Ronaldo Neves dos Santos	Titular	Sociedade Civil Organizada	Associação de Moradores e Pequenos Agricultores de Patrimônio da Penha	Divino de São Lourenço-ES
15	José Tarcísio Teixeira de Almeida	Titular	Sociedade Civil Organizada	Paróquia São José	São José do Calçado-ES
16	Bárbara de Aguiar Moreira	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Associação Turística Circuito Caparaó Capixaba	Guaçuí-ES
17	Fernando Luiz de Azevedo	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Associação dos Produtores Rurais de Santa Paz.	Mimoso do Sul-ES
18	Alcima da Silva Oliveira	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Associação Terra Tombada dos Assentados da Comunidade Santa Fé	Apiacá-ES
19	Irineu Cortez Júnior (PCH)	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Caparaó Energia S/A	BH
20	Paulo José Fontes	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	CESAN	Apiacá-ES
21	Carlos Roberto de Souza e Silva	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Calçado	São José do Calçado-ES
22	Ascindino Leite Mozella	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Sindicato dos Produtores Rurais de São José do Calçado.	São José do Calçado-ES
23	Luiz Gustavo Said de Araújo	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mimoso do Sul (SAAE)	Mimoso do Sul-ES
24	Carlos Roberto Alves Belonia	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Colônia de Pescadores Z- 14.	Presidente Kennedy-ES
25	Wagner José Martinho	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guaçuí (SAAE)	Guaçuí-ES
26	Gilson José Vimercati	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares de Guaçuí e Divino de São Lourenço	Guaçuí-ES
27	Carlos Sisannei Lazarine Tebaldi	Titular	Usuário de Recursos Hídricos	Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana (CAVIL).	Bom Jesus do Norte-ES
28	Luciano de Campos Ferraz	Suplente	Usuário de Recursos Hídricos	Sindicato Rural de Guaçuí	Guaçuí-ES
29	Chistiany Fitaroni P. Azevedo	Suplente	Usuário de Recursos Hídricos	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Guaçuí	Guaçuí-ES
30	Burthon Moreira de Oliveira	Suplente	Usuário de Recursos Hídricos	Cooperativa de Laticínios de Guaçuí.	Guaçuí-ES
31	Rodrigo Melo Mota	Suplente	Usuário de Recursos Hídricos	Sindicato Rural de Apiacá	Apiacá-ES
32	João Batista de Paula Resende	Suplente	Usuário de Recursos Hídricos	Associação de Produtores Rochedo e Adjacências	Apiacá-ES
33	Luiz Carlos da Silva	Suplente	Usuário de Recursos Hídricos	Sindicato Rural de Mimoso do Sul	Mimoso do Sul-ES

Fonte: CCBH I. Disponível em: < <https://agerh.es.gov.br/ccbh-itabapoana> >. Acesso em 13 de out. de 2019.

Anexo II: Pescadores artesanais em frente ao Rio Itabapoana atingidos pela diminuição do rio

Regional
MEIO AMBIENTE

Ajuda para salvar o Rio Itabapoana

Lideranças do Estado, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro vão se unir para socorrer o rio, hoje poluído e assoreado

Manoela de Paula

Lideranças de 18 municípios espalhados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro vão se unir para socorrer o Rio Itabapoana, importante manancial que nasce na Serra do Cipari e se desdobra em Presidente Kennedy, principal afluente.

O projeto vai até aos finais de agosto, com um seminário em Paratiópolis Kennedy para debater as prioridades e a divisão de tarefas, que é realizada entre o governador do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

"O rio está degradado e afetando a vida dos moradores. Não está permitindo a produção de peixes e a produção de água limpa, prejudicando a saúde pública", afirma o presidente do grupo, o deputado estadual de Minas Gerais, Antônio Miranda.

Segundo ele, algumas empresas já demonstraram interesse em investir na Serra do Cipari, que está se tornando um Presidência Kennedy e potencial turístico e ambiental, mas não conseguiram se estabelecer no município.

"O rio chega aqui poluído, assoreado e com sedimentos de água. Ele é vital para Presidente Kennedy, em função das grandes reservas que se encontram e para abastecer de água potável essa população", disse o prefeito Manoel Gomes.

Reserva de Água Formada pela São Sebastião. Para conseguir a água potável, a Prefeitura Municipal de São Sebastião, 24 anos, precisa de mais um projeto Presidente Kennedy.



Pescadores em frente ao Rio Itabapoana, nas margens da água limpa, quando o rio não passa de um riacho.

LOCALIZAÇÃO



Contexto

- COM 200 KM DE EXTENSÃO, o Itabapoana é formado pelas cabeceiras dos rios Paraíba e São João. São cabeceiras nascidas na Serra do Cipari e o rio deságua no rio Paraíba do Sul.
- A BACIA DO RIO ITABAPOANA abrange os municípios de 18 municípios espalhados de 200 km de extensão.
- O GOVERNO do Estado, sob orientação da Secretaria de Meio Ambiente, está trabalhando para abastecer de água potável e saneamento de cidades.
- O GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, através do Comitê de Bacia do Paraíba e do Comitê de Bacia do São João, está trabalhando para abastecer de água potável e saneamento de cidades.

SAIBA MAIS

INVESTIR EM infraestrutura para evitar o assoreamento e a poluição das águas, além de melhorar a qualidade da água potável.

OS PROBLEMAS são a falta de saneamento básico, a poluição das águas e o assoreamento do rio.

AS PROPOSTAS são a criação de um parque aquático e a melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

DESENVOLVIMENTO econômico através da criação de empregos e a melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO ambiental através da criação de áreas protegidas e a melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da saúde pública através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da biodiversidade através da criação de áreas protegidas e a melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da paisagem através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da qualidade de vida através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da segurança através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da sustentabilidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da equidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da justiça através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da paz através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da harmonia através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da beleza através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da felicidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da esperança através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da fé através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da caridade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da bondade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da gentileza através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da humildade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da mansuetude através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da modéstia através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da castidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da continência através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da abstinência através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da sobriedade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da temperança através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da paciência através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da mansuetude através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da benignidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da misericórdia através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da doçura através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da suavidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da benignidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da mansuetude através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da benignidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da mansuetude através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da benignidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da mansuetude através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

PROTEÇÃO da benignidade através da melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

EM ALGUNS PONTOS do município de Paratiópolis, o rio poluído está assoreado



Peixes somem, dizem os pescadores

Quando o rio Itabapoana seca, os pescadores artesanais não conseguem pescar e a população não consegue beber água potável. A situação é crítica, especialmente em Paratiópolis, onde o rio é a principal fonte de água potável.

Os pescadores dizem que os peixes estão desaparecendo e que a água está cada vez mais poluída e assoreada. Isso tem afetado a saúde pública e a economia local.

Os pescadores dizem que os peixes estão desaparecendo e que a água está cada vez mais poluída e assoreada. Isso tem afetado a saúde pública e a economia local.

Os pescadores dizem que os peixes estão desaparecendo e que a água está cada vez mais poluída e assoreada. Isso tem afetado a saúde pública e a economia local.

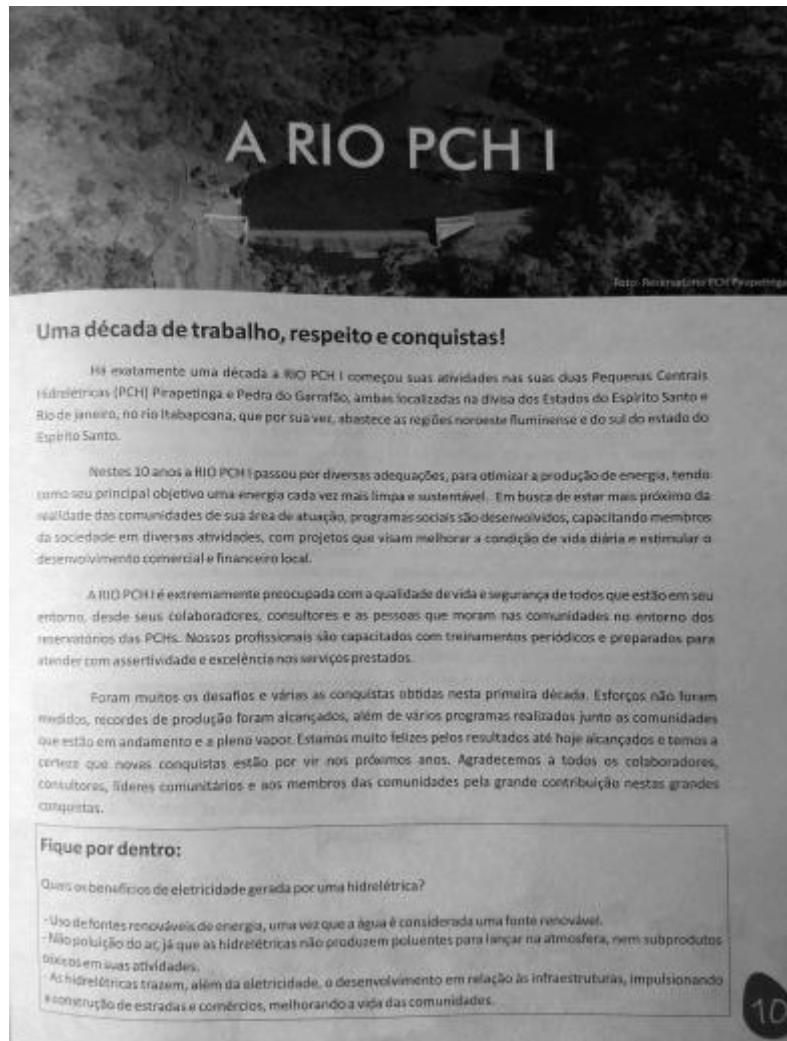
Os pescadores dizem que os peixes estão desaparecendo e que a água está cada vez mais poluída e assoreada. Isso tem afetado a saúde pública e a economia local.

Área alagada pode dar lugar a um parque aquático

Uma área alagada pode dar lugar a um parque aquático. A ideia é criar um espaço de lazer e recreação para a população local, aproveitando a beleza natural da região.

A área alagada é formada por águas paradas e sedimentos acumulados ao longo do rio. A criação de um parque aquático poderia gerar empregos e melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Anexo III: Revista elaborada pela Rio PCH I em agosto de 2019



Fonte: Rio PCH I